

ARIEL FELDMAN

**O IMPÉRIO DAS CARAPUÇAS**

*Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842)*

CURITIBA  
2006

ARIEL FELDMAN

**O IMPÉRIO DAS CARAPUÇAS**

*Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842)*

Dissertação apresentada à linha de pesquisa Espaços e Sociabilidades, Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva

CURITIBA  
2006

**Carapuça**, s.f. Peça de cobrir a cabeça, feita de ponto de meia, pano, couro, etc.: é pontiaguda: “metendo as *carapuças* na barguilha”. *Ac. dos. Sing.* 2. 390. § (t. naut.). Peça de lona ou metal, com que se forram os chicotes dos ovens para evitar o contato da água. § - *dos engenhos de açúcar*; um cone bem agudo de aço, que se embebe no agulhão do eixo da moenda: a ponta do cone anda para baixo sobre o mancal. § *Carapuças de rebuço*; umas que tem aba, que cai sobre os olhos e outras que fecham por baixo do nariz, de sorte que é difícil conhecer quem a leva. § *Servir a carapuça a alguém*; (phr. fam.) tornar para si a censura ou a sátira que outrem faz na sua presença. § *Talhar, cortar carapuças*; (it.) fazer sátiras, censuras, sem declarar a quem se dirigem diretamente. § *Qual carapuça!* loc. interj. que exprime negação. § Adag. “Quantas cabeças, tantas *carapuças*”.

Antônio de Moraes e Silva. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro : Editora Empreza Literária Fluminense, 1889 (v.I).

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<i>O Carapuceiro, os folcloristas e os historiadores.....</i>	<i>1</i>
<b>Espaço público e imprensa periódica no Brasil.....</b>	<b>9</b>
<b>Uma tendência da historiografia atual.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 - NA “ARENA DOS GLADIADORES PERIODIQUEIROS”.....</b>	<b>18</b>
<b>A - Um ambiente católico e ilustrado.....</b>	<b>18</b>
<b>B - O processo de independência em Pernambuco.....</b>	<b>22</b>
<b>C - A nação e a palavra impressa.....</b>	<b>31</b>
<b>D - Discussão política em Pernambuco.....</b>	<b>35</b>
<b>E – Os múltiplos espaços de discussão política.....</b>	<b>41</b>
<b>F – “<i>Ridendo Castigat mores</i> é o que quer o povo”.....</b>	<b>48</b>
<b>G – “Um periódico só <i>per accidens</i> político”?.....</b>	<b>54</b>
<b>CAPÍTULO 2 – UMA CARAPUÇA PARA O BRASIL.....</b>	<b>61</b>
<b>A - “O que fazer com a revolução?”.....</b>	<b>61</b>
<b>B - “A sagrada causa da liberdade brasileira”.....</b>	<b>66</b>
<b>C - As três tendências e vocabulário político.....</b>	<b>72</b>
<b>D – Especificidades do combate à restauração em Pernambuco.....</b>	<b>79</b>
<b>E - A unidade da nação – manuseando a memória.....</b>	<b>87</b>
<b>F - A unidade da nação – contra o “bairrismo” e as “Republicas palhaças”.....</b>	<b>96</b>
<b>G – Regresso ou reforma?.....</b>	<b>100</b>
<b>H – Os “republicanos”.....</b>	<b>105</b>
<b>CAPÍTULO 3 – UMA CARAPUÇA PARA O POVO.....</b>	<b>110</b>

<b>A - Instituições representativas e práticas democráticas.....</b>	<b>110</b>
<b>B - O estado social e o estado político.....</b>	<b>116</b>
<b>C - Pensamento conservador e reforma nas instituições representativas.....</b>	<b>123</b>
<b>D – Cidadania católico-ilustrada.....</b>	<b>131</b>
<b>E – Poderiam todos emitir uma opinião pública?.....</b>	<b>142</b>
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>145</b>
<b>ANEXO – Cronologia da vida de Miguel do Sacramento Lopes Gama.....</b>	<b>148</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>150</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>151</b>

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar, sob um enfoque político, os escritos de Miguel do Sacramento Lopes Gama (1792-1852) publicados no periódico *O Carapuceiro*, editado no Recife entre 1832 e 1842, durante o período das regências e nos primeiros anos do Segundo Reinado. A historiografia, desde o século XIX, tem privilegiado a crítica de costumes que, supostamente, empreendeu esse periódico. O presente trabalho, por sua vez, pretende lançar um olhar diferenciado e demonstrar como esse jornal exerceu grande influência nos espaços públicos de discussão política, e também revelar como as idéias de Lopes Gama representaram uma importante manifestação do pensamento conservador que sustentou as bases do império.

Palavras-chave: *O Carapuceiro*, período das regências, espaços públicos, discussão política, periodismo.

## ABSTRACT

The scope of this research is to analyse, in a political view, Miguel do Sacramento Lopes Gama's (1792 – 1852) work, published in the periodic *O Carapuceiro*, which was edited in Recife between 1832 and 1842, during the regencies and in the first years of the second reign. Since the nineteenth century, the historiography has been enhancing the of costumes that, we suppose, this journal has created. However, this study intends to present a different view and demonstrate how this newspaper has influenced politicaly the debates held in the public spaces, as well as to show how Lopes Gama's ideas had contributed to consolidate the conservative doctrine that sustained the Empire.

Key-words: *O Carapuceiro*, regency period, public spaces, political discussion, periodic press.

## INTRODUÇÃO

O periódico *O Carapuceiro*, escrito integralmente por Miguel do Sacramento Lopes Gama e publicado no Recife entre 1832 e 1842, foi inquestionavelmente um sucesso de público durante o Período Regencial (1831-1840). Nessa época, apenas o *Diário de Pernambuco* foi mais lido. Sustentando sob o cabeçalho o subtítulo de “periódico sempre moral e só *per accidens* político”, *O Carapuceiro* procurou se distinguir das demais gazetas daquele tempo, que então versavam quase exclusivamente sobre assuntos políticos. Crítica de costumes, correção dos vícios e reflexões sobre a moral – os supostos objetivos do redator, foram também os elementos que a historiografia valorizou nesta fonte. Caberá nesta dissertação questionar esse enfoque. Os costumes, os vícios e a moral não foram, como demonstraremos, os aspectos centrais deste jornal, pois as discussões políticas ocuparam lugar privilegiado e primordial.

### **O Carapuceiro, os folcloristas e os historiadores**

Já no final do século XIX e início do século XX, *O Carapuceiro* se tornou uma fonte bastante utilizada pelos folcloristas. Em 1908, Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) publicou, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a obra *Folk-lore Pernambucano*, um trabalho de fôlego sobre a “cultura popular” de sua província. Nesta, *O Carapuceiro* serviu de base documental para assuntos como o “bumba-meu-boi”, “olhados, quebrantos e malefícios” e “nossas festas de campo”. Pereira da Costa caracterizou *O Carapuceiro*, em seu *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*, de 1882, como um jornal que trazia “variadíssimos artigos sobre política e literatura primando os de educação, moral e crítica”. Percebe-se, assim, como a dimensão política desse periódico foi relegada a um segundo plano. Foi publicada postumamente, em 1937, outra obra de Pereira da Costa — *Vocabulário Pernambucano* —, na qual *O Carapuceiro* também foi largamente utilizado. Esta procurou servir, segundo Mario Souto Maior, de referência aos estudiosos da “linguagem portuguesa falada em Pernambuco”. E de fato serviu. Câmara Cascudo transcreveu verbetes da obra de Pereira da Costa em seu *Dicionário do Folclore Brasileiro*, no qual atribui a Lopes Gama o mérito de ter sido um dos primeiros a usar o

vocábulo “samba”. Câmara Cascudo também dedicou uma seção do seu livro *Antologia do Folclore Brasileiro* a Lopes Gama, qualificando-o como um estudioso brasileiro de folclore do século XIX e o primeiro a relatar os folguedos do bumba-meu-boi.<sup>1</sup>

Os historiadores da imprensa periódica pernambucana também se referem a *O Carapuceiro*. Alfredo de Carvalho, em 1908, perpetuou a imagem de que este foi a “primeira amostra do jornalismo satírico humorístico em Pernambuco”. Luiz do Nascimento, por sua vez, em uma obra de 10 volumes publicada em 1969, faz um relato descritivo bem mais extenso do que o de Carvalho, e chega a relatar algumas das discussões políticas promovidas por este jornal. Mas, ao fim e ao cabo, acabou por afirmar que Lopes Gama manteve “irredutível o programa de carapuças, sem individualizar ...seguindo o caminho de censura aos maus, pondo-os em ridículo”. Nos trabalhos de Nelson Werneck Sodré e Carlos Rizzini sobre a história da imprensa brasileira, aparecem referências pontuais e de pouco significado a respeito deste periódico.<sup>2</sup>

Assim, ao longo do século XX, *O Carapuceiro* se firmou, primeiramente, entre os folcloristas e, depois, entre os historiadores como uma fonte que relatava os costumes e a vida privada da população pernambucana da primeira metade do século XIX. Gilberto Freyre e Waldemar Valente reiteram esta idéia ao definir Lopes Gama como um “caricaturista social”. Freyre — que usou este periódico como fonte em sua obra *Casa Grande & Senzala*, de 1933 — considerou a trajetória de *O Carapuceiro* como uma “campanha alegre”. Os demais jornais que Lopes Gama publicou ao longo de sua vida, como *O Sete de Setembro*, seriam, segundo Freyre, panfletários e políticos. Já *O Carapuceiro* não, estaria mais próximo da “caricatura social”, da “crítica de costumes em termos aumentados ou exagerados”, enfim, “da graça jornalística em torno de costumes ou de vícios característicos de uma sociedade ou de uma época”. Dessa forma, uma dimensão

---

<sup>1</sup> CASCUDO, Luiz da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo Global, 2003 [1954], pp. 614-615; Idem. *Antologia do folclore brasileiro*. São Paulo : Global, 2003 [1943], pp 186-187; MAIOR, Mario Souto. “Um vocabulário pernambucano”, in: COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Vocabulário Pernambucano*. Recife : Editora do Brasil, 1976 [1908], p. 9; COSTA, F. A. Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Recife : Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981 [1882], p. 727.

<sup>2</sup> CARVALHO, Alfredo de. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*. Recife : Tipografia do Jornal do Recife, 1908, pp. 144-145; NASCIMENTO, Luis do. *História da Imprensa de Pernambuco(1821-1954)*, vol. IV. Recife: UFPE, 1969, pp. 92-106; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966, pp. 18-19 e pp. 160-164; RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil*. Um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 1988, p. 408.

extremamente presente e de primordial importância para a análise desse jornal, ou seja, a dimensão política, foi, com o passar do tempo, sendo encoberta. Olívio Montenegro também não deu a devida importância a essa dimensão. Na sua obra *Memórias do Ginásio Pernambucano*, de 1943, dedicou uma curta seção à figura de Lopes Gama, uma vez que este foi o primeiro diretor deste estabelecimento de ensino. Montenegro procurou enfatizar Lopes Gama como um literato: “revendo-se a obra não só de doutrinação religiosa e política, mas de crítica de costumes, fica-se espantado que o seu nome não ocupe um lugar maior na nossa literatura nacional”. É nítida a qualificação de *O Carapuceiro* como um jornal de caráter literário.<sup>3</sup>

Luis Delgado, por sua vez, publicou em 1958, pela coleção Nossos Clássicos da Editora Agir, o livro *Lopes Gama: textos escolhidos*. Foi a primeira vez que alguns trechos integrais de *O Carapuceiro* saíram dos arquivos — ou das coleções velhas em mãos de particulares ou de donos de sebos — para atingir o público comum. Antes da antologia de textos escolhidos, Delgado apresenta Lopes Gama de maneira bastante mitificada. Disse ele que “as palavras, no Padre Lopes Gama, estavam sempre unidas a alguma coisa: um pensamento, uma convicção, uma vontade de servir”. Em outra ocasião, consagrou como sua principal característica a jovialidade. Aliás, o próprio Lopes Gama se autodefiniu, em várias ocasiões, como uma pessoa jovial. Delgado perpetuou esta imagem dizendo que “somos agradavelmente forçados a rir, ainda hoje, lendo as suas páginas”. Ao longo deste trabalho questionaremos a quais tensões e interesses políticos estavam relacionadas esta “vontade de servir” e essa “jovialidade”.<sup>4</sup>

Em 1983, foi publicada uma versão fac-similar, que está sendo utilizada para o presente estudo, organizada por Leonardo Dantas Silva, em três volumes, contendo todos os exemplares de *O Carapuceiro* de 1832 a 1842. No prefácio, o organizador desse louvável trabalho deixou transparecer o caráter folclórico ainda atribuído a esta fonte, dizendo que passou a defender “por sugestão de Câmara Cascudo, a microfilmagem da coleção do jornal do Padre Lopes Gama, *O Carapuceiro*, como o mais importante

---

<sup>3</sup> FREYRE, Gilberto. “O Padre Carapuceiro”, in: VALENTE, Waldemar. *O padre Carapuceiro: crítica de costumes na primeira metade do século XIX*. Recife: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, 1969, p. xxix-xxxiv, apud. Biblioteca Virtual Gilberto Freyre ([prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/](http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/)); Idem. “Um ortodoxo brasileiro do século XIX”. *Jornal do Comércio*. Recife, 17 de setembro de 1942. Coluna : Pessoas, Coisas e Animais, apud. Biblioteca Virtual Gilberto Freyre ([prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/](http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/)); MONTENEGRO, Olívio. *Memórias do Ginásio Pernambucano*. Recife: Imprensa Oficial, 1943, p. 14.

<sup>4</sup> DELGADO, Luiz. *Lopes Gama: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Agir, 1958, pp. 14-15.

documentário crítico de costumes da primeira metade do século XIX no Brasil”. Não fizemos neste trabalho o uso planejado por Câmara Cascudo e por Dantas para esta edição fac-similar. Ao contrário, tentamos romper com essa imagem de “documentário crítico de costumes”. Procuramos demonstrar, aqui, que *O Carapuceiro* foi, sobretudo, um periódico político.<sup>5</sup>

*O Carapuceiro* também foi publicado como suplemento no *Diário de Pernambuco* entre 1840 e 1844. Algumas destas colunas estão reproduzidas integralmente na obra de José Antônio Gonsalves de Mello, *Diário de Pernambuco: Economia e Sociedade no segundo reinado*, publicada em 1996 em comemoração aos 170 anos desse periódico, o mais antigo em circulação na América Latina. Mello considerou Lopes Gama como um dos “mais famosos colaboradores” do *Diário de Pernambuco* na década de 1840. Contudo, o organizador da coletânea deixou bem clara sua opção pela escolha “de artigos sobre os costumes da época”. Por exemplo, Gonsalves de Mello destacou, com ênfase, que Lopes Gama foi um dos primeiros a registrar o hábito de comer feijoada. Novamente a crítica de costumes é frisada como a característica central de *O Carapuceiro*.<sup>6</sup>

Apenas dois autores procuraram analisar as proposições políticas de Lopes Gama: Amaro Quintas e Gláucio Veiga. Quintas, em 1958, publicou *O Padre Lopes Gama político*. Mas a fonte que analisou não foi *O Carapuceiro*, e sim o *Sete de Setembro*, periódico publicado entre 1845 e 1846. Assim Quintas não conferiu importância política a mais célebre produção deste jornalista, que inclusive lhe rendeu o apelido de Padre Carapuceiro. Para a análise do “Padre Lopes Gama Político”, Quintas foi buscar outra fonte. Novamente há um desprezo pelo caráter político de *O Carapuceiro*. Além do mais, a análise de Quintas é repleta de observações incoerentes. Ele considera, por exemplo, uma apreciação de Lopes Gama no *Sete de Setembro* n. 17, de novembro de 1845, como precursora da teoria da luta de classe de Marx. Em outra ocasião, declara que o Padre Carapuceiro esteve muito acima da “mentalidade dominante do seu tempo”. Incongruências

---

<sup>5</sup> GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. *O Carapuceiro*. (3 vols.). Edição Fac-similar da Coleção do Jornal (1832-1842). Recife : Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983.

<sup>6</sup> MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco*. Economia e Sociedade no 2º. Reinado. Recife : Editora Universitária da UFPE, 1996, pp. 301-397.

analíticas como essas acabam por empobrecer um trabalho cuja pesquisa empírica é riquíssima.<sup>7</sup>

O único historiador que usou *O Carapuçeiro* para a análise das idéias políticas de Lopes Gama foi Gláucio Veiga. Este publicou, em 1981, o compêndio *História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife*, no qual há uma seção dedicada àquele que foi por duas vezes diretor do pioneiro Curso Jurídico de Olinda, criado juntamente com o do Largo de São Francisco, em São Paulo, em 1827. Veiga contesta Quintas, negando que houve uma antecipação da teoria de Marx nos escritos de Lopes Gama, pois o pensamento deste seria “um desdobramento, ampliação, de uma matriz saint-simoniana”. Mas, se há um grande mérito no trabalho de Veiga pelo fato de pioneiramente tratar *O Carapuçeiro* como um subsídio para a história das idéias políticas, existem também algumas ressalvas. Em primeiro lugar, sua análise é por vezes meramente descritiva, resguardando-se em apenas enumerar as principais proposições de Lopes Gama, sem, na maioria das vezes, realizar um parecer crítico sobre o tema. Em segundo lugar, Veiga se prende muito às idéias de Lopes Gama, como se estas fossem descoladas de um contexto histórico. Não estabelece relações importantes entre as idéias e o momento político vivido. Veiga criticou os historiadores por muitas vezes não contarem com uma “sólida formação filosófica”. Disse que “é comum, entre eles, a perda do ‘sentido universal’ de certos fatos e a equívoca tendência de ‘localizar’ situações”. Mas, como é possível compreender a aversão que Lopes Gama nutriu em relação a qualquer tipo de processo revolucionário sem ter em mente que este vivenciou a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824? Como é possível entender a defesa que *O Carapuçeiro* empreendeu da Monarquia Constitucional sem realizar uma análise da conjuntura política do Período Regencial? Este trabalho irá, ao contrário de Veiga, localizar situações, e relacioná-las com as idéias, para que estas não fiquem soltas, como se estivessem fora de uma determinada época.<sup>8</sup>

Recentemente, a historiografia voltou a se debruçar sobre esta extensa documentação. Mas a mesma lacuna continuou sendo verificada, ou seja, *O Carapuçeiro* continuou sendo tratado como um periódico “sempre moral”. Ainda não foi empreendido

---

<sup>7</sup> QUINTAS, Amaro. *O Padre Lopes Gama Político*. Recife : Imprensa Universitária, 1958, pp. 31-32 e 43-44.

<sup>8</sup> VEIGA, Gláucio. *História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife*. V. II. Recife: Editora Universitária, 1981, pp. 261-285.

um trabalho consistente que demonstrasse que este jornal não foi “só *per accidens* político”. Esta historiografia concedeu ênfase àquilo que havia de diferenciador entre *O Carapuceiro* e as outras gazetas do período, ou seja, o fato de que este não tinha como eixo condutor empreender discussões políticas. Trata-se de uma imagem construída desde 7 de abril de 1832, quando Lopes Gama iniciou sua campanha jornalística dizendo que “assim como há loja de chapéus, meu periódico é fábrica de carapuças”. Não é tarde para desconstruir e relativizar esta imagem arraigada há mais de um século e firmemente alimentada por gerações sucessivas de folcloristas e historiadores.<sup>9</sup>

Evaldo Cabral de Mello organizou uma coletânea — publicada em 1996 pela Companhia das Letras —, na qual selecionou apenas aquilo que ele chamou de “artigos de feitiço costumbrista”. Na sua introdução, afirmou que “na história do jornalismo brasileiro da primeira metade do século XIX, o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama ocupou um lugar à parte”, dando a entender que *O Carapuceiro* foi um jornal completamente diferente dos demais que circularam na época, os quais primavam por discussões politizadas. Questionamos este “lugar à parte” reservado ao Padre Carapuceiro dentro da imprensa periódica. Questionamos, também, ao longo deste trabalho, o status de jornal “costumbrista” atribuído a *O Carapuceiro*. Entendemos ser ingenuidade acreditar que o objetivo principal do autor dessa gazeta fosse “reformular os costumes, por lhe parecerem perigosamente subversivos”, como entende Mello. O humor e a sátira não foram empregados de maneira exclusivamente idealista — tiveram também o caráter de afirmação política. O humor e a sátira tiveram, enfim, a capacidade de legitimar idéias que, extrapolando os hábitos e a vida privada, abarcaram um campo mais vasto e com implicações institucionais mais concretas. O humor de Lopes Gama fortaleceu suas propostas políticas. Colocar em ridículo os vícios ajudou-o a colocar em ridículo as opiniões políticas contrárias às dele.<sup>10</sup>

Continuando sua análise, Evaldo Cabral de Mello traçou um panorama do posicionamento político de Lopes Gama ao longo de sua vida, desde sua aparição na vida pública da província, quando foi nomeado lente de Retórica do Seminário de Olinda por Luís do Rego Barreto, ao tempo da Devassa da Insurreição de 1817, até sua morte, em

---

<sup>9</sup> *O Carapuceiro* n. 1 (7/ abril/1832).

<sup>10</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. “Introdução”, in: MELLO, Evaldo Cabral de. (org.). *O Carapuceiro: crônicas de costumes*. São Paulo : Cia das Letras, 1996, p. 7 e 10.

1852. Mello entende que “a posição assumida por Lopes Gama na sua crítica social acompanhou de perto sua posição política”. Compara, por exemplo, a crítica que *O Carapuceiro* empreendeu aos absolutistas, por um lado, e aos republicanos, por outro, de modo a explicar a sua constante moderação em relação aos costumes. Percebe-se, em suma, como Mello subordinou as discussões políticas à crítica moral. O mais importante para ele era, pois, a compreensão do viés “costumbrista”. Aqui propomos o enfoque inverso. Entenderemos a idéia de constituir um “periódico sempre moral” como uma atitude acima de tudo política. Atentaremos para os usos políticos exercidos pelo “humor satírico” do Padre Carapuceiro.<sup>11</sup>

Maria Lúcia García Pallares-Burke, por sua vez, tentou demonstrar que *O Carapuceiro* empreendeu uma “tradução cultural” do jornalismo de crítica de costumes de um jornal inglês do século XVIII, constatando que Lopes Gama transcreveu em alguns artigos, principalmente naqueles que tratam sobre as mulheres, longos trechos do periódico inglês *The Spectator* (1711-1714). A autora defendeu a pretenciosa tese de que um modelo de representação do gênero feminino veiculado na Inglaterra no início do século XVIII foi “traduzido culturalmente” para a realidade brasileira do Período Regencial. É temerário afirmar que, por causa de transcrições encontradas em 38 números de *O Carapuceiro*, dentre um total de 427 edições do jornal, o “‘quadro mental’ da cultura brasileira era semelhante ao da inglesa de mais de 100 anos antes”. Os próprios dados trazidos pela autora traem seus argumentos. Ela enumera 180 números de *O Carapuceiro* que se referiram inteiramente, ou em parte, à mulher, real ou ideal. Destes, apenas 38 trazem transcrições do *The Spectator*. É muita pretensão, também, crer que um periódico que circulou durante três anos na Inglaterra possa ter feito com que Lopes Gama observasse e prescrevesse “de acordo com poderosas convenções e estereótipos que formavam parte de um quadro mental internacional, fácil de transportar apesar das barreiras lingüísticas, nacionais e culturais.” Cabe lembrar que *O Carapuceiro* circulou por uma década, e que os seus artigos trataram dos mais variados temas. Ademais, seria menosprezar as

---

<sup>11</sup> Ibidem, p. 12-26.

particularidades de uma cultura local acreditar que o modelo de mulher representado por Lopes Gama fizesse parte de um “quadro mental internacional”.<sup>12</sup>

Pallares-Burke, assim, apesar de esboçar rapidamente certas proposições políticas assumidas por Lopes Gama em *O Carapuço*, não conferiu a devida importância a este que é um dos aspectos essenciais para uma melhor compreensão dessa fonte. A autora acabou por se deter em aspectos menos relevantes e difíceis de serem comprovados.

Finalmente, Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, em breve ensaio, conferiu proeminência à suposta missão de Lopes Gama de distribuir “carapuças de todos os tamanhos e para toda a casta de cabeças”, e chegou a afirmar que sua postura “não é comum ao pensamento de época”. Esta autora, em um artigo meramente descritivo, não trouxe nada de novo que viesse a enriquecer as análises feitas sobre *O Carapuço*. Apenas reiterou uma imagem já construída por diversos estudiosos ao longo de todo o século XX.<sup>13</sup>

Dessa maneira, constatamos que uma releitura atenta dessa fonte merece ser realizada sob o viés político. Mesmo os números que teoricamente não trataram de política também expressaram uma visão politizada do mundo. Desde o início de sua publicação, *O Carapuço* empreendeu uma crítica sobre os motivos pelos quais as instituições democráticas e representativas, implantadas a partir de 1820, não vinham obtendo sucesso no Brasil. Segundo Lopes Gama, o motivo principal para o insucesso dessas instituições estaria na base social do Império, ou seja, no povo brasileiro. O elemento humano, o cidadão, que teria que fazer funcionar esse aparato institucional, não estava preparado para tanto. E desde 1832 até 1842, até mesmo nos artigos que não se pretendiam políticos, mas apenas morais, o Padre Carapuço empreendeu uma rica análise das características e peculiaridades do “povo brasileiro”, relacionando este com as instituições políticas existentes no Império. Enxergar *O Carapuço* apenas como “um periódico moral” seria deveras redutor, pois se trata de uma gazeta que circulou durante 10 anos, com uma nítida influência política.

---

<sup>12</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia floresta, O Carapuço e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo : Hucitec, 1996, pp. 164-165. Sobre o conceito de “tradução cultural”, ver a introdução do trabalho de Pallares-Burke.

<sup>13</sup> RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. “Uma fábrica de carapuças”, in: *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas : Pontifícia Universidade Católica de Campinas. n. 170, ano XXX, julho/setembro 1998, p p. 209-214.

## **Espaço público e imprensa periódica no Brasil**

Em 1817, logo após o malogro da Revolução Pernambucana de 6 de março, o então frei beneditino Miguel do Sacramento Lopes Gama ingressou na vida pública da província de Pernambuco.<sup>14</sup> Como não participou do movimento revolucionário, foi agraciado com o cargo de lente de Retórica do Seminário de Olinda, estabelecimento bastante desfalcado pela enorme quantidade de padres mortos ou presos em decorrência de sua participação na revolução. Em 1820, depois da eclosão do movimento constitucionalista do Porto, foram decretadas leis de liberdade de imprensa. Surgiram, então, diversos jornais no Recife. Lopes Gama escreveu alguns deles, como *O Conciliador Nacional*, que circulou entre 1822 e 1825. Estavam sendo configuradas as bases de uma nova cultura política na qual a imprensa periódica assumiria um papel de alta relevância. Ocorria um processo de transformação dos espaços públicos de discussão política no Brasil.

Assim, usaremos como referencial teórico a noção de *espaço público* formulada por Jürgen Habermas e utilizada para este período no caso brasileiro nos estudos elaborados por Marco Morel. Este usou os principais conceitos do sociólogo alemão para analisar a imprensa, os atores políticos e as sociabilidades no Rio de Janeiro entre 1820 e 1840. Morel faz considerações importantes acerca de três entendimentos distintos, todos válidos para a análise aqui proposta, acerca da expressão “espaço público”. Em primeiro lugar, trata-se da “cena ou esfera pública, onde interagem diferentes atores, e que não se confunde com Estado”. Trata-se, também, “da esfera literária e cultural, que não é isolada do restante da sociedade e resulta da expressão letrada ou oral de agentes históricos diversificados”. E, por fim, engloba “os espaços físicos ou locais onde se configuram estas cenas e esferas”.<sup>15</sup>

O enfoque conferido à palavra imprensa neste trabalho assemelha-se à noção proposta por Robert Darnton, que coordenou um grupo de pesquisadores que se dedicou aos estudos da imprensa na França antes e depois da Revolução. Estes procuraram enxergar as prensas tipográficas, não apenas como máquinas capazes de registrar os acontecimentos,

---

<sup>14</sup> Lopes Gama abandonou a ordem beneditina em 1834. MELLO, Evaldo Cabral de. “Introdução”..., p. 28.

<sup>15</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo : Hucitec, 2005, p 18. Outro trabalho importante que analisa a formação de uma cultura política na qual a imprensa periódica se constituiu em aspecto central é o de PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo : Hucitec/Fapesp, 2002, pp. 65-102.

mas como uma “força ativa na história”. Darnton afirma que “a prensa tipográfica foi o principal instrumento na criação de uma nova cultura política” e que “para tomar o poder tem que tomar a palavra e difundir-la”. Diz, ainda, que “num mundo sem telefone, rádio, televisão, a única maneira de comover a opinião pública numa escala nacional é o tipo móvel”. Dessa maneira, temos em mente que o processo de formação do Brasil como Estado-nação autônomo se processou no seio de uma conjuntura mais ampla - a emergência de uma nova cultura política em todo o mundo atlântico, cultura na qual jornais, almanaques, panfletos, cartazes, estampas e qualquer outro tipo de impresso exercia grande influência.<sup>16</sup>

Ainda durante os primeiros anos da década de 1820, houve uma cisão bastante nítida entre as elites pernambucanas, e Lopes Gama se posicionou claramente em relação a elas. Para situar o posicionamento dele dentro das elites políticas que se formaram durante o processo de independência utilizamos as categorias formuladas por Marcus J. M. de Carvalho: centralistas e federalistas. Os primeiros se vincularam ao “projeto do Rio de Janeiro”, que propugnava por uma centralização política a partir da Corte. Os segundos almejavam uma maior autonomia provincial. Os federalistas, frustrados após a dissolução da constituinte em novembro de 1823, foram aos poucos acirrando as rivalidades políticas com os centralistas, e deram origem ao grupo revolucionário que promoveu a Confederação do Equador de 1824. Lopes Gama, adepto do grupo centralista, apoiou a carta constitucional outorgada e desdenhou dos intentos dos rebeldes de 1824 através da imprensa. Após a restauração da ordem, como já ocorrera em 1817, ele foi agraciado novamente com cargos públicos, outra vez no aparato educativo da província. Também recebeu o encargo de dirigir a tipografia oficial do governo, sendo o único a publicar um periódico por cerca de um ano — a liberdade de imprensa havia sido cerceada.<sup>17</sup>

Em 1831, D. Pedro I abdica. Lopes Gama, nessa conjuntura, se posicionou enfaticamente contra os Restauradores, que intentavam restituir o ex-imperador ao poder. Exatamente um ano após a abdicação, ele iniciou a publicação de *O Carapuceiro*. Para melhor compreensão das três principais tendências políticas que se formaram após a

---

<sup>16</sup> DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). *A Revolução Impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1996, pp. 15-16.

<sup>17</sup> CARVALHO, Marcus J. M. “Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824”, in: *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36. São Paulo, 1998.

abdicação de D. Pedro I — Restauradores, Exaltados e Moderados —, usamos mais uma vez as reflexões propostas por Marco Morel. Este definiu cada um desses agrupamentos como defensor de uma soberania distinta, a saber, a monárquica, a da nação e a popular.<sup>18</sup>

Depois de três anos de publicação desse jornal, a vida de Lopes Gama foi marcada por um nítido processo de ascensão política e social. Em 1835, ele foi eleito deputado provincial, nomeado diretor do Colégio dos Órfãos e diretor interino do Curso Jurídico de Olinda. Ocorreu, no entanto, uma pausa de dois anos em *O Carapuço* —1835 e 1836. O reaparecimento se deu em 1837. A situação política já era completamente diferente dos anos iniciais da regência. Se, após a abdicação, houve reformas no Estado de caráter descentralizador e democratizantes, no final da década de 1830 elas foram amenizadas ou, até, revogadas. Como *O Carapuço* esteve de acordo com o ideário que reformulou o Estado Imperial a partir da renúncia do Regente Diogo Antonio Feijó em 1837, utilizamos as obras de José Murilo de Carvalho e de Ilmar R. de Mattos para o entendimento destas reformas políticas.<sup>19</sup>

Por fim, cabe pontuar que Lopes Gama viveu de 1793 a 1852. Ele vivenciou o período em que o Brasil se consolidou como Estado e como nação. Ele foi um ator que observou, participou e emitiu sua opinião acerca deste processo. Cabe, pois, refletir brevemente sobre estes dois conceitos. Nação é um conceito moderno. Só é possível pensar em nações e nacionalismos a partir do século XIX<sup>20</sup>, época em que emergiram as nações européias e americanas, inclusive a brasileira. Para Hobsbawm, os nacionalismos é que deram origem à formação dos Estados nacionais, ou seja, o sentimento nacional é anterior à nação como corpo político.<sup>21</sup> No entanto, este processo se deu no Brasil de maneira singular. Não havia uma “comunidade política imaginada”<sup>22</sup> no momento da independência. Os deputados brasileiros que estiveram nas Cortes Constituintes em Lisboa durante 1821 e 1822 consideravam-se como membros da *nação* portuguesa, classificando as províncias que os elegeram como suas *pátrias*. O Brasil se enquadraria, no discurso

<sup>18</sup> MOREL, Marco. *As transformações...*, p p. 99 – 151.

<sup>19</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. A elite política imperial. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / Relume-Dumara, 1996; MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. A formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990.

<sup>20</sup> HOBBSAWM, E. J. Nações e nacionalismos desde 1870 – programa mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 17.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>22</sup> ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo : Ática, 1989, p. 14.

desses deputados às vésperas da independência, apenas dentro do conceito de *país*. Segundo João Paulo Garrido Pimento e Istvan Jancsó, não era possível pensar nem em um Estado, nem em uma nação brasileira à época da independência. As estruturas políticas do império tiveram que se consolidar internamente, até através da força, para então se poder pensar em uma possível consciência nacional. Os movimentos políticos desencadeados na primeira metade do século XIX são sintomáticos, e demonstram como o processo de construção da nação foi lento e desigual no Brasil.

Sendo assim, a historiografia brasileira contemporânea tende a enxergar a primeira metade do século XIX como o período da difícil consolidação do Estado e, conseqüentemente, da nação brasileira. Tal consolidação se constituiu, pois, num processo altamente complexo, no qual identidades políticas se entrelaçaram e coexistiram. Veremos, nesta dissertação, que, na década de 1830, as identidades políticas regionais ainda se chocavam com uma identidade mais ampla, a identidade nacional, e que *O Carapuceiro* procurou reforçar a segunda em relação à primeira. Esta noção de “identidades políticas” foi extraída dos trabalhos de Márcia Berbel, de Istvan Jancsó e de João Paulo Garrido Pimenta.<sup>23</sup>

Finalmente, é importante destacar que este trabalho se dedicou ao estudo do Período Regencial (1831-1840), época que vem recebendo pouca atenção por parte da historiografia atual que investiga a formação do Estado Nacional.<sup>24</sup>

Dos 427 números de *O Carapuceiro* publicados entre 1832 e 1842, foram lidos, fichados e sistematizados 110. Estes são os que traziam temáticas políticas de maneira explícita. Isso não significa que os demais artigos, apenas por seu aparente desinteresse político, não contenham abordagens desse tipo. Muitas vezes Lopes Gama não se propôs a falar sobre assuntos políticos no início da edição e acabou por fazer isso no decorrer do texto.

---

<sup>23</sup> BERBEL, Márcia R. *A nação como artefato* : Deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822). São Paulo : Hucitec/FAPESP, 17-56.; JANCOSO, István; PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)” in: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: Histórias*. São Paulo : Editora Senac, 2000.

<sup>24</sup> Basta observar uma das mais recentes coletâneas sobre a formação do Estado Nacional para constatar que o Período Regencial não vem recebendo a devida atenção por parte dos pesquisadores: JANCOSO, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Ijuí : Editora Unijuí/FAPESP/Hucitec, 2003.

No primeiro capítulo, procuramos discutir a trajetória de Lopes Gama durante o período que antecedeu a publicação de *O Carapuceiro* (1793-1832), em correlação com as transformações dos espaços públicos no Brasil, demonstrando de que forma a imprensa periódica se constituiu em uma esfera de vital importância na nova cultura política que se instituía. Ao final deste, iniciamos a análise das fontes propriamente ditas, buscando demonstrar que o suposto objetivo que Lopes Gama conferiu a *O Carapuceiro*, ou seja, de que este seria um “periódico sempre moral e só *per accidens* político”, foi um artifício retórico.

No segundo capítulo, buscamos corroborar que *O Carapuceiro* participou do debate político ao longo de todo o Período Regencial, e que emitiu opiniões eloqüentes acerca dos acontecimentos que se processaram naquele momento. Demonstraremos, também, que *O Carapuceiro* propôs um modelo de Estado para o Brasil, e para isso utilizou-se dos mais variados recursos discursivos: a manipulação da memória, a ironia, a evocação de uma causa verdadeiramente nacional e, por vezes, até a agressão verbal.

No terceiro capítulo, analisaremos as proposições de Lopes Gama que defendiam um modelo de Estado ideal de acordo com as peculiaridades daqueles que o iriam compor e governar. Verificaremos que ele construiu uma visão específica sobre o povo brasileiro, qual seja, de que os brasileiros não estavam aptos para serem regidos por instituições democráticas. Explicitaremos, enfim, que *O Carapuceiro* formulou uma concepção acerca do cidadão ideal que poderia levar adiante com sucesso as instituições do Regime Constitucional Representativo, não no período em que escrevia, mas em um futuro longínquo e ainda não vislumbrado.

### **Uma tendência da historiografia atual**

Segundo Evaldo Cabral de Mello, a “fundação do Império é ainda hoje uma história contada exclusivamente do ponto de vista do Rio de Janeiro, à época, pelos publicistas que participaram do debate público da Independência, e depois pelos historiadores como Varnhagen, Oliveira Lima, Tobias Monteiro ou Otávio Tarquínio de Souza, que reprimaram a versão original visando à maior glória ou da monarquia ou da unidade nacional”. Para ele, o último trabalho a inscrever-se nessa tradição foi o de José Honório

Rodrigues. Citando apenas um desses historiadores como exemplo, temos Oliveira Lima, que afirmou que havia, no início do Período Regencial, “um trasbordamento agressivo da imprensa sectária” e que, em meio à “alta maré demagógica” e “à desagregação nacional”, o “Brasil se debateu durante vários anos” na anarquia. Não é preciso muita perspicácia para perceber que o pensamento mais radical não era visto com bons olhos por Oliveira Lima.<sup>25</sup>

Mas, voltando às idéias de Mello, este diz que Roderick J. Barman, há cerca de quinze anos, questionou o paradigma ainda vigente. Ele afirmou que, à exceção de Barman, o paradigma historiográfico ainda é o mesmo do final do século XIX e início do XX. Nesse aspecto temos que discordar. Se a “historiografia saquarema” - termo que Mello cunhou para criticar esses historiadores que desde a época da formação do Estado nacional enxergaram tudo sob o enfoque do Rio de Janeiro - valorizou exageradamente o pensamento conservador, uma reação na historiografia nas últimas décadas acabou por privilegiar o pensamento federalista, radical, liberal, libertário, republicano, seja qual for a denominação conferida aos atores sociais que se voltaram contra a monarquia conservadora unitária centralizada no Rio de Janeiro.<sup>26</sup>

Basta notar que Frei Caneca vem sendo reiteradamente recuperado, pelo próprio Evaldo Cabral de Mello, por Marco Morel, por Denis Bernardes ou por Maria de Lourdes Viana Lyra. Basta notar que o federalismo também vem sendo tema de inúmeras pesquisas, como a de Miriam Dolhnikof ou mesmo a mais recente, de Mello. O exemplo de Renato Lopes Leite é paradigmático, pois ele procurou corroborar que, mesmo não utilizando-se da palavra república, os pensadores radicais que escreveram jornais à época da independência foram republicanos.<sup>27</sup>

Assim, há uma forte tendência na historiografia das últimas décadas em conceder ênfase ao pensamento radical, tanto o da década de 1820 com o da de 1830. Marco Morel,

---

<sup>25</sup>MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo : Ed. 34, 2004, p. 11; LIMA, Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Rio de Janeiro : Topbooks, 1997, pp. 174-180.

<sup>26</sup>MELLO, Evaldo Cabral de. “Frei Caneca ou a outra Independência”, in: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo : Ed. 34, 2001, pp. 17, 19 e 26.

<sup>27</sup>BERNARDES, Denis. *A idéia do pacto e o constitucionalismo em Frei Caneca*. São Paulo : Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1996; LYRA, Maria de Lourdes Viana. “Pátria do cidadão: A concepção de pátria/nação em Frei Caneca”, in: *Rev. bras. Hist.*, 1998, vol.18, n.36. MELLO (org.). *Frei...;* MOREL, Marco. *Frei Caneca: Entre Marília e a Pátria*. Rio de Janeiro : Ed. da FGV, 2000; DOLHNIKOF, Miriam. “As elites...”; LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e Libertários. Pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.

apesar de considerar os caramurus os grandes vitoriosos da época da menoridade (constatou que durante o “regresso” foram esses que galgaram ao poder), dedicou grande parte de seus trabalhos acadêmicos ao estudo de pensadores que poderíamos chamar de liberais ou reformistas. Morel publicou uma obra biográfica de Cipriano Barata (1762-1838), médico, jornalista e panfletário radical que participou da Conjuração Baiana de 1798, atuou na Revolução de 1817 em Pernambuco, sendo preso diversas vezes por causa do tom enérgico de suas palavras impressas, principalmente nas várias edições e versões do jornal *Sentinela da Liberdade*, muitas delas escritas nos cárceres. No início das regências, quando já tinha passado da casa dos setenta anos, Barata ainda teve considerável atuação política.<sup>28</sup> Morel também analisou as influências de Abade Gregoire (1750-1831) no discurso de clérigos brasileiros nos idos das décadas de 1820 e 1830. Trata-se de um mapeamento de como as idéias de um religioso francês que defendia a igualdade racial e a revolução negra do Haiti (1791-1825) tiveram entrada e repercussão no Brasil imperial.<sup>29</sup> Por fim, esse mesmo historiador publicou um breve ensaio sobre o período das regências, conferindo destaque a um personagem específico, Antônio Borges da Fonseca, outro jornalista que defendia idéias políticas bastante revolucionárias e que, no final das regências, se via desiludido com os rumos da “revolução de 7 de abril”.<sup>30</sup>

Magda Ricci, por sua vez, publicou outra obra biográfica de um dos principais personagens da regência, o Padre Diogo Antônio Feijó, o primeiro regente uno que encabeçou a implantação do Ato Adicional e levou a cabo uma política considerada na época bastante liberal.<sup>31</sup> Jorge Caldeira organizou uma coletânea de textos de Feijó, e na introdução mitificou este personagem, dizendo, por exemplo, que “sua vitória nas eleições de 1835” foram “tanto a vitória de um desejo nacional como um indicativo de quem via melhor as possibilidades efetivas de transformações para o momento”. Caldeira fez do Padre Regente uma espécie de líder popular, chegando a dizer que as “lutas que Feijó vislumbrava eram as que interessavam aos brasileiros, pois todas eram essenciais para

<sup>28</sup> MOREL, Marco. *As transformações...*, pp. 145-147. Idem. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia/Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

<sup>29</sup> Idem. “O abade Gregoire, o Haiti e o Brasil: repercussões no raiar do século XIX”, in: *Almanack Braziliense*. n. 2, novembro de 2005, pp. 76-90.

<sup>30</sup> Idem. *O período...*, pp. 66-69.

<sup>31</sup> RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente*. Diogo Antônio Feijó (1784-1843). Campinas : Editora da Unicamp, Cecult Ifhc, 2001.

transformar a herança colonial em num país de verdade”.<sup>32</sup> Cabe, por fim, citar outros dois recentes trabalhos, um de Marcello Otávio Basile – *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino da corte imperial* –, e outro de Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, sobre o já citado pensador radical Antônio Borges da Fonseca.<sup>33</sup>

Houve, portanto, uma forte reação nas últimas décadas contra a “historiografia saquerema”. Todos esses estudos têm enorme relevância para o entendimento da complexidade e da diversificação do pensamento político da independência e do Período Regencial. Mas o ponto comum entre essas análises, o fato de focarem atores sociais libertários, por assim dizer, constitui sua deficiência. Acabam por encobrir a vertente política que predominou ao final da década de 1830 e, quiçá, por todo o Império, ou seja, as idéias conservadoras. Talvez o único estudo recente de fôlego que se debruçou neste aspecto seja o de Ilmar R. de Mattos, que teve como objeto de pesquisa a hegemonia do Partido Conservador (os “saquaremas”) iniciada em fins da regência.<sup>34</sup>

Esta dissertação procura, então, romper com este paradigma historiográfico atual, e aprofunda-se em um ator social notadamente conservador. Fonte que sempre foi caracterizada como “folclórica” ou como “crítica de costume”, *O Carapuceiro* representa idéias políticas que sustentaram as diversas reformas institucionais que sofreu o Estado – jurídicas, militares, administrativas ou no sistema representativo. O fato de Feijó, depois de participar da Revolução Liberal de 1842, ser encarcerado doente sem ao menos ter passado por um julgamento, muito se deve a pessoas como Lopes Gama, que defendiam que o judiciário deveria julgar rebeldes sem os empecilhos da lei e com forte influência do executivo. O fato de vigorar durante todo o império a distinção entre cidadãos ativos e passivos, e de a exclusão política se acentuar no final e século XIX com a Lei Saraiva (1881), época em que vários países adotavam o sufrágio universal, muito se deve a pessoas

---

<sup>32</sup> CALDEIRA, Jorge. “Introdução”, in: CALDEIRA, Jorge (org.). *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo : Ed. 34, 1999, pp. 14-15.

<sup>33</sup> BASILE, Marcello Otavio. *Ezequiel Corrêa dos Santos: Um jacobino na Corte Imperial*, Ed. da Fgv, 2001; RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *A atuação política de um publicista: Antônio Borges da Fonseca*. Campinas : Pucc, 1995.

<sup>34</sup> MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo...*

como Lopes Gama que elaboraram convincentes teorias sobre as razões de não se dever ampliar a cidadania ativa a uma maior parcela da população.<sup>35</sup>

Enfim, talvez seja esclarecedor compreender as idéias daqueles que realmente definiram os rumos do império.

Cabe, por fim, questionar se, tal qual afirma Evaldo Cabral de Mello, “o percurso político de Lopes Gama antecipou, com dois ou três decênios de diferença, o roteiro de vários dos estadistas do Segundo Reinado, como Nabuco de Araújo(...), os quais, tendo iniciado suas carreiras sob o signo de conservador-constitucional, corrigiram o rumo a meio caminho para dar-lhe um destino liberal”. No período em que escreveu *O Carapuceiro*, afirmamos, convictamente, que o Padre Carapuceiro não direcionou sua atividade política a “um destino liberal”. Afirmação que não podemos fazer tão convincentemente em relação à época em que redigiu o periódico *O Sete de Setembro* (1845-1846), mas temos ao menos o direito de desconfiar. Soa estranho pensar que uma pessoa possa mudar de posicionamento radicalmente em menos de uma década, e a própria saída de Lopes Gama do movimento praieiro, quando este começava a tomar feições mais populares, embasa nosso estranhamento. Soa mais estranho ainda ouvir a afirmação de Amaro Quintas de que um artigo de *O Sete de Setembro* de 1845 antecipou o Manifesto Comunista de Karl Marx de 1848, tese que causa bastante estranheza para quem teve contato com o conservador Padre Carapuceiro da década de 1830. Apoiar em dado momento os liberais praieiros é uma coisa, defender a luta de classes ou a soberania popular é outra, bastante diferente. Contudo, o que se depreende dessa análise é, sobretudo, a trajetória cômica, bem humorada, de um pensamento radicalmente conservador.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> CALDEIRA, Jorge. “Introdução”..., pp. 39-41; HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Préfacio”, in: CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo-Brasília : Ed. Nacional-I.N.L., 1977, pp. XXII

<sup>36</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. “Introdução”..., pp. 13-14; QUINTAS, Amaro. *O Padre...*, pp. 31-32 e 43-44.

## CAPÍTULO 1 - NA “ARENA DOS GLADIADORES PERIODIQUEIROS”

### A - Um ambiente católico e ilustrado

Observam-se duas características presentes na formação de Miguel do Sacramento Lopes Gama: suas origens urbanas e o ambiente ilustrado em que cresceu. Ele nasceu no Recife no ano de 1793. Seu pai, João Lopes Cardoso Machado, português, formado em medicina pela Universidade de Coimbra, foi nomeado Delegado da Real Junta de Proto-Medicato em Pernambuco em 1783, casando com a brasileira Ana Bernarda do Sacramento Lopes Gama, provinda de família ilustrada e influente dentro do aparato político colonial do porto do Recife. Seu tio-avô materno, por exemplo, José Fernandes Gama, foi tradutor de obras de Ovídio. O fato de seu pai ter se formado na Universidade de Coimbra no momento em que a mesma sofria os efeitos das reformas pombalinas, que teve seu início em 1772, é altamente significativo para compreender o ambiente intelectual do período. Mesmo sabendo que não havia uma pedagogia monolítica em Coimbra, e que várias correntes de pensamento se entrecruzaram no ambiente universitário, pode-se afirmar que, apesar dessa pluralidade acadêmica, a concepção de mundo ali presente era fortemente marcada pela ilustração, não a francesa anticlerical, mas a portuguesa, fortemente articulada com o catolicismo.<sup>37</sup>

Aliás, na própria capitania de Pernambuco já eram efetivadas reformas administrativas de caráter ilustrado típicas do pombalismo desde fins do século XVIII, a exemplo da tentativa de racionalizar e controlar as tropas auxiliares de “pretos e “pardos”, empreendida pelo então governador de Pernambuco, José César de Meneses, em 1782, e continuada, no início de do século XIX, pelo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Num panorama econômico mais amplo, com o intuito de “racionalizar a estrutura empresarial em favor dos grandes comerciantes nacionais [portugueses]

---

<sup>37</sup>Dados biográficos de Miguel do Sacramento em COSTA, F. A. Pereira da. *Dicionário...*; DELGADO, Luiz. *Lopes...*, pp. 5-17; FREYRE, Gilberto. “Um ortodoxo...”; MELLO, Evaldo Cabral de. “Introdução”..., pp. 7-28; MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Diário...*, pp. 303-309; MONTENEGRO, Olívio. *Memórias...*; PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia...*, pp. 129-165; QUINTAS, Amaro. *O Padre...*; RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. “Uma fábrica...”, pp. 209-214; VEIGA, Gláucio. *História...* A informação de que José Fernandes Gama foi tradutor de Ovídio está em MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Diário...*, p. 307-308. Sobre a pluralidade ideológica dentro da Universidade de Coimbra no final do século XVIII, ver MOREL, Marco. *As transformações...*, pp. 176-178. Sobre a reforma em Coimbra, ver também MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. O paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, pp. 95-118.

estebelecidos”, Pombal criou companhias de comércio monopolistas, como, por exemplo, a de Pernambuco. Outro exemplo emblemático do alcance das reformas ilustradas em Pernambuco é a instalação do Seminário de Olinda a partir do ano de 1800, no local do antigo Colégio dos Jesuítas, conforme proposta elaborada pelo Bispo Azeredo Coutinho. Segundo Pereira da Costa, um escritor coevo afirmou que a fundação do Seminário, pelo seu programa de estudos superiores, científicos, “transformara Olinda em uma nova Coimbra”. A ampla participação de Padres formados no Seminário de Olinda na Revolução de 1817 demonstra que a circulação de novas idéias havia ali ganhado território favorável.

38

Foi nesse contexto de aprofundamento das concepções de mundo ilustradas advindas da Península Ibérica que Lopes Gama adentrou na vida monástica, tendo iniciado seus estudos religiosos em 1805, no mosteiro de São Bento de Olinda. Professou-se monge beneditino em Salvador, no ano de 1808, no mosteiro de São Bento da Bahia. Tornou-se, pois, Frei Miguel do Sacramento Lopes (como ele assinou até incorporar o nome materno mais tarde). Retornou ao Recife em data desconhecida, permanecendo como membro da ordem beneditina até 1834, ano em que se secularizou. Escrevendo no *Diário de Pernambuco*, de 30 de abril de 1853, o amigo e colega de Lopes Gama no corpo docente da Faculdade de Direito de Olinda, Pedro Autran da Mota Albuquerque, disse que,

depois da abdicação, vendo Frei Miguel desamparada dos bens da fortuna a sua irmã que o criara, D. Ana Benedita Boaventura do Carmo, e suas sobrinhas, entendeu que devia secularizar-se, como, de fato, fez, bem ao seu pesar porque tinha grande amor ao instituto de São Bento, e chamou-as para sua companhia.<sup>39</sup>

Sua mãe faleceu em 1801, sendo que sua irmã, Dona Ana, assumiu o lugar materno. Só a partir de 1834, Frei Miguel passou a ser conhecido apenas como Padre Lopes Gama. A sua entrada no Mosteiro de São Bento oferece grandes evidências da influência que sua família materna já exercia na administração da capitania, pois foi seu tio-avô materno que

---

<sup>38</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos*. v. VII. Recife : FUNDARPE, 1983, pp. 11-16. Sobre as reformas ilustradas nas tropas auxiliares “pretos” e “pardos”, ver SILVA, Luiz Geraldo. “Negros Patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830)”, in: JANCSO, István (org.). *Brasil...*, pp.502-507. Sobre as companhias monopolista de comércio, ver MAXWELL, Keneth. *Marquês...*, pp. 51-69. Sobre o Seminário de Olinda, ver ALVES, Gilberto Luiz. *O Pensamento burguês no Seminário de Olinda: 1800/1836*. Campo Grande/Campinas : Ed. UFMS/Autores Associados, 2001. A expressão catolicismo ilustrado é utilizada por FALCON, Francisco Jose Calazans. *Época pombalina*. Política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo : Ativa, 1982, pp. 326-368.

<sup>39</sup> Apud. DELGADO, Luiz. *Lopes...*, p. 11.

solicitou à corte autorização para Lopes Gama se tornar noviço beneditino. Uma série de outros despachos à sede da monarquia portuguesa assinados por José Fernandes Gama leva a crer que ele realmente gozava de posição privilegiada na administração da capitania.<sup>40</sup>

Pouco se sabe sobre a vida de Lopes Gama antes de 1817, mas os dados acima levantados já são bastante significativos, na medida em que demonstram a ligação que tinha com setores de sua família materna, os Gama. Ele não se envolveu nos acontecimentos revolucionários transcorridos em Pernambuco em 1817 e, no contexto da devassa instaurada após o fracasso da revolução, obteve alguns privilégios, sendo nomeado pelo Capitão-General Luiz do Rego Barreto lente de Retórica do Seminário de Olinda. Assim, o fato de não ter aderido ao projeto revolucionário lhe rendeu seu primeiro cargo público, pois o Seminário se encontrava bastante desfalcado, devido ao grande número de padres que participaram da Revolução e que, ou foram mortos, ou foram presos e remetidos à Bahia. O fato de Lopes Gama, ao longo de toda sua vida, defender a atuação de Luiz do Rego Barreto é vinculado, por alguns historiadores, e com certa dose de razão, a essa nomeação.<sup>41</sup>

Outro dado bastante curioso, e também significativo, é o posicionamento conservador assumido em 1817 pelo pai de Lopes Gama, João Lopes Cardoso Machado, que então ocupava o cargo de físico-mor. Em carta a um destinatário identificado apenas como “meu compadre”, datada de 15 de junho de 1817, Cardoso Machado expõe sua indignação em relação à quebra da hierarquia social e étnica que os acontecimentos revolucionários provocaram: “Vossa Mercê não suportava chegasse a Vossa Mercê um cabra com um chapéu na cabeça e bater-lhe no ombro e dizer-lhe: adeus patriota, como estais, daí cá tabaco, ora tomai do meu; como fez um cativo do Branderodes ao Ouvidor Afonso; porém já se regalou com 500 açoites na cadeia”. Percebe-se tratar-se de um relato que demonstra a visão de um homem ilustrado, que ocupava uma posição de destaque como médico, e que se via horrorizado com o anseio das classes populares em se equipararem socialmente aos setores mais abastados. Exclamou ele, em outro momento, que “os cabras, mulatos e crioulos, andavam tão atrevidos que diziam que éramos todos

---

<sup>40</sup> Arquivo Histórico Ultramarino- PE. AHU-PE\_acl\_cu\_015, c264, 0.17705.

<sup>41</sup> Sobre a Revolução de 1817 LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife : Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1988. Amaro Quintas interpreta os elogios a Luis do Rego como paga, por este ter nomeado Lopes Gama lente de Retórica: QUINTAS Amaro. *O Padre...* Ver também, a esse respeito, a nota 3 de VEIGA, Gláucio. *História*. ..., p. 280.

iguais (...)”. Aliás, os Gama também não se envolveram na Revolução, o que demonstra a postura realista tomada pela família de Lopes Gama, tanto do lado materno como do paterno.<sup>42</sup>

O cargo de lente de Retórica no Seminário de Olinda foi a primeira de muitas funções ocupadas por Lopes Gama no aparato educativo da capitania, depois província, de Pernambuco. Em 1825, quando o Brasil já era um império independente, o governo incumbiu-o de visitar e fiscalizar as escolas públicas, função logo ampliada, sendo ele o responsável em organizar e instalar um dos primeiros estabelecimentos de ensino secundário erigidos depois da independência: o Liceu, futuro Ginásio Pernambucano. Foi ele o primeiro diretor desse estabelecimento, tendo também lecionado Retórica.<sup>43</sup>

A nomeação de Lopes Gama nessas importantes funções educativas se deu no contexto de outra devassa, a da Confederação do Equador. E outros cargos lhe foram conferidos logo após os insucessos revolucionários de 1824. Com a província ainda governada pelo General Lima e Silva, líder militar da repressão monárquica e responsável pelo julgamento dos rebeldes, Lopes Gama foi nomeado, em outubro de 1824, diretor da Tipografia Nacional, a única então existente em Pernambuco. Esta teve importância decisiva para a divulgação das idéias dos confederados, imprimindo, por exemplo, o jornal *Typhis Pernambucano*, redigido por Frei Caneca. Assim, Lopes Gama assumiu um papel central no controle que as autoridades imperiais pretendiam exercer sobre a palavra impressa. Podemos, sem risco de cair em exageros, dizer que houve o fechamento da imprensa livre após o malogro da Confederação do Equador, visto que só dois jornais foram publicados em Pernambuco, ambos redigidos por Lopes Gama. Eram eles *O Conciliador Nacional* e *O Diário do Governo de Pernambuco*, órgão oficioso que buscava publicizar as medidas governamentais.<sup>44</sup>

## **B - O processo de independência em Pernambuco**

<sup>42</sup> Apud. BERNARDES, Denis. “Pernambuco e o Império (1822-1824): sem constituição soberana não há união”, in: JANCSÓ, Istvan (org.). *Brasil...*, pp. 235-36.

<sup>43</sup> Sobre a atuação de Lopes Gama como primeiro diretor do Liceu Provincial, ver MONTENEGRO, Olívio. *Memórias...*

<sup>44</sup> CARVALHO, Alfredo de. *Annaes...*, pp. 41-43.

Para compreender o posicionamento de Lopes Gama contrário à Confederação do Equador, é preciso traçar um panorama das alianças políticas que se processaram entre os grupos dirigentes da província a partir de 1817. Desde a Revolução do Porto, em outubro de 1820, os Gama assumiram uma posição bastante clara, e oposta à Junta Governativa que assumiu o governo em 26 de outubro de 1821. Nessa data, partira para Portugal o capitão-general de Pernambuco, o já referido Luiz do Rego Barreto. Este havia jurado a constituição em junho de 1821, e através de eleições assumiu, a 30 de agosto de 1821, a presidência da Junta de Governo, como ordenavam as cortes lisboetas. Nesse processo, Rego Barreto chegou a sofrer uma tentativa de assassinato. Ao mesmo tempo, no entanto, na Vila de Goiana, um “grupo de militares, milicianos, plantadores e ex-rebeldes mobilizaram-se, formando outra junta provisória”, acusando Rego Barreto de ter utilizado procedimentos eleitorais irregulares. Após vários desentendimentos, e o conflito estando iminente, Rego Barreto se reuniu com representantes da Junta de Goiana, na convenção de Beberibe, a 5 de outubro de 1821. Pouco tempo depois ele retornou a Portugal. Quem assumiu a presidência da nova junta, e agora considerada legítima, eleita a 26 de outubro, era o comerciante de grosso trato Gervásio Pires Ferreira.<sup>45</sup>

Duas grandes tendências políticas surgiram em Pernambuco nesse conturbado momento da independência política do Brasil. “Uma delas, melhor articulada com o projeto urdido no Rio de Janeiro, era favorável à união das províncias sob a liderança do príncipe regente”. Estes eram os “centralistas”. “A outra tendência era a federalista: tanto fazia a sede do reino ser no Rio como em Lisboa – ou até nos dois lugares – desde que fosse mantida a autonomia provincial, conquistada com a Revolução do Porto”.<sup>46</sup> Essas duas tendências pelejaram pelo poder provincial até a Confederação do Equador, em 1824. Os federalistas foram inicialmente liderados por Gervásio Pires Ferreira. O que almejavam realmente era a autonomia local, anseio já notado na Revolução de 1817, sendo que o constitucionalismo vintista é que forneceu margem para que isso pudesse ser concretizado.<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup>CARVALHO, Marcus.J.M. “Cavalcantis...”, pp. 3-4.

<sup>46</sup>Ibidem, p. 5.

<sup>47</sup>As análises que se seguem têm muitos pontos concordantes com a formulação de Carvalho acima citada entre centralistas e federalistas, embora haja algumas discordâncias: MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra...*

Nesse conturbado processo, logo após a formalização da independência em 7 de setembro de 1822, a Junta presidida por Pires Ferreira foi deposta no dia 16 de setembro de 1822. Sua queda, que não se procedeu de forma pacífica, representou, de certa forma, o alinhamento de Pernambuco à política desenvolvida no Rio de Janeiro e encabeçada por José Bonifácio, que teve de enviar ao Recife emissários que promovessem intrigas, distúrbios, renúncias e eleições. Bernardo José da Gama, futuro Visconde de Goiana e primo de Lopes Gama, teve participação ativa nesse processo. Assim, foi erigida uma junta provisória, que governaria a província até que fossem realizadas novas eleições, junta essa que teve o advogado Paula Gomes, considerado um liberal histórico, como presidente. Nesse período, Bernardo José da Gama e José Fernandes Gama tentaram se alçar ao poder, e ocupar cargos de representatividade na junta definitiva que iria ser formada. O governo definitivo, no entanto, teve uma composição notadamente rural e aristocrata, tendo à frente Affonso Albuquerque Maranhão, Francisco Pais Barreto, o Morgado do Cabo, e Francisco de Paula Cavalcanti Albuquerque, todos tradicionais proprietários de terras e senhores de engenho na zona da mata sul. Por essa razão, essa junta ficou conhecida como o “governo dos matutos”.<sup>48</sup>

José Fernandes Gama e Bernardo José da Gama ficaram, pois, sem nenhum cargo de grande representatividade no “governo dos matutos”, assim como Paula Gomes. Muito provavelmente por esse motivo, essas três pessoas estiveram implicadas na tentativa de derrubar os matutos em fevereiro de 1823. Foi um golpe dentro do golpe, numa cisão interna dentro do grupo centralista, sendo possível detectar uma distinção entre a aristocracia açucareira, representada pelos matutos, e a rede urbana do Recife, de pessoas outrora vinculadas à administração colonial. Essa sublevação foi encabeçada pelo governador das armas Pedro da Silva Pedroso, e teve como uma de suas características o elemento racial, pois Pedroso era negro, e detinha grande influência sobre as milícias de pretos e pardos da província. Personagem peculiar e grande manipulador de identidades

---

Idem. “A pedra no sapato” in *Folha de São Paulo*. 4 de janeiro de 2004; Idem. “Frei Caneca...”; SILVA, Luiz Geraldo. “Um projeto para a nação. Tensões e intenções políticas nas ‘províncias do Norte’ (1817-1824)”, texto apresentado no Seminário Internacional *Brasil: de um Império a outro (1750-1850)*. São Paulo : USP, 5 a 9 de setembro de 2005.

<sup>48</sup>Sobre a deposição da junta gervasista, ver CARVALHO, Marcus J. M. “Cavalcantis...”, pp. 4-5 e MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra...*, pp. 100-112. Sobre a participação dos Gama nessa deposição, ver DELGADO, Luís, *Lopes...*, p. 6; CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. “Resposta às calúnias e falsidades da *Arara Pernambucana*, redigida por José Fernandes Gama, preso na corte do Rio de Janeiro”, in: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei...*, pp. 123-125 e MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra...*, pp. 96, 99-103, 107-111 e 108.

políticas, Pedroso, tal quais os Gama, havia participado do golpe que depôs a junta gervasista, e, diferentemente dos membros da junta provisória que não conseguiram representatividade na junta definitiva, Pedroso havia sido nomeado pelos matutos governador das armas. Mas, depois de algumas arbitrariedades cometidas por Pedroso, e também pela crescente influência que ele parecia exercer sobre as camadas populares, os matutos tentaram limitar seus poderes. Assim, articuladamente com Paula Gomes e os Gama, e, segundo Frei Caneca, com a “mais vil canalha desta praça”, Pedroso ocupou a cidade do Recife por oito dias.<sup>49</sup>

Esse motim, que ficou conhecido como Pedrosada, foi logo debelado, e os acusados presos e enviados ao Rio de Janeiro. Preso na corte, Fernandes Gama redigiu o periódico *Arara Pernambucana*, no qual disse: “Porquanto não já só por promessas, mas sim por ameaças, foram os agricultores, vulgo matutos, obrigados a votar uns a favor do seu capitão-mor, outros dos chefe de seu batalhão”. Frei Caneca polemizou, escrevendo dois impressos: “Resposta às calúnias e falsidades da *Arara Pernambucana*, redigida por José Fernandes Gama, preso na corte do Rio de Janeiro” e “O *Caçador* atirando à *Arara Pernambucana* em que se transformou o Rei dos Ratos José Fernandes Gama”. Nesses escritos, de linguagem bastante violenta, Caneca listou alguns de “patifes infames corja porca, e outros por quem há muito espera a forca” sendo “José Fernandes Gama, seu irmão, seus sobrinhos” parte desta lista. Em outra ocasião, repetiu um grito, que segundo ele, foi entoado na “casa do Senado”: “fora Gamas, fora família de Gamas”. Mas, nessas duas agressões, Caneca poupou em nota de rodapé Lopes Gama: “Perdoem-me o senhor deputado Maria Caetano Lopes Gama, cujas virtudes respeito muito, e seu irmão, o senhor padre mestre frei Miguel Lopes”.<sup>50</sup> É bastante indicativa essa ponderação, pois demonstra que havia entre os dois um clima de respeito, apesar de estarem em lados políticos opostos. Clivagens no interior das elites não eram absolutas, e atores políticos de grupos rivais poderiam expressar respeito mútuo dentro dos espaços públicos de discussão política. Frei Caneca foi executado após o fracasso da revolução. E, depois disso, Lopes Gama vai sempre se referir a ele como um mártir.

<sup>49</sup>CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. “Reposta...”, pp. 142-144; CARVALHO, “Cavalcantis...”, pp. 12-14; SILVA, Luiz Geraldo. “Negros...”, pp. 515-520.

<sup>50</sup>CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. “Resposta...”, p.128; Idem. “O *Caçador* atirando à *Arara Pernambucana* em que se transformou o Rei dos Ratos José Fernandes Gama”, in: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei...*, p. 139.

Segundo Evaldo Cabral de Mello, Lopes Gama surgiu no mundo político vinculado ao “setor mais reacionário da capitania, que era não a grande propriedade territorial, mas os círculos de comerciantes reinóis e de altos funcionários públicos a que estava ligado seu pai, cirurgião português radicado na terra e casado com brasileira de família influente mas de origem urbana”.<sup>51</sup> Assim, se vinculou, na década de 1820, ao chamado “projeto do Rio de Janeiro”, também denominado de “centralista”. Segundo Alfredo de Carvalho, no periódico que redigiu logo após a Confederação do Equador, *O Conciliador Nacional*, “assumiu atitude bastante reacionária, e, como órgão oficioso do governo do presidente José Carlos Mayrink Ferrão, analisou com exagerada acrimônia os homens e os acontecimentos da Confederação do Equador”. Outro fato notável é o de que dirigiu, em 1823, o *Diário da Junta do Governo*, órgão impresso oficial do “governo dos matutos”, mas no momento em que estes foram substituídos pela junta presidida por Manuel Carvalho Pais de Andrade, a mesma que depois encabeçou a Confederação do Equador em julho de 1824, Lopes Gama foi tirado do cargo de organizador do diário do governo, dando lugar a Natividade Saldanha, secretário da mesma junta e um dos líderes dos confederados. Esse percurso mostra os grupos dentro dos quais Lopes Gama tinha maior trânsito, e explica em parte seu posicionamento no período em questão.<sup>52</sup>

Um documento que revela o posicionamento do então frei Miguel sobre os acontecimentos revolucionários de 1824 é *Dialogo entre um Corcunda um Constitucional, e um Federativo do Equador*. Impresso em 1825, e contendo cerca de 20 páginas, trata-se de uma fonte riquíssima que poderia suscitar diversas análises.<sup>53</sup>

Não sendo a autoria explícita de Lopes Gama, Bezerra Cavalcanti, entre outros autores, atribuíram a ele a sua paternidade. Aqui, concordaremos com essa posição, tendo em vista que o estilo, a linguagem e o posicionamento desse diálogo são muito semelhantes

<sup>51</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. “Introdução...”, pp. 12-13.

<sup>52</sup> Os diários oficiais publicados pelos diversos governos que se sucederam na província tiveram várias denominações. Durante o período gervasista, denominou-se *Gazeta Extraordinária do Governo*. Durante a junta presidida por Paula Gomes, que esteve apenas alguns dias no poder, chamou-se *Gazeta do Governo Temporário*. Durante o governo dos matutos, o jornal oficial teve duas denominações: *Gazeta do Governo Provisório* e, depois, *Diário da Junta do Governo de Pernambuco*, sendo Lopes Gama o diretor desses órgãos pela maior parte do tempo. Durante o período da junta presidida por Pais de Andrade, quando Lopes Gama já havia sido sacado do cargo de redator, o jornal passou a se chamar *Diário do Governo de Pernambuco*. CARVALHO, Alfredo de. *Annaes...*, pp. 65-83.

<sup>53</sup> PESSOA, Reinaldo Xavier Carneiro (org.). *Diálogo entre um Corcunda, um Constitucional e um Federativo do Equador: um raro e curioso documento*. São Paulo, 1975.

aos artigos que analisamos em *O Carapuceiro*, escritos na década posterior. Em um diálogo fictício entre três personagens, o “constitucional” parece receber maior destaque. Os outros dois participantes, o “federativo” e o “corcunda”, apresentam seus argumentos de maneira breve e são sempre interrompidos pelo “constitucional”, que em longas exposições defende seu ponto de vista. Tudo leva a crer que o ponto de vista do “constitucional” é o mesmo defendido por Lopes Gama, em uma forma indireta de divulgar suas próprias idéias. O mesmo modelo de diálogo entre personagens fictícios foi usado algumas vezes no periódico *O Carapuceiro*.<sup>54</sup>

Neste diálogo, o “corcunda” maldiz os “reformadores e regeneradores dos Estados que tem produzido o inferno”. O “federativo” contrapõe, dizendo que “todas as revoluções e reformas são boas”. Já o “constitucional” procura ponderar: “nem tanto, nem tão pouco; nas coisas humanas todos os extremos são viciosos”. Essa postura moderada, sempre buscando o meio-termo, foi característica marcante dos escritos de Lopes Gama nos idos de 1830, seja em relação à política, seja em relação a outros assuntos cotidianos. Assim, observarmos no personagem fictício “constitucional” a imagem do próprio autor, sendo que, sob esse mesmo signo de constitucional, ele balizou suas opiniões durante algum tempo. Ser constitucional era sinônimo de moderação e bom senso, segundo pensamento de parte da sociedade do período. E, questionado, nesse dialogo fictício, pelo “federativo”, se D. Pedro, que havia prometido uma constituição liberal, faltou com sua palavra, o “constitucional” respondeu prontamente:

O imperador com efeito jurou uma Constituição liberal: e aqueles que gritavam contra o Projeto, por Ele oferecido aos Povos, ou eram democratas maníacos, que nem podem ouvir o nome de Rei; ou rapazolas ignorantes, que abraçavam suas paixões. Liberal significa = o que dá com largueza, mas sem prodigalidade, nem mesquinhez: ora ajuntando esse epíteto à palavra = Constituição =, temos, que Constituição liberal será aquela que der ao Povo, o que convém ao Povo para a sua segurança, e felicidade, ao Monarca o que lhe é devido para as promover, e impor obediência, e respeito às leis: ao

<sup>54</sup> CAVALCANTI, João Alcides Bezerra. *A Paraíba na Confederação do Equador*. Rio de Janeiro : Publicações do Arquivo Nacional, 1925, Apud. PESSOA, Reinaldo Xavier Carneiro (org.). *Diálogo...*, p. 8. Encontramos em *O Carapuceiro* números que utilizam o modelo de diálogo fictício, muito semelhante ao que encontramos no *Diálogo entre um Corcunda, um Constitucional e um Federativo do Equador: um raro e curioso documento*. *O Carapuceiro*, n. 35 (20/agosto/1839), cujo título é “Diálogo entre Roberto Agricultor, Franklin Comerciante, e Rodrigo Empregado Público” é emblemático no sentido de demonstrar a semelhança no estilo.

nobre o que lhe compete, ao rico, marcando-lhe os limites de suas regalias, aos pobres, e pequenos, protegendo-os das violências destes, e d'aqueles. E não é isto exatamente o que se vê no Projeto? Logo o Imperador cumpriu à risca Sua Imperial Palavra.<sup>55</sup>

O signo de constitucional foi largamente defendido por frei Miguel em seus escritos, e a idéia de “obediência às leis” também foi uma constante em suas asserções. E, no trecho acima citado, fica explicitado o processo pelo qual ele procurou legitimar a Constituição de 1824, caracterizando-a como uma autêntica carta liberal. Fica também claro que a idéia de soberania monárquica é colocada, hierarquicamente, acima da idéia de soberania parlamentar, ou ainda, de uma possível soberania popular. Ao monarca caberia dar ao povo o que a este conviesse, e “impor a obediência e o respeito às leis”. A “reivindicação” dos revolucionários de que D. Pedro I havia traído o projeto de uma constituição liberal ao promover a dissolução da assembléia constituinte fica, assim, infundada para Lopes Gama.<sup>56</sup>

Note-se que havia significações distintas para a palavra “constitucional”. Para os partidários da Confederação do Equador, constituição era sinônimo de federação. Ao dissolver a assembléia constituinte, em novembro de 1823, D. Pedro I desdenhou das partes integrantes do Império que, segundo os federalistas, deveriam ter voz ativa no processo de elaboração da carta constitucional. Ao não relevar a importância das províncias neste momento, o imperador deixou de ser constitucional. Já, para Lopes Gama, o fato de a Constituição de 1824 ter sido outorgada não tirava a legitimidade desta lei, e D Pedro I continuava sendo constitucional. Observe-se que Lopes Gama foi um ator político que participou intensamente, e em diversos espaços públicos, do processo de legitimação desta Constituição que vigorou durante todo o Império, de 1822 a 1889. Em 1825, quando foi o primeiro diretor do Liceu Provincial, procurou estabelecer que todos os alunos fossem obrigados a jurar a Constituição. Era uma atitude bastante clara e politicamente definida. Era uma reação às reivindicações dos rebeldes de 1824 que haviam elaborado a seguinte fórmula: constituição igual a federação.<sup>57</sup>

<sup>55</sup> Cf. PESSOA, Reinaldo Xavier Carneiro (org.). *Diálogo...*, p. 16.

<sup>56</sup> Sobre as noções de Soberania Monárquica, Constitucional e Popular durante o Período Regencial e a apropriação dessas noções pelos Exaltados, Moderados e Restauradores MOREL, Marco. *As transformações...*, pp. 99-147. MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra...*, pp. 163-239.

<sup>57</sup> MONTENEGRO, Olívio. *Memórias...*, p. 9-10.

E, na continuação do diálogo fictício, enquanto o “federativo” protestava dizendo que, quando o imperador dissolveu a assembléia, “que era onipotente, dissolveu o Pacto social”, e o “corcunda” chamava os revolucionários de “uns hereges, uns libertinos” dizendo que “onipotente só é Deus”, o “constitucional” procurava contrabalançar essas duas opiniões opostas: “Pacto quer dizer = ajuste, ou contrato = Quanto dar o nome de Onipotente a Assembléia foi um desvario demagógico de algumas cabecinhas de gás carbônico”. Com uma linguagem coloquial e bem humorada, Lopes Gama expressou, através desse diálogo, seu posicionamento sobre como deveria ser configurada a Monarquia Constitucional brasileira e como deveriam ser distribuídos os poderes, com proeminência do executivo sobre os demais. Dessa maneira, com um vocabulário advindo da Revolução Francesa, a formação de uma nova nação na conjuntura do esfacelamento do Antigo Regime se mostrava bastante complexa, com diversos projetos políticos divergentes.<sup>58</sup>

Assim, Lopes Gama vivenciou o complexo processo de formação do Estado e da nação no Brasil, com conflitos entre centro e periferias (corte e províncias) e com os intensos debates que surgiram sobre a configuração política a ser adotada por esse novo corpo político autônomo. Ele vivenciou, em suma, a crise do Antigo Regime português e o surgimento de uma nova cultura política, na qual idéias liberais, federalistas e constitucionais se mostravam presentes.

Ao fim e ao cabo, podemos elencar alguns aspectos da vida de Lopes Gama que consideramos os mais relevantes para a análise de sua atuação política no contexto da independência. Em primeiro lugar, a educação católico-ilustrada dentro da ordem beneditina. Em segundo, suas origens familiares, urbanas, conservadoras e vinculadas ao projeto centralista. Em terceiro, o posicionamento que adotou, com notável influência familiar, nas duas revoluções que se sucederam em Pernambuco, a de 1817 e a de 1824, tendo em mente que foi nomeado para cargos públicos no contexto das duas devassas e que, logo após a restauração da monarquia em 1824, ele se tornou a pessoa mais importante em dois ramos da administração pública da província - a educação e a imprensa.<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> Cf. PESSOA, Reinaldo Xavier Carneiro (org.). *Diálogo...*, pp. 16-17. Sobre a linguagem política oriunda da Revolução Francesa, ver LEITE, Renato Lopes. *Republicanos...*; MOREL, Marco. *As transformações...*, pp. 27-151.

<sup>59</sup> CARVALHO, Alfredo de. *Annaes...*, pp. 68-83; DELGADO, Luís. *Lopes...*, p. 9; NASCIMENTO, Luis do. *História...*, pp. 19-67.

Por fim, há um aspecto que já foi brevemente discutido, mas que merece um destaque especial, a imprensa periódica, pois esta exerceu papel crucial na construção do Brasil como Estado nacional, sendo que Lopes Gama ocupou como gazeteiro, desde a década de 1820, lugar de alto relevo nos espaços públicos de discussão política. Se para Darnton a “prensa tipográfica foi o principal instrumento na criação de uma nova cultura política” capaz de consolidar uma única nação (isto é, a França, que no “Antigo Regime era uma colcha de retalhos de unidades que se sobrepunham”), para Morel a “imprensa e nação brasileira” foram “praticamente simultâneas”, pois “a palavra imprensa circulava e ajudava a delinear identidades culturais e políticas”.<sup>60</sup>

---

<sup>60</sup> MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, D&PA, 2003, p. 7-8.



**Figura 1:** O Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama. Retrato a óleo existente na Faculdade de Direito do Recife (galeria de seus diretores). O Padre Lopes Gama foi diretor do Tradicional Curso Jurídico de Olinda por duas vezes, assim como do Liceu Provincial, hoje Ginásio Pernambucano.<sup>61</sup>

---

<sup>61</sup> Figura copiada de QUINTAS, Amaro. *O Padre...*

## C - A nação e a palavra impressa

Durante o período colonial, a coroa proibia a existência de tipografias no conjunto da América Portuguesa, o que não inibia completa e absolutamente a circulação de idéias, pois, ao sabermos que negros livres da capitania da Paraíba interpretaram e discutiram publicamente o Alvará de 1773-1774, elaborado em Portugal e que encaminhou o fim da escravidão, percebemos que poderia haver uma importante rede atlântica de comunicação. As estruturas políticas do Antigo Regime, porém, não permitiam um amplo espaço de debate político e de divergência de idéias, ou, tal qual formulou Habermas, uma esfera pública, pois as duas principais instituições que a sustentariam eram a imprensa livre e o parlamento. O primeiro periódico a ser impresso no Brasil constituiu-se em função da instalação da Corte no Rio de Janeiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, quando a imprensa régia foi instituída logo em 1808. Esse jornal, que passava por uma rigorosa censura régia e servia para apoiar e legitimar a monarquia instituída, segundo o inglês John Armitage, testemunha ocular, “só informava ao público, com toda fidelidade, do estado de saúde dos príncipes da Europa” e “não se manchavam” suas páginas “com as efervescências da democracia”, a “julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tenha expressado um só queixume”.<sup>62</sup>

Mesmo não estando estabelecida a liberdade de imprensa, percebemos que os poucos jornais em circulação, a partir 1808, em todo o mundo atlântico, inclusive os da América Ibérica, ou seja, *A Gazeta de Montevideú*, *A Gazeta de Buenos Aires*, *A Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Brasiliense*, já debatiam, como demonstrou João Paulo G. Pimenta, diversos assuntos extremamente decisivos para os rumos da política no território americano. Após as invasões napoleônicas sobre a península Ibérica, ocorreu o impedimento ao rei da Espanha Carlos IV, em maio de 1808. Na ausência do rei, surgiram dois governos distintos na região do Rio da Prata, ambos jurando fidelidade ao monarca impedido. Buenos Aires formou uma Junta de Governo. Montevideú permaneceu sob os auspícios do Vice-Rei. Houve muita tensão entre essas duas localidades, e a imprensa

---

<sup>62</sup> SILVA, Luiz Geraldo. “‘Esperança de liberdade’. Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774)”, in: *Revista de História*, n. 144, 2001, pp. 107-149; ARMITAGE, John. *História do Brasil*, apud. MATTOS, Ilmar R. de; ALBUQUERQUE, Luis Afonso de. *Independência ou morte: a emancipação política do Brasil*. São Paulo : Atual, 1991, p. 42.

periódica publicizou tudo através de seus jornais oficiais, que passaram a existir em 1810, e que exprimiram distintas concepções de poder político. A *Gazeta de Buenos Aires*, apesar de se declarar fiel à monarquia espanhola, externava um caráter notadamente revolucionário e inovador, na medida em que defendia a implantação de instituições políticas outrora inexistentes. Já a *Gazeta de Montevideo* revelava maior apego aos moldes do Antigo Regime. E a *Gazeta do Rio de Janeiro* já debatia com esses periódicos oriundos da região do Prata, pois eram comuns as referências recíprocas entre esses jornais. O fato é que, segundo Pimenta, um espaço público de discussão política que englobava parte da América do Sul já se mostrava presente a partir de 1810.<sup>63</sup>

Marco Morel, divergindo de certa forma de Pimenta, considerou que *O Correio Braziliense*, escrito por Hipólito da Costa e impresso em Londres, foi fundador de um debate público de divergência política. Hipólito da Costa iniciou a publicação de seu jornal, que circulava clandestinamente no Brasil, em 1808, e fez críticas severas à atuação da Corte recém-instalada nos trópicos. Esse era o modelo de jornalista panfletário, chamado de redator ou gazeteiro. Tal ator histórico entrou em cena entre meados do século XVIII e início do século XIX, e foi peça essencial no processo revolucionário que se desencadeou no continente europeu, atuando de maneira decisiva na formação de uma opinião pública, traço fundamental da modernidade política ocidental. Hipólito da Costa é, assim, considerado um dos criadores e expoentes do Reino da Opinião, “instituição abstrata, sem fronteiras territoriais demarcadas, mas que se materializava em folhas de papel impresso e obtinha força política considerável nas sociedades que buscavam destruir os valores do Absolutismo e implantar a modernas liberdades”. Para amenizar os efeitos do *Correio Braziliense*, a Coroa financiou diversos jornais, impressos também em Londres.<sup>64</sup>

Mas, para Morel, apenas a partir de 1820, com a promulgação das leis de liberdade de imprensa pelas cortes constituintes de Lisboa, é que começou a ser instaurado “um espaço público de crítica”.

(...) havia jornais produzidos na Europa e normalmente recebidos no Brasil pelo menos desde o século XVIII. No entanto, a imprensa periódica, embora disseminasse informações, opiniões e idéias, não praticava o debate e a divergência política,

<sup>63</sup> PIMENTA, João Paulo. *Estado...*, pp. 65-102.

<sup>64</sup> MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra...*, p. 17; SODRÉ, Nelson Werneck. *A história...*, pp. 35-37.

publicamente, no contexto do Absolutismo (ainda que ilustrado) português. E é na criação de um espaço público de crítica, quando as opiniões publicizadas destacavam-se dos governos, que começa a instaurar-se a chamada *opinião pública*.<sup>65</sup>

Não cabe aqui definir se existia ou não uma esfera pública, tal qual formulou Habermas, durante o período joanino. Queremos apenas observar que a implantação de uma cultura política, na qual o debate e a divergência de opinião se constituiriam em elementos centrais, não ocorreu de maneira repentina no Brasil, e sim gradual. As condições políticas que iriam permitir a instalação de uma intensa e movimentada imprensa periódica ainda estariam por vir. A liberdade de imprensa foi, aos poucos, implantada no Brasil por influências liberais que adentravam na Península Ibérica. A constituição de Cadiz (1812) foi a primeira legislação Ibérica a contemplar tal liberdade. E as leis de liberdade de imprensa sancionadas em Portugal a partir de 1820, após a revolução liberal do Porto, tinham em Cadiz sua principal fonte de inspiração.<sup>66</sup>

Dessa maneira, o período entre 1820 e 1824 demarca um intenso crescimento da produção jornalística e, às vésperas da independência, fervilhavam calorosas controvérsias nos mais diversos veículos de comunicação escrita. Não eram apenas jornais, eram panfletos, cartas, cartazes, mas os periódicos impressos tinham um grande poder de alcance e difusão de idéias, e representavam uma novidade na esfera política. Em todos os acontecimentos importantes do processo de independência, houve grande influência da palavra impressa. A pressão popular pela permanência do príncipe regente no Brasil foi nitidamente motivada pelos jornais da época e, em 9 de janeiro de 1822, D. Pedro consagrava o dia do Fico. Os periódicos também influenciaram no processo de convocação da Assembléia Constituinte, que se deu em junho de 1822. *O Correio do Rio de Janeiro*, por exemplo, escrito pelo comerciante português João Soares Lisboa, já havia lançado campanha pela Constituinte brasileira em abril de 1822. E, para termos idéia da importância política do periodismo, basta lembrar que D. Pedro I, após a dissolução da Assembléia Constituinte em novembro de 1823, cerceou a liberdade de imprensa recém-instituída.<sup>67</sup>

<sup>65</sup> MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra...*, p. 17.

<sup>66</sup> MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra...*, p. 24.

<sup>67</sup> LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2003, pp. 24-32; SODRÉ, Nelson Werneck. *A história...*, pp. 50-96. Sobre o debate político presente nos folhetos e impressos que surgiram no Rio de Janeiro entre 1820-22, ver NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. “Os panfletos

Para Carla Hesse, a liberdade de imprensa na França, promulgada em 1789, marcou o colapso das instituições literárias do Antigo Regime, isto é, as corporações livreiras, e o “centro de gravidade do comércio editorial mudou perceptivelmente da civilização elitista do ‘livro’ para a cultura democrática do panfleto e da imprensa periódica”. Assim, a “Revolução Francesa foi uma revolução cultural (...) por ter transformado o ‘Iluminismo’ de um corpo de pensamento num novo conjunto de práticas culturais baseadas no mais livre e mais amplo intercâmbio de idéias já visto”. No Brasil, embora não existissem corporações livreiras nem um grande número de impressores antes de 1820, tal como existia na França pré-revolucionária, pode-se dizer também que houve uma mudança nos hábitos culturais da leitura com a liberdade de imprensa. Antes desta, liam-se livros importados legal ou ilegalmente e os imensos periódicos do período joanino (tinham mais de cem páginas algumas edições), e depois passou-se a ler curtos jornais, com no máximo quatro páginas e com uma linguagem mais acessível. Não há dúvida de que o estabelecimento da imprensa periódica significou a democratização da leitura.<sup>68</sup>

E em todas as rebeliões que se configuraram na primeira metade do século XIX podem ser encontradas influências da palavra impressa. Os revoltosos de 1817, em Pernambuco, utilizaram uma máquina tipográfica mandando imprimir um curioso documento de título bastante extenso: “Preciso dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustíssima e gloriosíssima revolução operada felizmente na praça do Recife, aos seis do corrente mez de Março, em que o generoso esforço dos nossos bravos patriotas exterminou daquela parte do Brasil o monstro infernal da tyrania real”. Uma imprensa já se encontrava no Recife desde 1815, mas só no ano seguinte o governador Caetano Pinto Montenegro solicitou autorização do Rio de Janeiro para utilizá-la justificando que “a ignorância é inseparável da barbaridade; e as luzes e o conhecimento inseparáveis da civilização” e que “sendo, pois, a tipografia uma das mais úteis invenções, e a que mais contribui para adiantar e propagar os conhecimentos humanos, parece-me que o seu uso se deve introduzir em Pernambuco”. A ironia é que essa prensa não funcionou até 1817 por falta de quem a soubesse manejar. Os revolucionários tiveram que solicitar auxílio

---

políticos e a independência do Brasil”. in: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo : Hucitec / Fapesp, 2005, pp. 637-675.

<sup>68</sup> HESSE, Carla. “Transformações econômicas na edição”, in: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). *A Revolução...*, p. 132-133.

de um inglês que dominava a arte tipográfica, James Pinches. Assim, o tiro saiu pela culatra, ou melhor, a propagação dos “conhecimentos humanos” cedeu lugar à doutrinação política. Foi fundada, então, a “Oficina tipográfica da República de Pernambuco 2ª vez restaurada”. É notável o poder que detém a imprensa de divulgar ideais, congregar pessoas e, no limite, auxiliar rebeliões.<sup>69</sup>

#### **D - Discussão política em Pernambuco**

Vimos que a primeira tipografia a funcionar em Pernambuco foi a “Oficina tipográfica da República de Pernambuco 2ª vez restaurada”, que auxiliou os revolucionários de 1817 na divulgação de seus intentos. Restaurada a monarquia, a coroa ordenou que os materiais dessa tipografia fossem remetidos ao Rio de Janeiro, o que não foi cumprido por completo, pois, em 1821, ainda se encontravam na oficina do Trem, posterior Arsenal de Guerra, alguns *tipos*. Já promulgada a liberdade de Imprensa pelas cortes constituintes de Lisboa, Luiz do Rego Barreto, ainda governador e capitão-general de Pernambuco, mandou construir uma prensa de madeira, para que fossem, junto com os restos da “tipografia dos rebeldes”, como ele a chamou, iniciados os trabalhos tipográficos. Depois de impressos alguns comunicados oficiais, proclamações, avisos e outros papéis avulsos, foi publicado o primeiro periódico pernambucano a 21 de março de 1821, *Aurora Pernambucana*. Redigido pelo português Rodrigo da Fonseca Magalhães, tratava-se de um órgão que procurou aplaudir os atos da administração de Luiz do Rego Barreto. Mas mesmo sendo o único periódico impresso na província, e apesar de o “reino da opinião” ainda não estar instalado nesse momento em Pernambuco, há indícios de que uma discussão já estava instituída, e por meio de papéis manuscritos. Segundo Alfredo de Carvalho, havia “pasquins manuscritos” que atiravam contra a *Aurora Pernambucana* “pungentes inventivas”. Práticas arcaicas e modernas coexistiam.<sup>70</sup>

Mas, apenas com a volta de Rego Barreto a Portugal, foi que ocorreu a primeira explosão da palavra impressa em Pernambuco. A Oficina do Trem, depois denominada

<sup>69</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. “Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco”, in: *Revista do Instituto Histórico e Arqueológico de Pernambuco*, n. 39. Recife : Typographia de F. P. Boulitreau, 1981, pp. 30-31 e p. 28.

<sup>70</sup> CARVALHO, Alfredo de. *Annaes...*, p. 36-37 e 59-62; COSTA, Francisco Augusto Pereira da. “Estabelecimento...”, p. 32-33.

*Tipografia Nacional*, sendo logo em seguida comprada por particulares e incrementada com materiais trazidos de Portugal, foi a tipografia que se encarregou de dar suporte ao debate público. Lopes Gama participou desse debate jornalístico que se procedeu no contexto da independência, publicando a primeira fase do *Conciliador Nacional*, entre junho de 1822 e outubro de 1823. No primeiro número, um trecho nos fornece apontamentos interessantes sobre como ele enxergava o advento da liberdade de imprensa: “No meio do pélagos imenso que de tantas, e tão encontradas opiniões, quais as que hoje aparecem, e que são conseqüência infalível das grandes mudanças políticas; é um dever do cidadão, que escreve dirigir a opinião pública, e levá-la, como pela mão ao verdadeiro fim da felicidade social”. Continuou rogando “a alguns esquentados, como apareceram na desgraçada Bahia, contra o bom escritor do *Constitucional*, que nos não queiram emendar a pau” pois isto é “arma muito desigual para quem só sabe combater com as armas do bom senso e da razão, únicas que nos parecem liberais”. Lopes Gama relacionou, assim, a opinião pública com o bom senso e com a razão, e não com a vontade da maioria ou a vontade popular. Essas duas visões distintas a respeito da idéia de opinião pública, uma relacionada com a razão e outra com a vontade do povo, serão retomadas, mas sob a luz das opiniões expostas em *O Carapuceiro*, em momento mais oportuno.<sup>71</sup>

O *Conciliador Nacional* teve, segundo Alfredo de Carvalho, duas fases distintas: a primeira enunciou “princípios do mais amplo constitucionalismo” e a segunda, a partir de outubro de 1824, depois de um ano sem ir ao prelo, e como órgão oficioso do governo restaurado, “analisou com exarada acrimônia os homens e acontecimentos da Confederação do Equador”. Já vimos a trajetória de Lopes Gama como diretor de periódicos vinculados ao governo provincial. Ao mesmo tempo em que publicava a primeira fase do *Conciliador Nacional*, dirigiu o *Diário da Junta de Governo*, órgão do “governo dos matutos”. Aliás, como já observado, foi prática comum a todos os governos provinciais do período publicar um periódico oficial, com divulgação dos atos da administração pública. Era uma maneira de estar dentro no debate público, de se fazer presente no “reino da opinião”.<sup>72</sup>

Em fins de 1823, outra pequena tipografia foi criada por Antonio José Miranda Falcão. Este, vinculado ao grupo federalista e depois envolvido na Confederação do

<sup>71</sup> CARVALHO, Alfredo de. *Annaes...*, pp. 37-49 e 66-68; COSTA, Francisco Augusto Pereira da. “Estabelecimento...”, p. 36-39. NASCIMENTO, Luiz. *História...*, p. 32.

<sup>72</sup> CARVALHO, Alfredo de. *Annaes...*, pp. 66-68 e 73-75.

Equador, imprimiu em periódicos de caráter notadamente doutrinários, que tendiam a defender o grupo em questão. Publicou o *Typhis Pernambucano*, redigido por Frei Caneca, *O Liberal* e *O Sentinela da Liberdade* (2ª época), ambos redigidos pelo Padre João Batista da Fonseca, *O Argos Pernambucano*, redigido por Natividade Saldanha e *Dezengano aos Brasileiros*, redigido por João Soares Lisboa. Todos os gazeteiros acima citados estiveram implicados na Confederação do Equador, e os periódicos que redigiram foram importantes veículos de opinião e de aglutinação política. A outra tipografia que funcionou no Recife, a antiga Oficina do Trem, estava em 1823 nas mãos de particulares sob o nome *Cavalcante e Companhia*, mas o governo de Manuel Carvalho Paes de Andrade a confiscou. A causa alegada era o não pagamento de prestações acertadas no ato da aquisição do material, mas a atitude era notadamente política. Os federalistas, que depois se tornariam revolucionários, contavam, no início de 1824, com todo o aparato tipográfico da província. Cipriano Barata imprimiu nessa tipografia apropriada pelo governo carvalhista o seu jornal *Sentinela da Liberdade na guarita de Pernambuco*, outro importante órgão de doutrinação política dos revolucionários.<sup>73</sup>

É notório o afastamento de Lopes Gama da discussão jornalística durante o período em que os federalistas, ou carvalhistas, estiveram no poder. Ele só voltou a redigir periódicos após o fracasso da Confederação do Equador. Aliás, após ser nomeado pelo General Lima e Silva diretor da *Tipografia Nacional*, foi o único redator que publicou algo na província entre agosto de 1824 e novembro de 1825 - foi homem encarregado de controlar o fechamento da imprensa livre que se deu em Pernambuco após a Confederação do Equador, dado bastante significativo e revelador de alianças políticas. E o debate público permaneceu bastante reduzido até o final da década, pois o único periódico que circulou entre 1826 e 1828 foi o *Diário de Pernambuco*. Foi a primeira publicação diária que existiu na província, num modelo de jornal um pouco diferenciado dos demais. Quando surgiu, justificou-se dizendo que estava “faltando nessa cidade assaz populosa um Diário de anúncios, por meio do qual se facilitassem as transações, e se comunicassem ao público notícias (...) debaixo dos títulos de – Compras – Vendas – Leilões – Aluguéis – Arrendamentos - Aforamentos – Roubos – Perdas – Achados – Fugidas e Apreensões de

---

<sup>73</sup> A *Tipografia Cavalcante e Companhia* passou, depois de apropriada pelo governo de Paes de Andrade, a se chamar novamente *Tipografia Nacional*. CARVALHO, Alfredo de. *Annaes...*, pp. 37-43. COSTA, Francisco Augusto Pereira da. “Estabelecimento...” , pp. 36-41.

Escravos – Viagens – Afretamentos – Amas de Leite, etc”. É evidente que o *Diário de Pernambuco* também foi palco de intensos debates políticos, e, por meio de seus anunciantes, ele foi palco de importantes discussões. Ao passar do tempo, em se tornando cada vez mais forte e tradicional, se transformou em extraordinário veículo de afirmação política.<sup>74</sup>

O fato é que os espaços públicos de discussão política só voltaram a ganhar força e amplitude em 1829, ano em que surgiram vários periódicos novos. Desde a derrota da Confederação do Equador, a província era governada por pessoas de confiança do imperador. Em setembro de 1828, foi nomeado presidente da província o juiz que fora auditor militar do rigoroso processo contra os rebeldes de 1824, Tomas Garcia Xavier D’Almeida. Era um recado claro aos que simpatizavam com os ex-rebeldes. Mas em 1829, na conjuntura das eleições gerais para juízes de paz, vereadores, membros do Conselho de Governo e deputados à assembléia Imperial (2ª legislatura), ocorreu um nítido processo de abertura política, pois muitos ex-rebeldes de 1824 se articularam para conseguirem se alçar no aparato administrativo e judiciário, e ocorreu até um levante de pequeno porte, conhecido como “república de Afogados”, em alusão ao bairro no qual foi iniciado o movimento. Nesse contexto se processou inclusive a “devassa dos pasquins”, na qual foram indiciados e presos seis homens acusados de promover, através da palavra escrita, ataques contra o presidente e o comandante das armas. Entre eles estavam Antonio Joaquim de Mello, futuro biógrafo de Frei Caneca e Gervásio Pires Ferreira, e João Barata de Almeida, chamado de “Baratinha” por ser sobrinho de Cipriano Barata. Percebe-se, assim, que a liberdade de imprensa nunca foi absoluta e sempre teve restrições, e que em momentos de agitação política sempre atraíram para si a utilização da palavra impressa.<sup>75</sup>

Nesse momento, Lopes Gama afastado da vida pública desde 1826 devido a problemas de saúde, que segundo ele eram uma “antiga queixa nervosa”, moléstia que não mata “mas é a mais aflitiva do mundo”, voltou a participar dos debates contribuindo com a publicação de *O Constitucional*. Sob o pseudônimo de Sonâmbulo, ele foi um dos grandes opositores da sociedade secreta que então ganhava força em Pernambuco: *Os Columnas do*

<sup>74</sup>CARVALHO, Alfredo de. *Annaes...*, pp. 99. Sobre o *Diário de Pernambuco*, ver MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Diário...* e NASCIMENTO, Luis do. *História...*, v. I.

<sup>75</sup>CARVALHO, Marcus J. M. “A República dos Afogados: a volta dos liberais após a Confederação do Equador”, in: *Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História*. Florianópolis, 1999.

*Trono e do Altar*. “Numa província que passara por duas rebeliões contra o centralismo do Rio de Janeiro em tão pouco tempo,” – diz Marcus J. M. de Carvalho – “a defesa do *status quo* também terminou por assumir conotação radical e organizada.”<sup>76</sup> Carvalho está se referindo a esta sociedade secreta absolutista que tinha como mote principal fazer o Imperador governar sem “o trambolho”, ou seja, sem a constituição. Autores divergem sobre a data de fundação desse grupo absolutista. No entanto, é consenso que, por volta de 1828, os *colunas*, como eram chamados os membros dessa sociedade, já gozavam de grande influência em Pernambuco. Contando com uma tipografia exclusiva para suas atividades, dois jornais foram os principais difusores do ideário absolutista: *O Amigo do Povo* e *O Cruzeiro*, ambos dirigidos por padres. Lopes Gama, por sua vez, se dirigiu mais para o centro do espectro político, sendo um dos críticos mais eloqüentes dos *colunas*.<sup>77</sup>

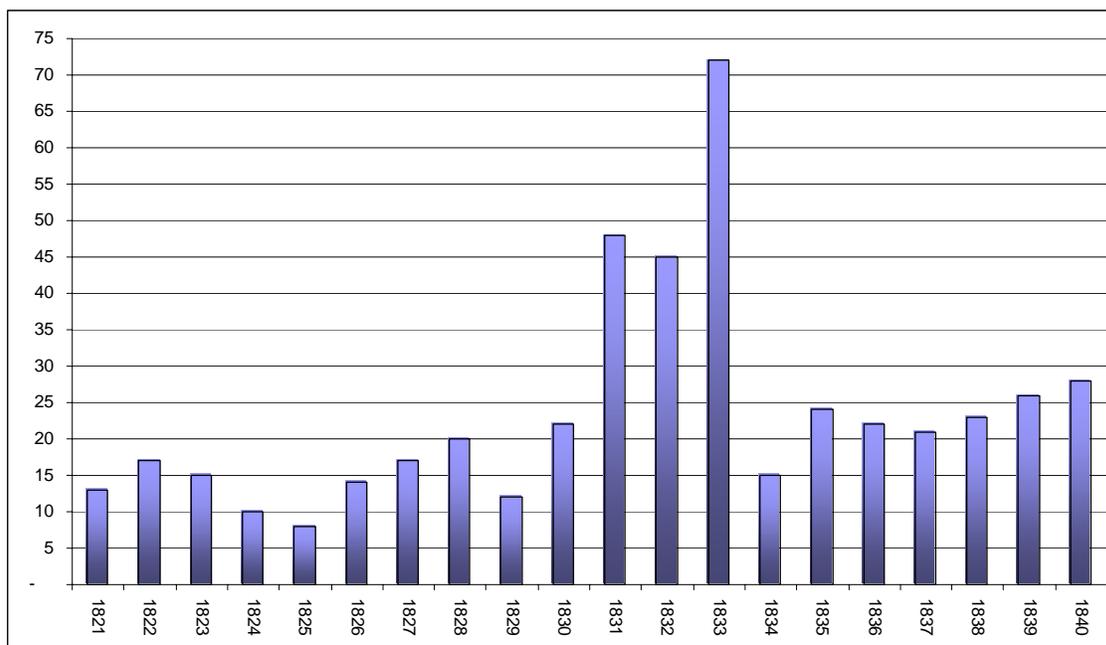
Mas o momento no qual ocorreu a maior explosão da palavra impressa foi, sem dúvida, o início do período regencial. Como vimos, no final da década de 1820, ainda ocorriam repressões oficiais a jornalistas que, no conceito das autoridades instituídas, abusaram da liberdade de imprensa. Mas, com a abdicação de D. Pedro I, a 7 de abril de 1831, houve uma nítida abertura política, tanto na corte como em Pernambuco. Os grupos que estiveram afastados da disputa pelo poder desde a Confederação do Equador, e que ensaiaram seu retorno a partir de 1828, podiam agora se manifestar. O início das regências demarcou uma notável explosão de novos periódicos, tanto no Rio de Janeiro como em Pernambuco. Os anos de 1831, 1832 e 1833 são paradigmáticos nesse contexto. Os gráficos a seguir demonstram os avanços e retrocessos da imprensa periódica nessas duas localidades.

---

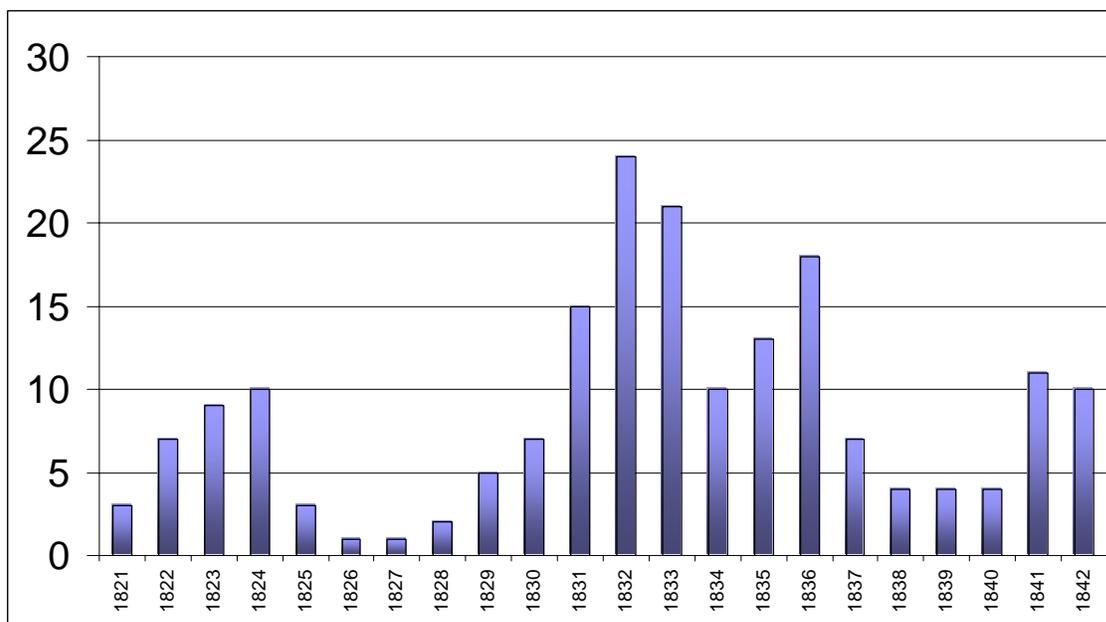
<sup>76</sup> CARVALHO, Marcus J. M. “A República...”, p. 486.

<sup>77</sup> Divergências acerca da fundação da Coluna em ANDRADE, Manuel Correia de. *Movimentos nativistas em Pernambuco: setembrizada e novembrada*. Recife : Universidade Federal de Pernambuco, 1971, p. 46. Sobre os problemas de saúde de Lopes Gama DELGADO, Luís. *Lopes...*, p. 9.

**Gráfico 1: Jornais (por título) publicados no Rio de Janeiro (1808-1840)<sup>78</sup>**



**Gráfico 2: Jornais (por título) publicados em Pernambuco (1821-1842)<sup>79</sup>**



<sup>78</sup> Fonte: Catálogo de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro (1808-1889) existentes na Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1965, vol. 85, p. 1-208 (edição fac-similada), in: MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra...*, p. 23.

<sup>79</sup> Gráfico elaborado com base nos dados colhidos em CARVALHO, Alfredo de. *Annaes...* e NASCIMENTO, Luiz do. *História...*

A trajetória da imprensa periódica Pernambucana é semelhante à da fluminense. Ambas viveram um primeiro momento de euforia impressa, que se iniciou com a revolução constitucionalista do Porto (outubro de 1820) e que durou até a dissolução da constituinte em novembro de 1823, quando D. Pedro I tentou restringir esse viés de discussão pública, o que demonstra que a imprensa periódica não cresceu em uma ascendente – houve avanços e retrocessos. Essa fase de amplo debate político se estendeu um pouco mais em Pernambuco, ou seja, se prolongou até o fim da Confederação do Equador, em agosto de 1824, quando Lopes Gama iniciou sua carreira como redator de periódicos. No Rio de Janeiro, a abertura da primeira legislatura, em 1826, marcou, de certa forma, o ressurgimento da liberdade de imprensa. Em Pernambuco, por sua vez, em se tratando de uma província que acabara de passar por um processo revolucionário, essa retomada das discussões impressas tardou um pouco mais a acontecer, pois apenas em 1829, na conjuntura das eleições gerais para juizes de paz, vereadores, membros do Conselho de Governo e deputados à assembléia Imperial (2ª legislatura), é que isso ocorreu. Mas, em ambas as localidades, é notório o início do Período Regencial, no qual a liberdade de imprensa alcançou níveis até então nunca presenciados. Em Pernambuco, já existiam pelo menos três tipografias bem aparelhadas, e as divergências de opinião proliferavam-se nos pasquins, gazetas e periódicos. “A revolução de 7 de abril”, como muitos denominaram o dia da abdicação de D. Pedro I, foi um marco político de alto significado: uma verdadeira ampliação dos espaços públicos.<sup>80</sup>

## **E – Os múltiplos espaços de discussão política**

A época que estamos analisando foi repleta de permanências e mudanças, tanto no campo político e das leis, quanto das sociabilidades. No campo político, o constitucionalismo avançava, mas ainda fortemente articulado à figura do Rei. No campo das leis e das práticas políticas, a liberdade de imprensa hesitava em se firmar. Ou seja, na

---

<sup>80</sup> Sobre a abdicação de D. Pedro I e utilização do vocábulo “revolução” para caracterizar esse acontecimento, ver CONTIER, Arnaldo. *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Petrópolis : Vozes, 1979, pp.13-15; MOREL, Marco. *O período das Regências*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2003, pp. 20-31; WERNET, Augustin. *O Período Regencial*. São Paulo : Global, 1982, pp.21-24. Sobre as máquinas tipográficas em Pernambuco no início da década de 1830 ver CARVALHO, Alfredo. *Annaes...*, pp. 41-46. Sobre a relação entre do número de impressores e tipografias com as discussões políticas na Revolução Francesa, ver HESSE, Carla. “Transformações...”.

primeira metade do século XIX, as tradições fortemente arraigadas de um passado colonial se confrontavam com transformações que influenciavam fortemente o mundo ocidental, conformando um cenário híbrido e complexo. Para Morel, trata-se de “época marcadamente híbrida entre práticas e valores consagrados naquilo que passava a se chamar Antigo Regime e outros, que se pretendiam modernos”.<sup>81</sup>

Com os espaços públicos também se observa essa confluência de permanências e transformações. A título de exemplo: 12 folhas manuscritas espalhadas em lugares públicos foram suficientes para desencadear a repressão contra a tentativa de revolta que ficou conhecida como Conjuração Baiana, em 1789. Folhas manuscritas colocadas em lugares públicos constituíam uma prática corrente no Antigo Regime. Essas práticas continuaram a existir mesmo após a instalação de uma imprensa periódica regular. Utilizando relatos de diplomatas franceses que passaram pelo Rio de Janeiro em meados do século XIX, Morel analisou outros meios de comunicação típicos de uma sociedade arcaica: vozes, discursos públicos, gestos nas ruas e também a teatralização da política ocorrida dentro da sala do teatro. Nesse cenário híbrido, entre práticas antigas e modernas, destaca-se “a importância de tais manifestações públicas para a política vivida no cotidiano, numa sociedade caracterizada pela comunicação oral e visual e num momento de construção da ordem nacional”.<sup>82</sup>

Assim, pois, é certo que se deve atribuir à palavra imprensa o poder de delinear identidades políticas e culturais, mas isso não deve ser pensado dissociando história da imprensa da conjuntura de uma época. Há que analisar a transformação dos espaços de atuação política de maneira minuciosa, levando em consideração todas as sociabilidades inerentes a uma dada sociedade. Vários trechos de *O Carapuceiro*, por exemplo, chamam a atenção, no sentido de indicar uma ampliação e diversificação do debate político em vários locais públicos do Recife. Setores da sociedade que outrora não participavam dessas discussões agora também opinavam. Em muitos momentos, Lopes Gama comentou a participação de barbeiros, sapateiros e outros profissionais na discussão política.

O alfaiate, em vez de estar em sua loja, cortando  
panos e fazendo roupa, traz a corda os fregueses

<sup>81</sup> MOREL, Marco. “Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830”, in *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro : Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ / 7letras, 2002, v.4, p. 39; Idem, *As transformações...*, pp. 223-240.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 57.

semanas, e semanas; por que vive talhando Governos, gizando Constituições, e alinhavando rusgas: o Sapateiro já não quer saber de couros, e solas; só fala em Gazetas (...). Pois o Barbeiro, que dá para Publicista! Isso é uma peste; é nossa *Cólera Morbus*. Se o mando chamar para me limpar os queixos, não há Reino, de que não saiba notícias, não há Gabinete, que não traga no estojo, não há novidade com que não venha, bem pronta e afiada; e se me há de escanhoar a barba, escanho-me a paciência com Políticas (...).<sup>83</sup>

Esse artigo do *Carapuço* data de 1832, ano em que houve uma explosão da palavra impressa, tanto no Rio de Janeiro como em Pernambuco. Esse relato, apesar de ser uma caricatura - e por isso imprudente seria tomá-lo como descrição fiel da realidade -, é bastante indicativo de um fenômeno: a intensificação do debate político dentro da imprensa periódica, a qual foi acompanhada pela participação de vários atores políticos, que manifestaram sua opinião de diversas maneiras, em diversos espaços.

No primeiro número de *O Carapuço*, de abril de 1832, Lopes Gama satirizou os “faladores”. Com uma linguagem extremamente irônica, ridicularizou aquele que, rodeado de senhoras, “salta da moda à política, (...) dá política dá uma dentadinha de escárnio à religião, daí conceitua a respeito de tática militar (...)”. Por fim, ironizou as mulheres que, impressionadas com tal verbosidade, diziam: “ ‘que moço é este tão sábio? Meu tudo, grande homem é este.’ E quanto menos o entendem, mais o aplaudem.”<sup>84</sup> Mas, ao mesmo tempo em que descreveu situações genéricas da vida privada, fez críticas veladas aos agitadores políticos que, em sua visão, foram os grandes responsáveis pelos inúmeros motins que se sucederam na capital da província no ano de 1831. Zombou daqueles “faladores” que criticavam qualquer lei promulgada pelo governo, mas que, quando eram argüidos sobre os detalhes da lei, não conseguiam explicá-la.

As rebeliões a que fez alusão são aquelas que se sucederam no Recife no ano de 1831 logo após o sete de abril. As causas da setembrizada, revolta que se iniciou nos quartéis e depois se espalhou pelas ruas da cidade, bem como as da novembrada, levante no qual os amotinados exigiram a exoneração de pessoas com origem portuguesa das altas patentes governativas, foram vinculadas, por Lopes Gama, aos espaços onde se procediam

<sup>83</sup> *O Carapuço*, n. 2 (14/abril/1832).

<sup>84</sup> *O Carapuço*, n. 1 (7/abril/1832).

discussões políticas. Espaços tipicamente urbanos. No botequim, afirmou ele, “se discutem, e se decidem irrepreensivelmente as mais intrincadas questões de Direito Natural, e de Direito Público”.<sup>85</sup> Ali, parece que os periódicos também ganhavam relevância e eram discutidos. “Entre goles de cafés (que ordinariamente é um purgante) ou com o ponche em punho”, as discussões acaloravam-se. Continuou relatando que

ali se lavram irrevogáveis sentenças sobre o mérito, ou demérito dos Periódicos, sendo sempre aplaudidos aqueles que dão por paus, e por pedras, e os que dizem que o Povo deve fazer o que muito quiser: e se algum dá a entender em seus escritos que o Governo está comprado por D. Pedro, todos vitoream, e os aplausos não têm mãos a medir. Isso é que é escrever, (exclama um daqueles Padres Conscritos) o resto é peta, o mais é ser moderado que é o maior vício que pode ter um filho de Eva. (...) Advirtam os meus leitores, que nem quantos vão aos botequins pertencem a esta matula: a carapuça só serve em quem serve.<sup>86</sup>

Assim, *O Carapuceiro* torna-se uma fonte extremamente pertinente para analisar as diversas facetas dos espaços públicos de discussão política. Nesse momento repleto de motins e sublevações, quando os mecanismos de controle social não se mostravam eficientes, os múltiplos espaços de debate político assumiram grande relevância. Periódicos, botequins, Direito Natural, Leis promulgadas pelo governo, copos de café: tudo isso se entrelaçava numa complexa rede de relações sociais. A linguagem escrita assumiu, nessa conjuntura, importância primordial. Mas deve-se atentar para a fluidez com que os vários tipos de comunicação circulavam pela sociedade. O dito e o escrito se inter-relacionavam e por vezes se fundiam. Num momento no qual o grupo que se mostrasse mais forte tinha grandes chances de se alçar ao poder, o debate público ganhou novos atores, novos espaços e formatos distintos.<sup>87</sup>

A notícia da abdicação de D. Pedro I chegou a Recife apenas em 5 de maio, e, segundo testemunha ocular, “foram muitos os aplausos e regozijos públicos; toda a cidade

<sup>85</sup> *O Carapuceiro*, n. 2 (14/abril/1832).

<sup>86</sup> *Ibidem*.

<sup>87</sup> Sobre a especificidade da esfera pública em períodos de excitados debates ver BURKE, Peter. “A esfera pública 40 anos depois”, in: *Folha de São Paulo*, 24/03/2002, Caderno Mais! Sobre as revoltas do início do Período Regencial em Pernambuco, ver MOSHER, J. “Challenging Authority: Political Violence and the Regency in Pernambuco, Brazil, 1831-1835”, In *Luso-Brazilian Review*, XXXVII. Board of Regents of the University of Wisconsin System, 2000, pp. 47-48. Sobre os motins que ocorreram no Rio de Janeiro após a abdicação ver, WERNET, Augustin. *O período...*

iluminou-se à noite e a percorreram grandes bandos de pessoas com escolhidas e alegres músicas”. É claro que essa versão é de um simpatizante dos federalistas do início da década de 1820, grupo que desde 1824 não gozava de expressivo poder político em Pernambuco. O autor da frase acima citada é Antonio Joaquim de Melo, que, como já se disse, escreveu relatos biográficos referentes a dois ícones do federalismo pernambucano da década de 1820: *Biografia de José da Natividade Saldanha* e *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*, entre outros. Em suma, em maio seguem-se motins que retiram dos cargos de altas patentes governativas da província aqueles que estavam vinculados ao ex-imperador D. Pedro I.<sup>88</sup>

Em setembro ocorreu outro evento bastante incomum: a Setembrizada. Segundo Jeffrey C. Mosher, os diversos motins que se seguiram após o 7 de abril têm um fundo social e econômico determinante. Não se trata apenas de facções políticas pleiteando o poder político. Em épocas de reformas políticas - afirma Mosher -, os riscos sociais são elevados. Mosher demonstrou como o governo provincial não possuía soberania militar, nem meios efetivos de controle social. O poder político, conseqüentemente, não estava consolidado, e a facção que se mostrasse mais forte poderia instituir-se no poder. Mas não foram só as elites que participaram desse conturbado processo, e a Setembrizada demonstra muito bem essa diversidade.<sup>89</sup>

Na noite de 14 de setembro de 1831, soldados do Quartel do Batalhão 14º iniciaram uma revolta que dominaria toda a cidade do Recife. Saíram de seu quartel, libertaram presos de várias cadeias públicas, atraíram para o motim vários escravos sedentos por liberdade e grande parte da plebe que, vivendo em dificuldade, se sentiam atraídos por qualquer tipo de aventura. O movimento não contou com a participação de oficiais de altas patentes. Apesar de terem dominado toda a cidade, os rebeldes não atacaram o palácio do governo, pois estavam muito mais preocupados, segundo relatos dos historiadores, em saquear as casas comerciais e embriagar-se. Muitos portugueses foram espancados. No entanto, foi um movimento sem liderança. É assim que grande parte da historiografia enxerga a setembrizada: como um motim espontâneo.<sup>90</sup>

<sup>88</sup> Cf. ANDRADE, Manuel Correia de. *Movimentos...*, pp. 54-55.

<sup>89</sup> MOSHER, J. “Challenging...”, pp. 47-48.

<sup>90</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *Movimentos...*, pp. 73-100; ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Recife : Editora Conquista, s.d., p. 22-25; MOSHER, J. “Challenging...”, p. 38-42 e pp. 40-42.

Todas as facções políticas se juntaram para debelar o movimento insurrecional. A participação de estudantes do Curso Jurídico de Olinda e de forças enviadas do interior pela elite foi essencial para restaurar a ordem na cidade. Apesar de estarem em grande número, os revoltosos não possuíam nenhum tipo de organização, e a repressão não tardou. Três dias depois do levante popular, a ordem estava restabelecida. Apesar de não haver consenso em relação aos números, pode-se dizer que foram mortos entre 100 e 300 rebeldes, contra cerca de 30 óbitos por partes das forças repressoras. Cerca de mil pessoas foram presas e enviadas para a distante ilha de Fernando de Noronha, sendo que grande parte dessa gente era constituída de militares de baixa patente que aderiram ao levante. Dezenas de casas comerciais foram saqueadas, e vários populares foram encontrados em bordeis, embriagados e portando dinheiro roubado.<sup>91</sup>

Alguns autores tentam oferecer análises explicativas para o levante. Os argumentos são parecidos: soldos militares atrasados e ainda por cima pagos em moedas de cobre e castigos corporais excessivos nos quartéis. A falsificação de moedas de cobre atingiu níveis elevadíssimos no período aqui analisado. Tal moeda só era usada para pequenas transações comerciais. Quem saía prejudicado era aquele que recebia seu sustento em moedas de cobre, pois as casas comerciais passaram a não aceitá-las. Com a chegada do novo Comandante das Armas, o Brigadeiro General Francisco de Paula Vasconcelos, que chegou do Rio de Janeiro para substituir Lamenha Lins, deposto após o 7 de abril, instalou-se maior disciplina dentro dos corpos militares, e castigos corporais foram aplicados com mais vigor. O novo Comandante também estabeleceu um horário para o fechamento dos quartéis: oito horas da noite. Era o mesmo horário que fora imposto para o toque de recolher dos escravos um mês antes.<sup>92</sup>

Dois meses depois dos acontecimentos de setembro, ocorreu outro levante. Desta vez muito menos sangrento e articulado por uma facção política determinada. Os agitadores mais exaltados fariam, a 15 de novembro, a última tentativa de afastar portugueses de cargos governativos. O discurso antilusitano desse levante que ficou conhecido como Novembrada é explícito.

---

<sup>91</sup> ANDRADE, Manuel Correia. *Movimentos...*, pp. 73-100; ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra...*, p. 22-25; MOSHER, J. “Challenging...” , p. 38-42.

<sup>92</sup> ANDRADE, Manuel Correia. *Movimentos...*, pp. 73-100. ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra...*, p. 22-25. MOSHER, J. “Challenging...” , p. 38-42.

Os revoltosos apossaram-se do Forte das Cinco Pontas. Sitiados dentro do forte e cercados por forças legalistas, fizeram uma lista com três solicitações. Caso fossem atendidas as solicitações, os amotinados dispersariam pacificamente. Trata-se, assim, de uma radicalização dos motins de maio do mesmo ano, que deram início à deposição de membros ligados ao 1º reinado dos cargos dirigentes da província. As três exigências principais eram que os portugueses armados, em sua imensa maioria milicianos, depusessem as armas; que fossem deportados portugueses que não fossem casados, artistas, fabris, capitalistas de mais de dois contos de réis e que não tivessem influência no comércio; que lhes fosse assegurado pelo governo que nunca seria considerado criminoso aquele ato por eles praticados.<sup>93</sup>

O decorrer dos acontecimentos demonstra que houve uma nítida indecisão das autoridades. Ao fim e ao cabo, depois de três dias de cerco, foi ordenado o ataque ao forte. Novamente os estudantes do Curso Jurídico de Olinda participaram da repressão. Não houve conflito, visto que os rebeldes abandonaram a fortaleza. Os dois chefes do motim foram presos.<sup>94</sup>

Entre 1830 e 1831, Lopes Gama redigiu *O Popular*, que tinha como subtítulo “periódico político”. Nesse jornal, defendeu os princípios constitucionais, sendo que seguidos dispositivos da carta magna foram comentados, como, por exemplo, a divisão dos poderes e suas atribuições. Mudando de direcionamento, começou a escrever, exatamente um ano após a abdicação de D. Pedro I, a 7 de abril de 1832, *O Carapuceiro*, que teve como subtítulo “periódico sempre moral e só *per accidens* político”. Quando o Império e, particularmente, Pernambuco, passavam por um momento político extremamente conturbado, é publicado no Recife um periódico que pretendia, pelo menos aparentemente, apenas tratar de moral.<sup>95</sup>

---

<sup>93</sup> CARVALHO, Manuel Correia de. *Movimentos...*, p. 119.

<sup>94</sup> ANDRADE, Manuel Correia. *Movimentos ...*, pp. 113-127. ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra...*, p. 22-25. MOSHER, J. “Challenging...”, p. 42-43.

<sup>95</sup> Sobre o periódico *O Popular* CARVALHO, Alfredo de. *Annaes...*, pp. 130-131; NASCIMENTO, Luiz do. *História...*, v. IV, pp. 75-79.

**F – “*Ridendo Castigat mores é o que quer o povo*”<sup>96</sup>**

Como já foi observado, 1831, 1832 e 1833 foram os anos nos quais se presenciou o maior número de títulos de jornais publicados tanto na Corte como no Recife desde o surgimento da imprensa livre, que se deu logo após a revolução do Porto (1820), até o início do segundo reinado (1840). Nelson Werneck Sodré demonstrou que tal fase excluiu a possibilidade de êxito para periódicos especializados, concedendo apenas aos que se afirmassem como políticos no sentido mais estrito. Dessa maneira, poucas revistas que tiveram como eixo assuntos econômicos, científicos ou culturais emplacaram, sendo que pasquins de tamanho reduzido e de duração efêmera surgiram em grande número, quase sempre promovendo intrigas políticas e dotados de uma linguagem extremamente violenta. O uso de agressões verbais esteve, segundo Sodré, intimamente relacionado com a violência política que caracterizou o período.<sup>97</sup>

Mas, tentando diferenciar-se dos demais periódicos da época, Lopes Gama publica *O Carapuceiro* sugerindo imparcialidade. O cabeçalho do jornal era composto pela seguinte citação: “Guardarei nesta folha as regras boas/ Que é dos vícios falar, não das pessoas (Marcial. Liv. 10, Epist. 33)”, demonstrando, assim que o autor não pretendia personalizar suas críticas. Em formato 21X15, com quatro páginas de duas colunas, exibiu, a partir de junho de 1832, um desenho de uma loja de chapeleiro, de cujo balcão se aproximava um freguês que experimentava um chapéu com ajuda do lojista. Podem-se observar barretinas, chapéus, coroas imperiais, mitras e carapuças sobre uma mesa e espalhados pelo chão. Suspeita-se, na figura do lojista, o próprio Lopes Gama. A partir de 1837, mudou o desenho do jornal, que, no entanto, continuou a ostentar uma loja de chapéus.

---

<sup>96</sup> “Com riso corrigem-se os costumes”, frase de Juvenal, poeta satírico romano que viveu no século I d.C. citada em *O Carapuceiro*, n. 73 (23/dezembro/1837).

<sup>97</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A história...*, pp. 139-141.



Figura 2: O cabeçalho do periódico *O Carapuceiro*.

No primeiro número, foram descritas as supostas motivações que levaram o então frei beneditino a iniciar tal publicação: “Escrevo pois este periódico contra os vícios, 1º Por que estes muito prejudicam a sociedade, e eu quisera ver muito feliz a minha Pátria; 2º (...) assentou-se me no ânimo adquirir alguns vinténs (...)”<sup>98</sup>. É necessário ressaltar que quando Lopes Gama diz *pátria*, ele está se referindo ao Brasil. Segundo Márcia R. Berbel, tal terminologia teria outro significado à época das cortes constituintes de Lisboa (1821-22). *Pátria*, para os deputados brasileiros presentes nas cortes, seria seu lugar de origem. Este não seria o Brasil, e sim a comunidade que os elegeu - a Província. A *nação* da qual esses deputados se sentiam parte seria a portuguesa. O Brasil, à época da independência, se enquadraria apenas no conceito de *país*. Assim, segundo o discurso desses deputados brasileiros, São Paulo e Bahia seriam suas *pátrias*. O Brasil seu *país*. Portugal sua *nação*. No entanto, houve uma virada na utilização desses conceitos em meados da década de

<sup>98</sup> *O Carapuceiro*, n. 1 (7/abril/1832).

1830, pelo menos quando se analisa o discurso de Lopes Gama em *O Carapuceiro*, pois percebe-se que *Pátria, Nação e País* têm a mesma conotação, ou seja, as três expressões representam o Brasil. Fazemos, então, uma primeira observação importante: *O Carapuceiro* contém uma proposta para a nação. Uma proposta que, no entanto, pretendia-se diferenciar das demais até então veiculadas em outros periódicos.<sup>99</sup>

“Meu campo neutro será a moral”, disse Lopes Gama, “(...) façam de conta, que assim como há loja de chapéus, o meu periódico é fábrica de carapuças. As cabeças que se assentarem bem, fiquem-se com elas, se quiserem (...)”<sup>100</sup> Dessa maneira, o autor procurou diferenciar seu jornal dos demais, que até então apenas versavam sobre questões políticas, e se propôs a criticar os costumes e vícios que considerava nocivos para sua Pátria.

Enquanto os outros periódicos de alto coturno todos se empregam na política, uns explicando direitos e deveres sociais, outros levantando questões sutilíssimas; entre dando alvitres, ora acertados, ora equivocados com o pequeno defeito de serem impraticáveis (...) eu, que sou um piegas no círculo dos gladiadores periodiqueiros, não me meterei nesses debuxos, nem é minha intenção pôr-me a escarpelas e tracamundas com meu próximo, uns porque os respeito por bons, outros porque os temo por ferrabrazes.<sup>101</sup>

Sob essa suposta missão moralizante, *O Carapuceiro* teve uma duração incomum para sua época. Enquanto outros títulos de periódicos apenas sobreviveram alguns números, “a fábrica de carapuças” de Lopes Gama atravessou toda a década de 1830. Basta observar a média de números que os periódicos pernambucanos publicados entre 1820 e 1842 alcançaram ao chegarem ao término de suas publicações, para perceber o sucesso de *O Carapuceiro*. Sem contabilizar as publicações diárias desse período, temos que os periódicos duraram em média cerca de 31 números. Contabilizando as publicações diárias, essa média sobe bastante: 97 números. O número de exemplares que *O Carapuceiro* publicou é muito superior a essas duas médias: 427. O tempo de duração do referido jornal, desde a publicação do primeiro número até a do último, também foi muito superior aos dos

<sup>99</sup> BERBEL, Márcia R. *A nação...*, p. 193; FELDMAN, Ariel. “O olhar de um pernambucano sobre a nação : as elites locais e a formação do Estado-nação (1817-1842)”, texto apresentado no *XVII Encontro Regional de História – Anpuh São Paulo*. Campinas, 2004. Diogo Antônio Feijó, no entanto, em oração fúnebre ao seu amigo padre Jesuíno do Monte Carmelo de 1821, denominava a cidade na qual residia, Itu, de “país”. Apud, RICCI, Magda. *Assombrações...*, p. 208-209.

<sup>100</sup> *O Carapuceiro*, n. 1 (7/ abril/1832).

<sup>101</sup> *Ibidem*.

outros: durou mais de 10 anos, enquanto os outros periódicos - incluindo as publicações diárias - duraram em média pouco menos de um ano.<sup>102</sup>

Os periódicos dessa época se sustentavam, ou por vendas avulsas, ou por subscrições mensais (em alguns casos trimestrais ou, até mesmo, como no caso do *Diário de Pernambuco*, anuais). O preço médio de um periódico de 4 páginas, formato comum da época, era de 80 réis. Sabe-se que um escravo de ganho recebia 80 réis como pagamento diário de trabalho. Assim, segundo Morel, “não era impossível, hipoteticamente, a um escravo de ganho ou mesmo um alforriado eventualmente comprar um jornal periódico”.<sup>103</sup> E os pontos de venda de jornais eram os mais variados: lojas, boticas, casas comerciais e até mesmo as próprias tipografias. Assim, percebe-se que os periódicos eram objetos de fácil acesso a diversos setores da população. Mas, ao que tudo indica, o que sustentava um jornal não eram as vendas avulsas, e sim as subscrições.<sup>104</sup> Isso se percebe pela insistência de Lopes Gama, ao final de vários números de *O Carapuceiro*, em comunicar-se com seus subscritores, como é o caso deste anúncio:

Os snrs. assinantes pagarão sua subscrições d’agora por diante a um cobrador particular, o qual dará os competentes recibos, que terão de mais as seguintes letras iniciais – A. M. S. – Outro sim roga-se aos mesmo Snrs., que se acharem a dever o mês passado, hajam de satisfazer as respectivas assinaturas conjuntamente com a do corrente.<sup>105</sup>

Observamos, pelas repetidas vezes em que Lopes Gama se comunica com seus assinantes, que a subscrição foi a prática que conferiu maior longevidade ao seu periódico. E tal prática parecia ser realmente a mais efetiva, pois vários jornais de curtíssima duração tentaram abarcar para si o interesse de subscritores. Pelo visto, não tiveram sucesso. É o caso do jornal *A Voz do Povo* (1831-32), que durou apenas 24 números, mas que, no seu

---

<sup>102</sup> Essas médias foram calculadas tendo como base as informações contidas em NASCIMENTO, Luiz do. *História...* e CARVALHO, Alfredo. *Annaes...* Em relação ao *Diário de Pernambuco*, que existe desde 1825 até os dias de hoje, consideramos apenas o período entre 1825 e 1842.

<sup>103</sup> MOREL, Marco. *As transformações...*, p. 59.

<sup>104</sup> Informações tiradas de NASCIMENTO, Luiz do. *História...* Seguem alguns exemplos de locais que vendiam periódicos: O *Relator verdadeiro* (1821-22) vendia seus números na Loja de Antonio Xavier da Silva, no Pátio do Colégio e na Botica de José Matias, na Rua do Rosário N. 140; O *Conciliador Nacional* (1822-25), de Lopes Gama, vendia-se na Pracinha do Livramento; O *Sentinel da Liberdade na Guarita de Pernambuco* (1823-24) vendia-se na Loja da Gazeta, na Pracinha do Livramento N. 60. Vários outros exemplos são encontrados na obra acima citada. Não temos notícias de onde eram vendidos os número de *O Carapuceiro*.

<sup>105</sup> *O Carapuceiro*, n. 53 (18/maio/1833).

primeiro número, anunciava vários locais onde poderiam ser efetuadas as assinaturas. Outros exemplos semelhantes a esse são comuns.<sup>106</sup>

Por fim, cabe explicitar que outros tipos de práticas também podem ter sido utilizadas para a manutenção de um periódico. Como a palavra impressa era um forte veículo de afirmação política, grupos detentores de certo poder econômico devem ter financiado alguns jornais. É difícil precisar com que periódicos esse tipo de prática ocorreu, mas é possível levantar alguns questionamentos, como no caso do diário *O Cruzeiro* (1829-31). Sendo uma publicação diária que durou cerca de 3 anos, e exercendo uma militância política radical, beirando ao absolutismo, não podemos deixar de levantar suspeitas de que influentes membros da *Sociedade Columnas do Trono e do Altar* subsidiaram esse jornal, visto inclusive que ele foi impresso em uma tipografia própria, a Tipografia do Cruzeiro. Ter todo o aparato tipográfico era algo muito custoso para época e representava muito poder. Outro indício significativo de apadrinhamento é o do jornal *Constituição e Pedro 2º*, financiado pelo negociante Luiz Gomes Ferreira, distribuído de graça entre março de 1836 e fevereiro de 1837, e que defendia o governo do Regente Feijó e combatia a pretensa regência da princesa D. Januária. É temerário concluir que *O Carapuceiro* não contasse com nenhum padrinho, mas, ao que tudo indica, essa incomum longevidade se deu principalmente pelo sucesso que Lopes Gama obteve com seus leitores. A idéia de adquirir “alguns vinténs” externada no primeiro número foi levada a cabo com sucesso.<sup>107</sup>

João Paulo Garrido Pimenta reconheceu que é quase impossível precisar estatisticamente a circulação de periódicos na primeira metade do século XIX. No entanto, pensou alguns critérios básicos que podem ajudar a revelar a importância, ou não, de um jornal para uma determinada sociedade: duração de sua publicação; referências recíprocas entre periódicos; publicação de anúncios e a participação de leitores por meio de comunicados. Considerando, de maneira crítica, esses quatro elementos assinalados por Pimenta, *O Carapuceiro* preenche praticamente todos os requisitos para ser considerado um jornal de grande repercussão.<sup>108</sup>

---

<sup>106</sup> CARVALHO, Alfredo de. *Annaes...*, pp. 139-140.

<sup>107</sup> *Ibidem*, pp. 124-127 e 136; NASCIMENTO, Luiz do. *História...*, v. IV, pp. 141-144.

<sup>108</sup> PIMENTA, João Paulo G. *Estado...*, p. 69-70.

*O Carapuceiro*, ao lado do *Diário de Pernambuco*, foi, nessa província, o único periódico que atravessou todo o Período Regencial, sendo publicado de 1832 a 1842, com uma interrupção de dois anos, 1835 e 1836, e outra de um ano e meio, entre 1840 e 1841, quando Lopes Gama assumiu a cadeira de deputado geral na corte fluminense. E nos dois primeiros anos de interrupção (1835-1836), continuou a ser impresso nas folhas do próprio *Diário de Pernambuco*. Este publicou muitos números repetidos de *O Carapuceiro*, que já haviam saído do prelo anteriormente de maneira independente, também entre 1840 e 1844. Tendo em mente que os próprios leitores, através da compra de exemplares ou das subscrições, eram os principais, se não únicos, sustentáculos de *O Carapuceiro*, o público foi, durante esses anos, pelo menos suficiente para a manutenção do jornal. Ao que tudo indica, também gerou lucros para o fabricante das carapuças.

Referências recíprocas entre periódicos também vão ser comuns, e não apenas no âmbito provincial, mas também rompendo barreiras políticas e atingindo a corte fluminense. Segundo Pallares-Burke, os artigos de “*O Carapuceiro* foram reproduzidos nos periódicos *Jornal do Comercio* (Rio, 1833); *Gamenha* (Recife, 1833); *O Novo Carioca* (Rio, 1834); *O Sete de Abril* (Rio, 1836); *O Despertador* (Rio, 1840); *A Carranca* (Recife, 1835); *Sentinella da Monarquia* (Rio, 1845); *Marmota Fluminense* (Rio, 1852)”. Após iniciar a publicação de tal jornal, Lopes Gama passou a ser chamado de Padre Carapuceiro, comprovando, assim, a repercussão de seu jornal, que lhe rendeu até um apelido, não apenas para o restante de sua vida, mas também para a posteridade. Existe hoje, no Recife, bairro de Boa Viagem, uma via pública denominada Rua Padre Carapuceiro.<sup>109</sup>

*O Carapuceiro* nunca publicou anunciantes em suas páginas. No entanto, outro fator que pode demonstrar sua intensa circulação são os anúncios publicados sobre ele no *Diário de Pernambuco*. Um anúncio de 19 de abril de 1838 indicava, por exemplo, que na loja de livros de Praça da Independência havia à venda uma coleção das edições de *O Carapuceiro* de 1837 e 1838. Em 19 de janeiro de 1857 anunciou-se que havia uma coleção completa à venda “na livraria defronte ao Arco de Santo Antônio” e, em 1 de outubro de 1879, outro anúncio vendia “*O Carapuceiro*, 4 volumes, encadernados por 15\$000”. Percebe-se, dessa forma, que décadas após o fim de sua publicação, *O Carapuceiro* ainda era um sucesso.<sup>110</sup>

<sup>109</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia...*, p. 134.

<sup>110</sup> MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Diário...*, p. 308; DANTAS, Leonardo. “Préfacio”, in: GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. *O Carapuceiro...*

Publicar cartas de leitores não foi prática comum desse controverso jornal. Ao longo de toda sua história, foram publicadas oito cartas apenas, e Pallares-Burke constatou que uma delas era uma cópia de uma correspondência publicada um século antes, no jornal inglês *The Spectator*. Outro fator, no entanto, que indica o grande alcance que o Padre Mestre obteve com seus escritos foi a publicação de *O Carapuceiro na Corte*, feita, como suplemento, no periódico carioca *O Despertador*. Isso ocorreu quando ele assumiu a suplência de deputado à Assembléia Geral Legislativa em 1840, em substituição a Sebastião do Rego Barros. Quando chegou ao Rio de Janeiro *O Jornal do Comércio* noticiou: “ninguém há que não tenha lido os escritos deste insigne brasileiro... ninguém que não dê ao ilustre escritor um dos mais subidos lugares entre os literatos que têm honrado a nossa Pátria”. Já *O Despertador* chamou-o de “o *La Bruyère* do Brasil”.<sup>111</sup>

Pode-se, assim, constatar sem receio: *O Carapuceiro* foi um jornal de intensa circulação no período regencial. Um dos motivos para tanto pode ter sido a linguagem jocosa e sua pretendida temática diferenciada. O próprio autor tinha em mente que o público apreciava o bom humor de seus escritos. “*Ridendo castigat mores*<sup>112</sup> é o que quer o povo, e que remédio há senão ir com ele?”<sup>113</sup> Dessa maneira, Lopes Gama angariou para si um público cativo.

### **G – “Um periódico só *per accidens* político”?**

Em um período no qual a imprensa era sobretudo um espaço de discussão política, não poderia existir um jornal que ficasse fora do acirrado debate que se procedeu após a abdicação do Imperador. Em uma época que excluía a possibilidade de êxito para periódicos especializados, como se viu, e na qual apenas se afirmaram periódicos políticos, no sentido mais estrito, não poderia ser bem sucedido um periódico “só *per accidens* político”. Em uma conjuntura na qual poucas revistas que tinham como pauta assuntos econômicos, científicos ou culturais obtiveram sucesso, sendo que pasquins de tamanho reduzido e de duração efêmera surgiram em números jamais presenciados, e quase sempre

<sup>111</sup> QUINTAS, Amaro. *O Padre...*, p. 75; MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Diário...*, p. 308, p. 304. Jean La Bruyere foi um moralista francês do século XVII, que empreendeu uma crítica aos costumes de seu tempo, principalmente através da obra *Caracteres*, um dos mais famosos retratos morais da literatura francesa.

<sup>112</sup> Conferir nota 95.

<sup>113</sup> *O Carapuceiro*, n. 73 (23/dezembro/1837).

promovendo intrigas políticas e dotados de uma linguagem extremamente violenta, não poderia haver um periódico que apenas tratasse sobre costumes. Um veículo impresso não poderia se diferenciar completamente e deixar de dialogar com os demais que versavam sobre questões políticas. Como já foi observado na introdução, a historiografia, desde o século XIX, tem dado destaque para o caráter folclórico, moralizante e de crítica de costumes de *O Carapuceiro*. Aqui, relativizaremos esse enfoque, e atentaremos para as formulações políticas presentes em tal jornal, que, por sinal, são recorrentes e riquíssimas. Desde o início de sua publicação, e protegido pela égide de “periódico sempre moral”, *O Carapuceiro* participou das discussões políticas de seu tempo e travou polêmicas com outros periódicos que o contradiziam. A idéia de que não adentraria na “arena dos gladiadores periodiqueiros” não pode ser levada muito a sério, a não ser que a tomemos como um artifício retórico utilizado pelo Padre Carapuceiro.

Lopes Gama nunca deixou de rebater críticas que outros periódicos fizeram a ele. Mas sempre que “adentrava na arena dos gladiadores periodiqueiros”, ressaltava ele: “nunca foi de minha intenção meter-me em polêmicas”. Em seguida, afirmava que seu periódico tinha como objetivo “a correção dos maus costumes” e que não personalizaria suas críticas, pois os vícios são impessoais. E assim procedia dentro dessa arena na qual as armas eram palavras. Apresentava-se, não como um gladiador, mas como alguém que estava observando a batalha de cima, sob um ângulo diferenciado, o moral. Mas, ao fim e ao cabo, o combate se dava. Ao receber críticas do periódico *A Tolerância*, por exemplo, em fins de 1832, não tardou em contra-argumentar. No artigo “Resposta a Tolerância n. 11”, tratou de sustentar a opinião que externara em um número anterior de *O Carapuceiro* de que os tratados comerciais que permitiam a entrada a retalho de produtos estrangeiros eram prejudiciais ao Brasil. Citando teóricos de Economia Política, defendeu que o excesso de importação prejudicava o desenvolvimento de uma nação que pretendia ser “industrial” e, conseqüentemente, aumentava o número de vadios. Disse ainda que

De mais a ampliar-se o privilégio do retalho a todos os Povos, com que negociamos, o que seria dos nossos concidadãos pobres, e dos nossos Artífices? Os franceses já têm lojas de fazendas, e quinquilharias: os Portugueses correriam aos bandos para porem tavernas de vinhos, paios, presuntos, cebolas, etc. Os Holandeses viriam abrir lojas de manteiga, queijos, etc., e até os Italianos nos teriam suas vendas de *macaroni, talharines, e rabiolis*. E o

que fariam os nossos? Seriam reduzidos ou a especular em lojas de abanos, cuias, cabaços, colheres de pau, cocos, esteiras de piripiri, cangalhas, e cambitos, ou teriam de jazer na ociosidade (...).<sup>114</sup>

Essa discussão aponta para alguns aspectos interessantes. Em um primeiro momento, mostra uma visão de Economia Política bastante nítida, que defende um aumento do protecionismo fiscal, e já comprova a idéia de que, *per accidens* ou não, Lopes Gama trataria sobre assuntos políticos e até de, como se diz modernamente, “política econômica”. Em um segundo momento, indica uma das armas que o Padre Carapuço usou contra seus opositores: a ironia. Ele sempre se orgulhou de ser “jovial”. Quando deputado provincial, em 1845, defendeu-se na Assembléia de ataques que faziam ao seu jeito irônico de ser: “sou jovial por temperamento, mas creio que minha jovialidade não ofende a ninguém (...), este é o meu gênio, que é o gênio do carapuço”. Nota-se que, em 1845, ele ainda fazia questão de se autodenominar como carapuço, o que demonstra que seu célebre jornal por vezes se confundia com sua própria vida.<sup>115</sup>

Mas nem sempre ele abdicou de usar uma linguagem violenta. Quando, no início de 1833, recebeu acusações de um correspondente do *Diário de Pernambuco*, que assinou sob o pseudônimo “O Carapuço do Carapuço”, foi bem mais agressivo. O motivo é compreensível – tratava-se de um acinte seu opositor utilizar-se da própria nomenclatura “O Carapuço”. Primeiramente, Lopes Gama criticou o editor do jornal que publicou a referida carta. Depois, defendeu-se com o argumento de que nunca personalizou suas críticas: “E que fiz eu ao atual editor (que nem conheço) para assim se ter indisposto contra mim? Em que o ofendi pessoalmente?” Seguiu defendendo-se das acusações de ter mudado de opinião hipocritamente desde 1824, pelo fato de estar, em 1833, defendendo o sistema federativo. “É verdade,”– disse ele - “que eu reprovei muito a Federação chanfrada, com que saíram alguns estouvados no tempo da memoranda coluna, e que hoje escrevo o Federalista, e entendo, que já nos convém a Federação: e haverá nisso contradição? Os tempos são os mesmo?”. O *Federalista*, ao qual se refere, era o periódico em que Lopes Gama colaborou entre 1831 e 1833. Nas páginas desse jornal e também de *O Carapuço*, ele defendeu as vantagens do sistema federativo. Lembre-se do panfleto que Lopes Gama

<sup>114</sup> *O Carapuço*, n. 20 (1/novembro/1832).

<sup>115</sup> Ata da sessão da Assembléia Provincial de 2 de maio de 1845 ou *Diário de Pernambuco*, 19 de maio de 1845, apud. MELLO, José Gonsalves de. *Diário...*, pp. 392-393.

escreveu em 1825, no qual satirizou o personagem que denominou de “federativo do equador”. Cabe também notar que a política se mostrava novamente bastante presente nesse periódico “só *per accidens* político”, e que o Padre Carapuceiro não titubeava quando desafiado para entrar “na arena dos gladiadores periodiqueiros”.<sup>116</sup>

Outra polêmica travada com o Carapuceiro do Carapuceiro merece destaque. Lopes Gama é acusado de imoral por reiteradamente abordar em *O Carapuceiro* os maus hábitos e os vícios, e por empregar uma linguagem considerada, pelo seu acusador, indevida. Estando um dos alicerces de seu jornal ameaçado, ou seja, o estatuto de “periódico sempre moral”, ele se defendeu prontamente: “Quais são os meus vícios públicos? Quais os escândalos que eu tenha dado? Sou ébrio, jogador, amancebado, ladrão, salteador, assassino? (...) Até diz que, eu no meu pequeno Periódico lembro toda a espécie de imoralidade; porque falo contra elas. Ora, por vida minha não me dirão, como se combatem vícios sem falar neles?” Percebe-se, dessa maneira, que a idéia de “periódico sempre moral” não poderia ser questionada, pois a noção de que a moral (universal e impessoal) estava hierarquicamente acima da política (particularista e pessoal) era a base na qual se sustentava *O Carapuceiro*.<sup>117</sup>

Lopes Gama articulou, nas páginas de seu jornal, uma crítica “moral” a hábitos que tachou de maléficos à sociedade, com árduas acusações a seus opositores políticos. Zombou dos gamenhos, aqueles homens “que não têm outro ofício, outro emprego, outro cuidado, senão embonecar-se para namorar”.<sup>118</sup> Ridicularizou, também, os padres e frades gamenhos, dizendo que neles “é este vício muito mais escandaloso e censurável do que nos leigos e seculares”.<sup>119</sup> Esbravejou contra o luxo nos enterros e exéquias, afirmando que “levar a vaidade além do túmulo, rodear de sedas, de galões, de ricos ornatos um corpo já inanimado, uma podridão, um seminário de bichos, é o que a razão não menos que a religião muito reprova e condena”.<sup>120</sup> E, ao rotular certos hábitos da vida privada de imorais, ridículos, escandalosos e censuráveis, associou certas condutas políticas aos mesmo adjetivos. O próprio Padre Carapuceiro relacionou esses três aspectos: moral,

<sup>116</sup> *O Carapuceiro* n. 41 (23/fevereiro/1833).

<sup>117</sup> *Ibidem*.

<sup>118</sup> *O Carapuceiro*, n. 11 (7/julho/1832). Para o dicionarista oitocentista Antonio de Moraes e Silva, “gamenho” era o “galante que se atavia para namorar”. SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro : Editora Empreza Literária Fluminense, 1891 [1813], p. 81.

<sup>119</sup> *O Carapuceiro*, n. 16 (11/agosto/1832).

<sup>120</sup> *O Carapuceiro* n. 23 (22/setembro/1832).

política e nação: “Eu escrevo no meu País, escrevo com o louvável fim de ver, se consigo corrigir as más ações, que podem prejudicar assim a Moral, como a Política do nosso Brasil”.<sup>121</sup>

Notamos que, junto com os artigos de feitio costumbrista, *O Carapuceiro* tratou das mais diversas temáticas políticas. E, em relação a sua militância política, podemos dividir o jornal em duas fases bem distintas: a primeira, de 1832 a 1834, e a segunda, de 1837 a 1842. Na primeira, o mote principal foi o combate ao absolutismo e à restauração; na segunda, o alvo principal de críticas foram as rebeliões que ameaçaram a unidade da nação: a Revolução Farroupilha (1835-1845), a Cabanagem (1834-1840), a Sabinada (1837-1838) e a Balaiada (1838-1841). Na segunda fase, também criticou a política demasiadamente liberal levada a cabo no início das regências.

Nas duas fases, observam-se inúmeros artigos que poderíamos caracterizar como costumbristas. Na primeira fase, no entanto, eles se encontram em menor número. Em primeiro lugar, porque *O Carapuceiro* era uma publicação apenas semanal nesse período; em segundo, porque o período de 1832 a 1834 foi de intenso debate político, como já vimos nos gráficos acima explicitados. Esse aspecto motivou Lopes Gama a adentrar com mais frequência na “arena dos gladiadores periodiqueiros”. Reaparecendo em 1837, *O Carapuceiro* tornou-se bisemanal, e assim os artigos de feitio costumbrista foram mais recorrentes. Essa predominância de artigos mais “morais” do que políticos também se explica pelo fato de que, no período final das regências, o debate público arrefeceu bastante, como também pode ser constatado nos gráficos. O próprio Lopes Gama observou, em um número de *O Carapuceiro* de 1838, que a discussão política já não era mais tão calorosa como em outros tempos:

Há muito não me meto nos debuxos da Política, já por não sair fora das raias, que me propus, já por que o nosso Povo deve de estar entediado de tanta Política. Tempo houve, em que os nossos periódicos não tratavam, se não desta, soltando baforadas do Contrato Social, copiando trechos de Mably, do Barão d’Holbac, e d’outros Políticos, que hoje se reputam fazenda velha, e avariada na culta, e política Europa. As boticas, as lojas, os botequins, e as oficinas de Barbeiros, e Sapateiros eram tantos outros parlamentos de Políticas transcendental, onde se discutia sobre a divisão, e harmonia dos Poderes,

<sup>121</sup> *O Carapuceiro*, n. 26 (13/outubro/1832).

sobre a vitaliciedade do Senado, sobre o *Veto* absoluto, ou suspensivo, q'era um pasmar. Hoje tem amainado um pouco esse vendaval e alguns já se vão desenganando, que o ramo da Política não é especulação, que chegue para todos.<sup>122</sup>

Alguns aspectos merecem ser ressaltados desse excerto. Primeiramente, a direta correlação feita por Lopes Gama entre a intensidade das discussões políticas empreendidas pelos periódicos e o debate realizado em locais públicos diversos, como as boticas e as lojas, aspecto já observado anteriormente. Em segundo lugar, a ironia de que o “ramo da Política não é especulação que chegue para todos”, sendo que *O Carapuceiro* se posicionou humildemente fora desse tão complexo “ramo”. Como já vimos, esse suposto posicionamento se deu apenas no campo da retórica. Em terceiro lugar, cabe ressaltar que, apesar de o debate político estar mais ameno no final das regências, ele ainda exercia importância crucial na sociedade. Pernambuco passava por um momento de relativa calma institucional, mas os levantes, que acabaram assumindo um formato separatista e republicano, se propagaram em vários rincões do Império. A repercussão desses levantes em Pernambuco seria decisiva para o rumo da província. E *O Carapuceiro*, apesar de inúmeros artigos costumbristas, jamais deixou de se posicionar politicamente nesse contexto. Ademais, a importância política relativa de *O Carapuceiro* nesse período foi ainda maior, pelo fato de que havia poucos periódicos em circulação. Em 1837 havia 7 títulos diferentes na província. Nos três anos seguintes, isto é, de 1838 a 1840, apenas 4 títulos estiveram em circulação.<sup>123</sup>

A historiografia, por sua vez, acabou dando mais ênfase a essa segunda fase de publicação de *O Carapuceiro*, e por isso tem se enfatizado o viés de crítica de costumes desse jornal. Mas deve-se levar em consideração as observações acima realizadas que demonstram o peso político dessa “fábrica de carapuças”, para não incorrer no erro de encobrir uma dimensão que foi essencial na constituição desse periódico.

Uma nova nação surgia, imersa em uma cultura política na qual a palavra impressa ganhava grande importância. “Enquanto os outros periódicos de alto coturno” se diluíram no tempo, a burlesca fábrica de carapuças continuou a funcionar por cerca de 10 anos. Além de sua comprovada importância no debate público durante o Período Regencial, cabe

<sup>122</sup> *O Carapuceiro*, n. 5 (31/janeiro/1838)

<sup>123</sup> Para uma Caracterização do Período Regencial como politicamente estável em Pernambuco, ver MELLO, Evaldo Cabral de. “Introdução”...

levantar quanto *O Carapuceiro* foi decisivo para a afirmação de Lopes Gama no cenário político provincial. Lopes Gama se elegeu nas quatro primeiras legislaturas para deputado provincial a partir da instituição do Ato Adicional de 1834. Como duravam dois anos cada legislatura, observamos que ele ocupou esse cargo de 1835 a 1842. Foram três legislaturas seguidas. Sabe-se também que o Padre Carapuceiro ainda ocupou diversas funções no aparato educativo de Pernambuco ao longo da década de 1830. Em 1832, o governo retirou do Seminário de Olinda as cadeiras de humanidades, criando com elas o Colégio das Artes anexo ao Curso Jurídico. Lopes Gama, com sua cadeira de lente de Retórica assumida em 1817, transferiu-se para tal instituição, sendo que em 1839 foi jubilado dessa cátedra, recebendo a pensão anual de seiscentos mil réis. No ano de 1835, além de Lopes Gama se tornar deputado provincial, assumiu dois novos encargos: o de primeiro diretor do Colégio dos órfãos, fundado no mesmo ano, e assumiu a direção do Curso Jurídico de Olinda interinamente, desempenhando esse papel até 1839. Assim, em 1835 Lopes Gama assumiu um cargo eletivo e foi nomeado para outras duas funções públicas de bastante destaque. Cogita-se o quanto influenciou o sucesso de *O Carapuceiro* nesse nítido processo de ascensão profissional, social e política. É de se indagar de que maneira a vitória que obteve na “arena dos gladiadores periodiqueiros” lhe garantiu um espaço de evidência na política pernambucana e imperial.<sup>124</sup>

---

<sup>124</sup> DELGADO, Luís. *Lopes...*, pp. 9-11. Sobre a atuação de Lopes Gama como diretor do Curso Jurídico de Olinda, ver VEIGA, Gláucio. *História...*

## CAPÍTULO 2 – UMA CARAPUÇA PARA O BRASIL

### A- “O que fazer com a revolução?”

O período das regências, que se iniciou após a abdicação do Imperador D. Pedro I em 7 de abril de 1831, foi marcado por uma euforia revolucionária, tanto no Rio de Janeiro como em outras províncias. A abdicação foi caracterizada como uma revolução pelos periódicos da época. Assim, menos de um ano após a queda da dinastia Bourbon na França, em evento conhecido como as Três Jornadas de Julho de 1830, o Brasil também tirava um monarca do poder. Segundo o jornal *Aurora Fluminense*, então redigido por Evaristo da Veiga no Rio de Janeiro, “a nossa revolução gloriosa em nada teve que invejar os três dias de Paris. Os atos de desinteresse e generosidade, tão admirados na França, foram reproduzidos aqui, e se encontraram até entre as pessoas da mais infeliz posição social”. *O Carapuceiro*, em julho de 1833, também se referiu à abdicação como a “Revolução do 7 de abril”.<sup>125</sup>

O termo revolução, no entanto, poderia ter vários significados. Não cabe aqui empreender uma discussão que seja capaz de encerrar a complexa polissemia desse termo. No entanto, não se pode deixar de considerar o quanto essa palavra esteve presente no vocabulário político da época, e é mister refletir acerca de algumas conotações atribuídas a essa expressão. O que fazer com a revolução? – este era o questionamento que estava na mente dos contemporâneos da abdicação. Segundo Marco Morel, coexistiam, grosso modo, três tendências políticas, cada qual respondendo à sua maneira a essa pergunta.<sup>126</sup>

O que fazer com a revolução? Havia basicamente três respostas: negar (os absolutistas ou ultramonarquistas), completar e encerrar (vertente conservadora do liberalismo) e continuar (vertente revolucionária do liberalismo). Impossível era ignorá-la. Estavam em jogo o rumo da sociedade e suas transformações.<sup>127</sup>

Podemos traçar um paralelo, embora com ressalvas, entre essas tendências políticas presentes no Rio de Janeiro, quais sejam, moderados (vertente conservadora do

<sup>125</sup> Apud. MOREL, Marco. *O período...*, p. 21; *O Carapuceiro*, n. 63 (27/julho/1833).

<sup>126</sup> Sobre a abdicação de D. Pedro I e a utilização do vocábulo “revolução” para caracterizar esse acontecimento, ver CONTIER, Arnaldo. *Imprensa...*, pp.13-15; MOREL, Marco. *O período...*, pp. 20-31; WERNET, Augustin. *O Período...*, pp.21-24.

<sup>127</sup> MOREL, Marco. *O período...*, p. 21.

liberalismo), exaltados (vertente revolucionária do liberalismo) e restauradores (absolutistas ou ultramonarquistas), com as associações atuantes em Pernambuco. A linha de pensamento moderada era representada em Pernambuco pela *Sociedade Patriótica Harmonizadora*, associação que, fundada logo após o 7 de abril, se norteava por uma política de conciliação. Composta de altos funcionários públicos, proprietários rurais e ricos comerciantes, seus membros procuravam manter a ordem. Segundo um dos fundadores da *Patriótica Harmonizadora*, Antonio Joaquim de Melo, os objetivos de tal organização eram: apaziguar os ânimos, sustar a demissão em massa de autoridades, amparar os órfãos deixados pelas vítimas das revoluções anteriores e defender a Constituição, opondo-se, dentro dos meios legais, à restauração.<sup>128</sup>

Já os Restauradores formavam, nos primeiros anos da década de 1830, a sociedade *Colunas do Trono e do Altar*. Como já vimos, os *colunas* existiam desde 1828 e almejavam que o Imperador governasse sem o “trambolho”, ou seja, sem a constituição. Já gozando de grande influência em Pernambuco, os *colunas* transformaram-se paulatinamente em restauradores após a abdicação.<sup>129</sup>

Por fim, havia a *Sociedade Federal*, fundada em outubro de 1832 e que pleiteava por uma reforma descentralizadora. Seus membros ambicionavam maior autonomia administrativa, jurídica e tributária para as províncias, reivindicações que não tiveram grande espaço na pauta dos assuntos políticos desde o insucesso da Confederação do Equador em 1824. Esses clamores, que ainda ressoaram na Província em 1829, com a também malsucedida República de Afogados, puderam voltar ao cenário político. Mesmo acusada de ilegal e anárquica, a Sociedade Federal se instituiu e adentrou no período das regências com representatividade, sendo que o próprio Lopes Gama colaborou com essa associação, redigindo alguns números do periódico *O Federalista*. Exatamente pela presença de Lopes Gama nos quadros dessa sociedade, seria temerário classificá-la como representante de uma vertente revolucionária do liberalismo. Não se pode, como

---

<sup>128</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra...*, p. 24.

<sup>129</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *Movimentos...*, p. 46.

demonstraremos ao longo de nossas análises, caracterizar o Padre Carapuceiro como um exaltado.<sup>130</sup>

Essas associações se constituíam, segundo Morel, “em formas de agrupamento em torno de um líder, ou através de palavras de ordem e da imprensa, em determinados espaços associativos ou de sociabilidade e a partir de interesses ou motivações específicas, além de se delimitarem por lealdades ou afinidades (intelectuais, econômicas e culturais etc.) entre seus participantes”. Mesmo tendo em mente que essas três facções políticas se interpenetravam, se diluíam e se confundiam no meio do complexo tecido social, é de suma importância observar os agrupamentos políticos que se institucionalizaram após a abdicação. Tais associações foram extremamente representativas. Elas apontaram, cada qual à sua maneira, um rumo distinto para a nação. Cada um desses agrupamentos tinha uma concepção distinta de revolução. Considerando a concretude dos movimentos que se processaram em Pernambuco após a abdicação, podemos relacionar a concepção de revolução que cada uma das associações políticas construiu com as três respostas acima citadas por Morel para o tão instigante questionamento: o que fazer com a revolução?<sup>131</sup>

Os *colunas* almejavam a contra-revolução, ou seja, negavam-na através de levantes de discurso restaurador, como foi o caso da Abrilada, motim que se processou no Recife em abril de 1832, e que, depois de debelado, se espalhou pelo interior da província, dando origem à Guerra dos Cabanos, combate de guerrilha que durou até 1835. Os mais exaltados queriam continuá-la, como ficou claro nas reivindicações que fizeram durante a Novembrada, rebelião ocorrida em novembro de 1831, na qual os amotinados exigiam a exoneração de todos os portugueses que ocupavam altos cargos governativos. Já os moderados, como se depreende dos objetivos traçados pela *Patriótica Harmonizadora*, pretendiam concluí-la. E o Padre Carapuceiro? Qual era a concepção de revolução que construiu em seu periódico?

*O Carapuceiro* voltava-se contra qualquer agitação política, e zombava da possibilidade de levantes armados e qualquer tipo de republicanismo, dizendo que “o povo do Brasil é tão apto para a democracia como o muçulmano para conhecer a jurisdição do

---

<sup>130</sup> Sobre reformas de caráter federativo durante as regências, ver DOLHNIKOF, Miriam. “As elites regionais e a construção do Estado”, in: JANCOSO, István (org.). *Brasil... Sobre a República dos Afogados*, ver CARVALHO, Marcus J. M. “A República...”.

<sup>131</sup> MOREL, Marco. *O período...*, pp. 32-33.

papa”.<sup>132</sup> Lopes Gama construiu, dessa maneira, uma visão de que o povo e a sociedade brasileira eram despreparados, naquele momento, para a democracia e para o republicanismo. Sua postura, desde a década de 1820, quando esteve vinculado aos grupos que participaram da repressão à Confederação do Equador, foi no sentido de promover a manutenção do sistema político vigente. O Brasil deveria se desvincular do Antigo Regime, não de maneira brusca e revolucionária, mas lenta e gradual. E *O Carapuceiro* seria um instrumento para fornecer subsídios para que fosse empreendida uma “revolução, não física, mas moral”. A idéia de reformar os costumes tinha o sentido de preparar o povo para que as instituições democráticas e representativas pudessem ter seu devido funcionamento. Era uma forma, também, de militar contra os meios revolucionários de promover transformações políticas:

Desengane-se finalmente o Governo, que maioria do Brasil tem sentimentos Republicanos; que a República há de aparecer, não já; por que nos não convém; por que não temos todos os requisitos para ela; mas é mister predispô-la; fazer a revolução, não física, mas moral, a fim de que, quando for convinável, estabeleça-se quase por si mesma e entremos na grande Família Americana. Já nos conveio a monarquia, hoje convém-nos a monarquia sim, mas constitucional, representativa e federal. Para o diante, em seu tempo adequado, só nos convirá a república, que é a natural tendência da América.<sup>133</sup>

O Brasil, então, não tinha “todos os requisitos” para a República. Veremos no terceiro capítulo que esses “requisitos” aos quais se refere Lopes Gama seriam um preparo moral baseado na ilustração e, principalmente, na religião católica. A falta de instrução e de religião do povo brasileiro tornava os empreendimentos revolucionários e republicanos aventuras despropositadas. Adentrar na “grande Família Americana” sem os devidos “requisitos” poderia ser altamente perigoso. O exemplo das ex-colônias espanholas era paradigmático para Lopes Gama, e para a elite política brasileira, que nunca viu com bons olhos os acontecimentos políticos dos países vizinhos. Em sua opinião, apenas os Estados Unidos da América continham uma população apta a levar a cabo uma República. O Brasil, dessa maneira, deveria manter a Monarquia Constitucional. Este seria um regime de

---

<sup>132</sup> *O Carapuceiro*, n. 1 (17/01/1838).

<sup>133</sup> *O Carapuceiro*, n. 3 (20/abril/1832).

transição, mas que no início da década de 1830 se mostrava ideal para uma sociedade despreparada para um sistema político mais participativo.<sup>134</sup>

Assim, Lopes Gama elaborou uma concepção de como deveriam ser empreendidas as mudanças na sociedade. Em um número de *O Carapuceiro* de julho de 1832, intitulado “As Reformas”, disse ele que em “todas as reformas cumpre marchar com muita moderação, e prudência, por que os costumes, uma vez inveterados, formam uma segunda natureza, e esta não se muda de repente”. Evocando o exemplo da Revolução Francesa, criticou os “adoradores de tudo o quanto é novo”, afirmando que o “desígnio de dar cabo em tudo, que existia para levantar d’improviso um edifício social, nunca visto, e inteiramente novo” era uma grande loucura, um imenso despropósito. Mas, apesar de desqualificar maneiras revolucionárias de empreender transformações sociais e políticas, o seu maior alvo de crítica nos idos de 1832 foi a idéia de abandonar a Carta Constitucional e retornar ao regime absolutista. Mudanças não poderiam ser processadas bruscamente, mas relacionar o advento da constituição a males da sociedade seria, para o Padre Carapuceiro, um grande absurdo. Segundo ele, “nenhum absolutista olha para o passado, e só acha defeitos no presente”. Lopes Gama exclamou: “Que impunidade geral no tempo dos velhos Reis, que nos governaram! Tudo isso não fazia mal; porque vinha do Trono; agora qualquer vício, ou crime, que apareça é fruto da constituição”. Por fim, ironizou: “a constituição não tem a virtude de fazer de pedras filhos de Abraão”. Apenas uma lenta reforma nos costumes poderia transformar essas pedras, ou seja, os brasileiros, em filhos de Abraão, ou melhor, em cidadãos verdadeiramente participativos na gerência das cousas públicas. Nem a Constituição, muito menos uma revolução política brusca, poderia formar de repente uma sociedade melhor adaptada a um regime representativo e democrático. Assim, mantendo a coerência com o posicionamento que adotara na década de 1820, Lopes Gama continuou se autodenominando um “monarquista constitucional”.<sup>135</sup>

Como já notamos no capítulo anterior, Lopes Gama articulou, nas páginas de seu jornal, uma crítica “moral” aos hábitos que tachava de maléficis à sociedade, com árduas acusações a seus opositores políticos. Dessa maneira, qualificou suas proposições como

<sup>134</sup> Nesse número, Lopes Gama compara o povo brasileiro com o norte-americano: *O Carapuceiro*, n. 29 (26/julho/1837).

<sup>135</sup> *O Carapuceiro*, n. 10 (30/julho/1832).

“morais”. Já as proposições de seus opositores políticos seriam imorais. Seus opositores teriam posicionamentos oriundos de vícios e paixões prejudiciais à nação. A orientação que considerava moral no contexto pós-abdicação era politicamente muito semelhante à da *Patriótica Harmonizadora* – defender a constituição dentro dos meios legais. A diferença, no entanto, entre o discurso de Lopes Gama e o dos *Harmonizadores* é que, enquanto o primeiro radicalizou sua oposição aos *colunas*, a sociedade política moderada tentou conciliar o interesse daqueles que ocuparam um lugar de destaque no 1º Reinado com as novas vozes que surgiram após o sete de abril. O Padre Carapuçeiro, no entanto, foi taxativo: os inimigos da causa nacional são os restauradores, ou seja, os *colunas*.

### **B - “A sagrada causa da liberdade brasileira”**

Já em fins de 1831, um levante que pretendia restaurar o trono de D. Pedro I ocorrera no sertão cearense, afetando também regiões do interior de Pernambuco. Seu líder era Joaquim Pinto Madeira, um proeminente chefe militar da vila do Jardim, sertão do Ceará, numa região denominada Cariri. Durante a Confederação do Equador ajudou as forças imperiais, derrotando os revolucionários da vila de Crato, cidade vizinha e rival. Após esse ato de bravura, foi agraciado pelo Imperador e promovido ao posto de Coronel, além de ter sido nomeado Comandante Geral das Armas do Crato e do Jardim, por ato assinado em novembro de 1824. Assim, a adesão ao projeto do Rio de Janeiro rendeu a Pinto Madeira o poder político da Região do Cariri, e uma intensa rivalidade com grandes senhores de terra da vila do Crato foi sendo gestada. Pinto Madeira foi um dos membros da Coluna do Trono e do Altar em pleno sertão cearense. Após a abdicação de D. Pedro I, no entanto, ele perdeu todas as honrarias concedidas pelo Imperador. As rivalidades locais se reacenderam, e iniciaram-se embates no Cariri. Com a ajuda do Padre Antonio Manuel de Souza, figura extremamente carismática, ele mobilizou uma milícia de sertanejos e dominou grande parte do sertão cearense em fins de 1831.<sup>136</sup> O Padre Antonio Manuel de Souza ficou conhecido como “benze-cacetes”, porque benzia os porretes daqueles pobres soldados camponeses que não tinham armas melhores. A rebelião de Pinto Madeira se

<sup>136</sup> BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca e. *A Rebelião de Pinto Madeira: fatores políticos e sociais*. Teresina : Projeto Petrônio Portella, 1985, p. 27 e pp. 35-36.

imbuiu de idéias restauradoras, como fica claro nesse trecho de uma proclamação do próprio líder da revolução:

Brasileiros. É chegada a hora de nossa regeneração política. Época em que malvados liberais vão ser punidos de tão horrorosos crimes por eles perpetrados. (...) Brasileiros. Estou à vossa frente com 3.800 heróis bem armados e municados e jamais retrogradarei meus passos sem que ainda no mais remoto canto do Brasil não se respeite a religião de nossos pais e o Senhor D. Pedro I, em abono disto quanto vos acabo de dizer, só recomendo que, se eu morrer, vingai-me com a conclusão de nossa honra. Viva a Religião Católica Apostólica Romana de Nosso Senhor Jesus Cristo. Viva nosso adorado Imperador O Senhor D. Pedro I e sua augusta Dinastia. Viva os bons fiéis brasileiros em geral, e, em particular, os grandes habitantes de Jardim.<sup>137</sup>

Misto de querelas entre grandes senhores locais, pobreza rural, fanatismo religioso e questões políticas mais abrangentes, a rebelião de Pinto Madeira chegou adentrar pelo sertão pernambucano. O medo de um levante dos *colunas* ficou ainda maior no Recife. Várias medidas institucionais foram tomadas ao longo de todo o ano de 1831 e no início de 1832, com o intuito de enfraquecer as possíveis aspirações restauradoras em Pernambuco. Sem falar no envio de tropas ao sertão cearense para ajudar no combate contra as milícias armadas com cacetes benzidos.

Mas, mesmo com todas as medidas preventivas, rebentou uma ofensiva dos *colunas* sobre a cidade do Recife no dia 14 de abril de 1832: a Abrilada. Os líderes do levante eram três oficiais do exército depostos após a abdicação do Imperador, ocorrida um ano antes. Recife foi tomada durante três dias. Após ser debelada a rebelião restauradora na capital, os líderes escaparam para o interior, iniciando um combate de guerrilha que vai durar até a morte de D. Pedro I, em 1835. Trata-se da Guerra dos Cabanos. A situação da Província antes da Abrilada já era de alerta. Muitos suspeitavam de um contra-ataque absolutista. A própria Novembrada foi uma radicalização desses temores. Após esta, armamentos de pessoas vinculadas aos *colunas* foram apreendidos. Casas de *colunas* foram revistadas. Pessoas suspeitas foram retidas na capital sob vigilância. Mas, segundo Manoel Correia de Andrade, “estas medidas preventivas, ao invés de impedirem a eclosão do movimento

<sup>137</sup> CASA ANÍSIO BRITO (Instituto Histórico do Piauí), (Livro n. 139-A, Joaquim Pinto Madeira, 1832, p. 132 e verso), apud. BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca. *A Rebelião...*, p. 50. Segundo Brito, existem fortes evidências de que Pinto Madeira não era letrado e que o Padre Antonio Manuel de Souza foi quem escreveu tal proclamação.

restaurador, provocaram a antecipação do mesmo, que rebentou em 14 de abril, no bairro do Recife e repercutiu, logo após, em Santo Antônio”.<sup>138</sup>

E *O Carapuceiro* foi um dos periódicos, dentre muitos outros, que militaram contra as empreitadas restauradoras. Os três primeiros anos de publicação desse jornal, 1832, 1833 e 1834, foram repletos de artigos que pregaram contra o absolutismo. Se para Pinto Madeira os “malvados liberais” eram os inimigos dos “bons fiéis brasileiros”, para o Padre Carapuceiro as palavras “absolutismo”, “*colunas*” e “despotismo” se constituíram nos pólos negativos de seu discurso. As páginas de *O Carapuceiro* formularam a idéia de que “ser coluna é ser um mau brasileiro, é ser um mau cidadão”. Lopes Gama realizou, dessa maneira, um discurso que defendeu a completa nacionalização do Estado brasileiro.<sup>139</sup>

Deveria, assim, ser rigorosa e inclemente a punição daqueles que compuseram os quadros da sociedade *Colunas do Trono e do Altar*: “Nada de devassas tiradas por certos Desembargadores, tão colunas, tão colunas e lusitanos quanto os outros”. Sua crítica se dirigiu à dominação das altas magistraturas exercida por membros ligados à sociedade secreta absolutista. Desde fins da década de 1820, grande parte dos desembargadores do Tribunal da Relação de Pernambuco eram *colunas*. Fazendo clara alusão à Novembrada, Lopes Gama escreveu em maio de 1832 um artigo intitulado “Não me quero comprometer”. Ao não acatar de prontidão, durante a Novembrada, uma das exigências dos rebeldes sitiados no Forte das Cinco Pontas - a deposição imediata de todos os portugueses de cargos governativos, inclusive a de alguns desembargadores -, o governo da Província tomou uma das atitudes mais reprováveis que poderia ter tomado: não se comprometer. Lendo nas entrelinhas, captando o não-dito do discurso, percebe-se qual era o comprometimento ao qual *O Carapuceiro* estava se referindo: a nacionalização do Estado. Ironizou o Padre Carapuceiro dizendo que “há herói tão ladino que fazendo alguns serviços de vaza coberta em favor dos Liberais, não deixa de os prestar da mesma forma aos colonistas, como navio que procura segurar-se em duas amarras”.<sup>140</sup> E continuou:

<sup>138</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra...*, pp 29-45; MOSHER, J. “Challenging...” , pp. 43-45.

<sup>139</sup> *O Carapuceiro*, n. 19 (29/agosto/1832).

<sup>140</sup> *O Carapuceiro*, n. 3 (20/abril/1832). Sobre a dinâmica do sistema jurídico em Pernambuco entre 1828 e 1831, iminentemente dominado, em suas mais altas instâncias, por *colunas*, ver CARVALHO, Marcus J. M. “O traficante, a mulher do vizinho e o chicote inglês”, in: *Anais da XXIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba : SBPH, 2005.

Outro é funcionário público; aparece uma ocasião de perigo: pede-se-lhe que faça uma proclamação para animar os Povos, torce-se o sujeitinho, entra a mastigar, e engolir em seco, pretexta a sua falta de luzes (melhor fora dizer, de caráter), está com muitas dores de cabeça; e assim vai-se moscando, lá consigo, ou com alguma pessoa muito da sua confiança, descobre, descobre o verdadeiro motivo, que vem ser a fatal máxima “*Eu não quero me comprometer*”.<sup>141</sup>

No calor dos acontecimentos, o teor de sua crítica aos *colunas* incorporou um vocabulário agressivo e radical. No terceiro número de *O Carapuço*, uma semana depois da Abrilada, o Padre Carapuço dotou suas palavras de um tom enérgico: “Apesar de ter dedicado este meu pequeno periódico tão somente à Moral; todavia como disse, que *per accidens* trataria de Política, não devo passar por alto o horrível atentado da facção mais insolente que tem aparecido no Brasil, quero dizer, a rebelião dos ingratos *colunas*”. Nesse número, escrito depois que o levante já havia sido debelado, chamou D. Pedro I de tirano repetidas vezes. Também criticou a fraqueza das medidas preventivas tomadas pelo governo provincial. Por fim, contou a história de um dos líderes da Abrilada, José Martins, que fugiu para a Inglaterra “depois da tresloucada abdicação de D. Pedro” e, voltando a Pernambuco, “meteu-se nos matos e começou a ganhar partido, dizendo com grande empavonamento a uns, a outros com lábia e mil embustes, que o ex-Imperador o encarregara de revoltar Pernambuco, e reintegrá-lo a ele D. Pedro, no Trono do Brasil”. Em seguida, fez uma narrativa cômica da Abrilada, comparando ironicamente seus líderes a grandes figuras militares da história. O “martinzinho”, que seria um estrategista melhor do que Napoleão, entraria pelo leste. Pinto Madeira, um “Gengiscão dos Cariris”, entraria pelo centro. E, por fim, D. Pedro, “pela barra dentro, como nós por nossas casas”.<sup>142</sup>

Aliás, não foi só nas páginas de *O Carapuço* que Lopes Gama ironizou os *colunas*. Fazer chacota de tal facção política foi atividade constante de sua vida em 1832, ano em que publicou “*A Columeida* – poema herói-cômico em quatro cantos”. Trata-se de uma sátira, ridicularizando os absolutistas pernambucanos, que ficaram desamparados após

<sup>141</sup> *O Carapuço*, n. 6 (2/junho/1832).

<sup>142</sup> *O Carapuço*, n. 3 (20/ abril/1832). Joaquim Pinto Madeira, como já vimos, liderou uma rebelião de discurso restaurador no sertão do Ceará durante os anos de 1831 e 1832, sendo que a mesma se alastrou por algumas regiões do interior de Pernambuco. Francisco José Martins foi um Coronel deposto de seu cargo logo após a abdicação e um dos líderes da Abrilada.

a abdicação. Houve até uma resposta escrita por um *coluna*, o Padre Marinho Falcão, intitulada “Migueleida”, em alusão ao primeiro nome do Padre Carapuço.<sup>143</sup>

Ao lado da ironia, um dos traços mais marcantes de *O Carapuço*, a agressividade muitas vezes esteve presente nas críticas direcionadas aos *colunas*, o que comprova que a linguagem empregada por Lopes Gama, apesar de peculiar, não estava desvinculada do estilo hostil comumente empregado pelos jornalistas do período. Análises relacionam a violência verbal dos periódicos no início das regências com a violência das lutas políticas do tempo, e, como podemos perceber, o periódico aqui em análise não esteve alheio a esse contexto. Frases encontradas em *O Carapuço* referindo-se aos *colunas* como “os malditos preparavam-se para o rompimento” ou “os infames foram batidos e destroçados em menos de 24 horas” exemplificam essa linguagem agressiva que caracterizou a imprensa de início da década de 1830.<sup>144</sup> Ainda falando sobre a Abrilada, Lopes Gama diz:

A generosidade mal assente do Governo, a desassisada tolerância dos liberais não foram capazes de desarmar o ódio desses perversos escravos da Sagrada Causa da Liberdade Brasileira. Inimigos desta no tempo do poderio do Déspota, que felizmente deixou-nos, conjurados para volver-nos ao jugo do absolutismo Português, a queda do Tirano, o desbarato de suas tentativas não foram bastantes a quebrantar-lhes os ânimos, e porfiosos continuarão em seus planos infernais, até que desmascararam-se de todo, e deram o grito da revolta na noite do dia 14 do corrente mês de Abril.<sup>145</sup>

Outro aspecto deve ser ressaltado no discurso do Padre Carapuço: elementos antilusitanos. A historiografia recente tem-se debruçado muito pouco neste aspecto que teve enorme relevância na consolidação do Estado-nação no Brasil. Note-se que as manifestações lusofóbicas têm uma temporalidade precisa e sempre vieram articuladas a interesses políticos bem definidos. Mosher, ao analisar a lusofobia em Pernambuco no século XIX, periodiza sua pesquisa entre 1822 e 1850. No entanto, em sua análise, não há

---

<sup>143</sup> GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. *A Columneida*. Poema herói-cômico em quatro cantos. Pernambuco, typ. Fidedigna, 1832, apud. COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário...*, p. 725. A “Migueleida”, segundo Pereira da Costa, não chegou a ser publicada. Ver um trecho de *A Columneida* em DELGADO, Luis. *Lopes...*, pp. 97-100.

<sup>144</sup> AZEVEDO, Moreira. “Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro”, in: *Revista do I.H.G.B.*, tomo 28, parte 2ª, vol 31, pp. 194-195, Rio, 1856, apud. SODRÉ, Nelson Werneck. *A história...*, pp. 143-144; *O Carapuço*, n. 3 (20/abril/1832).

<sup>145</sup> *O Carapuço*, n. 3 (20/abr/1832).

provas contundentes que demonstrem o aparecimento do fenômeno antilusitano de forma significativa entre 1824 e 1830, entre a Confederação do Equador e agravamento da crise do primeiro reinado. Esse autor acabou, então, por dar ênfase apenas ao período da Revolução Praieira (1848). Porém, o período pós-abdicação em Pernambuco é fértil para o estudo de tal tema. E, assim como o antilusitanismo presente na Revolução Praieira esteve diretamente associado aos interesses políticos dos liberais praieiros, como bem demonstra Mosher, é impossível dissociar o antilusitanismo do início das regências do processo de nacionalização do Estado, quando várias pessoas tachadas de lusitanas foram bruscamente substituídas por nacionais nos quadros dirigentes da província.<sup>146</sup> Disse Lopes Gama em abril de 1832:

Esse Quixotes são férteis em recursos. Quem poderá pintar o entusiasmo, o ar autoritário que tomaram os nossos Lusitanos! De balde escritores liberais, e neste número estou eu, como é notório, há muito se esforçam por aplacar a rivalidade entre brasileiros natos e adotivos: de balde temos bradado a estes, que se não metam com Brasileiros degenerados, ou colunas, que tratem de seus negócios, de ganhar a vida, e nada mais: de balde o Governo do Brasil, mais humano que acautelado, continuou dar soldo e ordenado a essa gente depois do que fizeram durante a tirania de D. Pedro: de balde em fim até lhes confiou armas para a defesa comum; os ingratos têm-nos um rancor implacável, nada os move, nada os convence, nada os irmana conosco. Se castigamos a sua ousadia, humildam-se exteriormente, escondem-se; mas não cessam de aborrecer-nos; se os abraçamos, julgam-nos fracos, atrevem-se nos e querem suplantar-nos. Não há força moral que tire do estúpido bestunto, que nós, filhos do Brasil, somos meros colonos do caduco Portugal, que isto por cá é muito seu e a eles cabe governar-nos *per omnia saecula saeculorum*.<sup>147</sup>

Em seguida, fez uma ressalva: existiam brasileiros adotivos extremamente honrados à causa da Pátria. Mas, logo após, sua fala novamente refluíu: “porém o número destes é mui diminuto comparativamente ao grande todo”. Percebe-se nessa fala a elaboração de categorias sociais: “brasileiros natos”, “brasileiros adotivos”, “brasileiros degenerados” ou simplesmente “lusos”. Essas diferenciações são deveras pertinentes para compreender de que maneira essas rivalidades influenciaram de fato as relações sociais e políticas. Frei

<sup>146</sup> MOSHER, J. “Political Mobilization, Party Ideology, and Lusophobia in Nineteenth-Century Brazil: Pernambuco, 1822-1850” in *Hispanic American Review*. 80:4. Duke University Press, 2000.

<sup>147</sup> *O Carapuceiro*, n. 3 (20/abril/1832).

Caneca procurou, em 1822, amainar as rivalidades que se acirravam entre os pernambucanos de nascimento e os europeus que fixaram residência na província, defendendo que todos eram cidadãos da mesma pátria, mesmo existindo categorias as mais diversas. Era uma tentativa de unificar uma identidade ainda inexistente e criar um sentimento de pertencimento, algo indispensável para a construção de um Estado. Nos idos de 1832, Lopes Gama fez diferente, pois procurou distinguir os “brasileiro adotivos” dos “degenerados”. Sua intenção não era, tal qual a de Caneca, apagar o incêndio dessa “rivalidade entre portugueses europeus e os lusos indígenas do mesmo Brasil” que “vai minando e solapando, quanto pode, as bases da sociedade”. Queria ele adicionar mais combustível a essa fogueira.<sup>148</sup>

“Não posso ser indiferente ao espírito de concórdia,” – disse Lopes Gama – “que se difundiu por todos os brasileiros. Todos se abraçaram, esqueceram as rivalidades, não houveram mais moderados, nem exaltados; tudo é um só sentimento, tudo é brasileiro, tudo quer salvar a Pátria, defender a Liberdade, acabar com os infames colonistas”. Uma “causa nacional”, como também um identidade, eram reivindicadas.<sup>149</sup>

A abdicação demarcou o início de um processo de nacionalização do Estado brasileiro. Esse processo, porém, não se deu de forma pacífica, e lutas ocorreram em várias esferas: na militar, na política e no “reino da opinião”. A nacionalização do exército e a criação da Guarda Nacional foram aspectos centrais nesse processo, bem como a nacionalização dos cargos dentro do executivo, do judiciário e do legislativo. E a palavra impressa foi um elemento que esteve altamente vinculado a toda essa transformação dentro das instituições brasileiras.<sup>150</sup>

### **C - As três tendências e vocabulário político**

Na primeira metade da década de 1830, ainda não existiam partidos políticos organizados no Império. Estes só iriam se institucionalizar no final da década, quando

<sup>148</sup> Ibidem. Sobre a concepção de cidadão da pátria em Frei Caneca, ver LYRA, Maria de Lourdes Viana. “Pátria...” e SILVA, Luiz Geraldo. “‘Pernambucanos, sois portugueses’: natureza e modelos políticos das revoluções de 1817 e 1824”, in: *Almanack Braziliense*, n. 1, maio de 2005 (www.almanack.usp.br).

<sup>149</sup> *O Carapuceiro*, n. 3 (20/ abril/1832).

<sup>150</sup> RODRIGUES, Fabiana Mehl Silvestre. “Caminhos e descaminhos da nacionalização do exército”, in: *Almanack Brasiliense*, n. 3, maio de 2006, pp. 57-68; CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo-Brasília : Ed. Nacional-I.N.I., 1977, pp. 19-26.

emergiram os partidos Liberal e Conservador. O início das regências, como já vimos, foi marcado pela existência de agrupamentos que defendiam certas idéias, e que se aglutinavam em torno de líderes, de sociedades e também de idéias divulgadas por periódicos. E, nesse contexto, três grandes agrupamentos se distinguiram: os Exaltados, os Moderados e os Restauradores. Como também já vimos, cada agrupamento elaborou uma resposta distinta para o questionamento “o que fazer com a revolução?”. Segundo Marco Morel, havia outra distinção importante: cada grupo defendia um tipo distinto de soberania. Os Exaltados propugnavam pela soberania do povo. Os Moderados defendiam a soberania da nação. Já os Restauradores militavam pela soberania monárquica. Cada uma dessas tendências expressava uma visão política de mundo distinta.<sup>151</sup>

Esses três grupos não eram precisamente definidos, pois suas principais idéias foram sendo configuradas ao longo do tempo. Por exemplo, caramuru seria a princípio sinônimo de restaurador. Mas parece que alguns utilizaram essa expressão para definir aqueles que se opunham às medidas tomadas pelo governo regencial. Em um número de *O Carapuceiro* de agosto 1832, Lopes Gama respondeu a certas pessoas que o chamaram de caramuru. Ao que tudo indica, havia uma grande confusão no que diz respeito a este vocábulo. Lopes Gama procurou, então, se posicionar:

Se Caramuru quer dizer partidista de D. Pedro I, promotor da restauração etc. etc. declaro perante o céu e a terra que não só não pertença a essa despropositada cabilda, como lhe farei em meus escritos a mais implacável oposição (...) Se ser Caramuru porem é não ser adulator da Regência, e da atual administração; se ser Caramuru é fazer aos erros, e malversações do Governo aquela oposição legal, que entra na essência do Regime Representativo; neste único sentido confesso que sou Caramuru (...)<sup>152</sup>

Percebe-se que era comum identificar os opositores da regência como partidários de D. Pedro I. Lopes Gama, por sua vez, não concordava com essa identificação. E essa indefinição em relação a uma denominação política demonstra o quanto os vocábulos poderiam assumir conotações distintas dependendo do tempo e do lugar. Mas, apesar dessa diversificação de significados, podemos observar que as idéias do Padre Carapuceiro têm

<sup>151</sup> MOREL, Marco. *As transformações...*, pp. 99-151.

<sup>152</sup> *O Carapuceiro*, n. 19 (29/agosto/1832).

alguns traços específicos, e podem ser enquadradas em relação a estes três critérios: soberania da nação, soberania popular e soberania monárquica.

Em relação à conduta humana que considerava ideal, seu posicionamento sem sombra de dúvida pode ser qualificado como moderado. Como definia o *Dicionário da Academia Espanhola*, de 1824, moderado era “aquele que mantém o meio entre as extremidades, entre o pouco e o muito, entre a falta e o excesso”. Lopes Gama veiculou essa idéia na expressão latina *nequid nimis*, que em português significa “nada de excessos”. Seus escritos sempre se imbuíram desta idéia, tanto no que dizia respeito aos costumes como em relação às posturas políticas. Em um artigo intitulado “O Luxo”, de maio de 1832, criticou os excessos que alguns então faziam deste: “a quem, sobre o necessário, tem acumulado o supérfluo, não pode o luxo prejudicar, uma vez que não exceda os limites da moderação, a qual deve sempre acompanhar todas as ações humanas”. E o Padre Carapuceiro procurou relacionar esta idéia de que a moderação deveria acompanhar todas as ações humanas com o seu posicionamento político. Pregar contra o absolutismo, de um lado, e, por outro, satirizar os meios revolucionários de promover transformações, foi o seu contraponto, sendo que Monarquia Constitucional e Representativa se mostrava como o meio-termo ideal.<sup>153</sup>

Mas a tendência moderada sempre se adequou aos distintos momentos, e em cada contexto ser moderado significou uma tomada de postura diferente. E, no momento pós-abdicação, no qual as divergências políticas se exacerbaram, uma postura moderada seria estar a favor da soberania da razão em oposição à soberania popular, ou seja, a vontade da maioria. Os moderados formularam uma concepção de liberdade na qual havia liberdades positivas e negativas. A liberdade não poderia ser total e desenfreada, e um estado forte deveria controlá-la. Guizot e Constant foram os principais teóricos que inspiraram esse tipo de pensamento moderado no Rio de Janeiro, e existia uma recorrente vinculação deste grupo com os girondinos e um constante repúdio aos jacobinos. Era a defesa da soberania da nação.<sup>154</sup>

---

<sup>153</sup> *Diccionario de la lengua castellana*, pela Academia Espanhola (1824), apud. MOREL, Marco. *As transformações...*, p. 123-124; *O Carapuceiro*, n. 5 (26/maio/1832). Essa análise também compara o posicionamento moderado de Lopes Gama em relação à conduta humana ideal, com suas opiniões políticas: MELLO, Evaldo Cabral de. “Introdução”...

<sup>154</sup> MOREL, Marco. *As transformações...*, pp. 118-127.

Dessa maneira, Lopes Gama, além de formular uma noção de conduta moderada, estava de acordo com essa postura, também no que diz respeito à idéia de conceder demasiada liberdade ao povo. Foi ele um ardente crítico da idéia de que a vontade da maioria deveria reger o mundo político. Todas as instituições de caráter eletivo foram por ele criticadas, pois o povo brasileiro seria despreparado para as instituições democráticas, assunto que será aprofundado no próximo capítulo. O que queremos chamar a atenção no momento é para a aversão que ele nutria em relação à “vontade da maioria”. Governar de acordo com a vontade da maioria deveria ser motivo de chacota para ele, principalmente no Brasil. A razão, para Lopes Gama, sinônimo de moderação, estava em defender a soberania da nação em oposição à idéia de soberania popular. Em um número de *O Carapuceiro* intitulado “Os Moderados Intolerantes”, associou a verdadeira moderação à idéia de tolerância, dizendo ser esta a “primeira das virtudes sociais”:

Se por moderado entende-se, como se deve entender, o cidadão honesto, e prudente, o cidadão respeitador das Autoridades, obediente às leis sem servilismo, amigo da harmonia social, tão oposta ao absolutismo Régio, como a furibunda Demagogia; declaro que sou moderadíssimo, e que muito respeito todos os Moderados desta estofa.<sup>155</sup>

Nesse trecho, percebemos que a soberania da nação não poderia existir sem a obediência às leis, nem sem o respeito às autoridades. Resumindo: sem instituições estatais fortes e respeitadas, a nação não poderia ser soberana. A harmonia social era decorrente da força do Estado, e a desarmonia só poderia imperar caso a “furibunda demagogia”, por um lado, ou o absolutismo, por outro, triunfassem.

Outro termo, de extrema importância para a época, e que parece ter recebido diversas significações na fala de Lopes Gama, foi “liberal”. Muitas vezes ele associou o liberal com o revolucionário, com o agitador político. Com esse sentido, esse vocábulo recebia uma carga negativa e pejorativa. Vinculava, dessa maneira, o termo liberal ao revolucionário da década anterior que foi responsável pela Confederação do Equador e que sempre foi satirizado por ele. Ao despedir-se de seus leitores, escrevendo o último número de *O Carapuceiro* de 1832 antes de sair de férias, ironizou tanto os liberais, como os restauradores:

---

<sup>155</sup> *O Carapuceiro*, n. 48 (13/abril/1833)

Adeus, meus ilustres senhores, até janeiro de 1833, se antes disso Pinto Madeira e o Benze-cacete, escapulindo da prisão em que se acham, não capitanearem alguma falange de cristãos velhos, amigos do trono, do altar e das coisas alheias, e não vierem dar cabo de todos os liberais, que já estão vestidos e calçados no inferno por sentença de boas e piedosas cacholas; e de envolta com aqueles não tirarem o vulto ao pobre *Carapuceiro*, que aliás só lhes deseja menos ignorância e mais vergonha, porque para ser escravo voluntário são precisas muita estupidéz e demasiada safadeza. Por este ano disse.<sup>156</sup>

O trecho acima, além de demonstrar a capacidade que tinha o Padre Carapuceiro de escrever sob o signo de crítica de costumes e, na verdade, estar fazendo chacota de certas atitudes políticas, passa a idéia de que os liberais aos quais está se referindo são aqueles que promoveram rebeliões, motins ou levantes. Em agosto de 1833, em um número cujo título foi “Carapuças conselheiras aos nossos liberais”, disse que muitos liberais, cheios de “espírito de pescaria” e “paixões desregradas”, cometem milhares de atos imorais e dão vazão aos Restauradores que acham que as instituições liberais são inimigas do Trono e do Altar. O “espírito de pescaria” ao qual se referiu era o insaciável desejo de conseguir um cargo público, o que resultava, segundo ele, em uma extensa rede de apadrinhamento, e por vezes em motins. Em seguida, indagou: o povo, sofrendo com a impunidade gerada pelo apadrinhamento, que amor pode ter pelas instituições livres? Assim, ele defende as instituições livres, ou liberais, tais como a segurança pessoal e a de propriedade, mas ataca as atitudes de certos “liberais”.<sup>157</sup>

Por conseguinte, na maioria das vezes o termo liberal foi associado às instituições livres. Nesse caso, ser liberal seria algo positivo, e o próprio Lopes Gama assim se considerou em vários momentos.

O Padre Carapuceiro associou a difusão dos levantes restauradores pelo interior da Província à pregação que os paroquianos faziam nas pequenas vilas. Segundo ele, grande parte da população do interior acreditava que as instituições liberais vieram para dar fim à Religião Católica. Assim, contou um caso no qual um casal de velhos que morava em uma pequena vila foi abordado por forças legalistas que reprimiam os rebeldes de Panelas, em um levante restaurador que ocorreu na região de mesmo nome em meados de 1833. Os

<sup>156</sup> *O Carapuceiro* n. 32 (24/novembro/1832).

<sup>157</sup> *O Carapuceiro* n. 67 (24/agosto/1833).

soldados queriam apenas um copo de água. O casal de velhos camponeses, no entanto, quando viu aquele bando de homens armados, “foram arrancando do pescoço os bentinhos e rosários, e com as mãos postas disseram mui sisudamente ao Oficial – Srs. Soldados, não nos matem; por que nós somos tão judeus, como V.ms., e não queremos saber de Deus, nem de Santa Maria”.<sup>158</sup>

Após contar esse pequeno caso, o Padre Carapuceiro afirmou que o medo “espalhado pelos matos de que os liberais querem destruir a religião” foi incutido na população pelos padres que defendem “As colunas do Trono e do Altar” em pleno sermão. Lopes Gama sugeriu, assim, no artigo de *O Carapuceiro* “Necessidade de uma propaganda liberal”, algumas medidas para amenizar a repercussão dos discursos absolutistas proferidos pelos Padres de paróquias do interior: criar escolas de primeiras letras em vilas do interior; fundar tipografias por todos os cantos da província; instituir que os párocos ensinem artigos da constituição e noções de soberania; fazer com que eles demonstrem que as Escrituras não corroboram o absolutismo nem tampouco o despotismo; estabelecer que ensinem noções de direito à propriedade e, por fim, designar que os párocos ensinem noções de liberdade civil, bem como a importância da obediência às leis e também os direitos e deveres do cidadão.<sup>159</sup>

As instituições denominadas de liberais eram, dessa maneira, consideradas como um importante contraponto ao absolutismo. A Constituição seria uma instituição liberal. Houve, assim, nessa época, certa consonância entre *O Carapuceiro* e o pensamento que Feijó explicitou em seu periódico que serviu de propaganda e proposta política na sua campanha para regente uno, *O Justiceiro*, redigido em 1834. Ambos acreditavam que a lei (principalmente a constituição) era a garantia das liberdades individuais frente ao despotismo e às arbitrariedades da coroa. A diferença entre Lopes Gama e Feijó, no entanto, é que o primeiro não acreditava para o momento na ampliação da participação popular nas cousas públicas, como acreditava o padre regente, eleito através das urnas.<sup>160</sup>

A imprensa livre também seria uma instituição liberal. Notamos, após analisarmos os diversos significados atribuídos a esse termo, que havia uma distinção entre as liberdades positivas e as negativas. Tratava-se de delimitar quais eram os alcances da

<sup>158</sup> *O Carapuceiro*, n. 40 (16/fevereiro/1833).

<sup>159</sup> *Ibidem*.

<sup>160</sup> CALDEIRA, Jorge. “Introdução”..., pp. 11-41.

liberdade: a falta de liberdade era o absolutismo; o excesso a anarquia. A Monarquia Constitucional Representativa tão defendida por Lopes Gama representava o Estado forte que seria capaz de controlar o excesso de liberdade, bem como evitar sua completa supressão.

Mas e a soberania monárquica: que importância ela assumiu no discurso do Padre Carapuceiro nesse período subsequente à abdicação? A bem da verdade, a defesa do princípio monárquico nunca foi abandonado por ele. O sistema Constitucional e Representativo não poderia existir no Brasil sem estar vinculado a um poder executivo forte, exercido por um monarca. Quando propôs uma reforma eleitoral para reformar as Guardas Nacionais, externou essa concepção de que o poder executivo deveria ser o centralizador máximo do Estado. Sendo os cargos das Guardas Nacionais eletivos, Lopes Gama propôs uma mudança na eleição dos oficiais de altas patentes, ou seja, de alferes em diante. Propôs que os eleitores enviassem uma lista tríplice ao Presidente de província e que este escolhesse quem lhe conviesse. Seria um sistema semelhante ao adotado para a escolha dos senadores, no qual o imperador recebia uma lista tríplice dos eleitores de província e dali nomeava o que fosse do seu agrado. Esse exemplo demonstra como Lopes Gama formulou uma idéia da ampliação do poder executivo, cabendo ao poder legislativo apenas regular os abusos deste. Ele sempre se voltou contra a demasiada concessão de poder ao Legislativo, tal como ocorria na Inglaterra, o que segundo Honore Torombert seria chamado de “onipotência parlamentar”. Além de citar este seu contemporâneo francês algumas vezes em *O Carapuceiro*, Lopes Gama chegou a traduzir e publicar uma obra sua para o português em 1837, o que chama a atenção para o quanto Torombert influenciou o seu pensamento.<sup>161</sup>

E, como vimos, Lopes Gama nutriu uma aversão pela idéia de implantar-se uma república no Brasil. Assim, o monarca seria o único com legitimidade para exercer o posto máximo deste expansivo poder executivo. Mas, na primeira fase de *O Carapuceiro*, de 1832 a 1834, a defesa da soberania monárquica ficou relegada a segundo plano. Essa militância foi levada a cabo nos espaços públicos de discussão política, quando seu jornal reapareceu em 1837. No contexto do final da década de 1830, o princípio da legitimidade

---

<sup>161</sup> *O Carapuceiro* n. 58 (23/junho/1833). Citação de Torombert e da expressão “onipotência parlamentar” no número 46 (10/março/1833). A obra traduzida foi *Refutação completa da pestilencial doutrina propalada por Hobbes*, apud. MELLO, Evaldo Cabral. “Introdução” ..., p. 28.

monárquica esteve seriamente ameaçado por diversas rebeliões que acabaram por adotar formatos republicanos, e coube a Lopes Gama defendê-lo de maneira enérgica, até por que D. Pedro I já havia morrido. Mas, nos anos iniciais da regência, não seria possível colocar a soberania monárquica num patamar superior ao das demais soberanias. “Não se fale mais em Exaltados, nem Moderados: todos somos brasileiros, e todos ameaçados de uma ruína geral” – disse Lopes Gama se referindo à restauração. A questão primordial era a nacionalização do Estado, isto é, efetivar a soberania da nação. Esta era a questão central para o Padre Carapuceiro no contexto da abdicação. A “revolução de 7 de abril” deveria ser legitimada, e, conseqüentemente, a idéia de restaurar o trono de D. Pedro I deveria ser qualificada como algo ilegal.<sup>162</sup> Marco Morel assim resumiu a linha de pensamento moderada:

Qualificando a abdicação do imperador de revolução, os Moderados ensaiavam não enganar ou iludir, mas aplicar engenhosa operação política com duas dimensões: legitimar a construção de uma nação nos feitos dos seus interesses e frear a possível corrida do processo revolucionário. Eles buscavam valorizar um ponto – a revolução – essencial para a formação de uma nação moderna pós-Revolução Francesa. O que explica o aparente paradoxo destes protagonistas: conservadores que comemoravam a Revolução.<sup>163</sup>

A atitude política de um Moderado mudou conforme o passar do tempo. Mas, nos anos iniciais da regência, estes externaram uma visão política de mundo bastante específica, mas que por vezes poderia parecer contraditória: queriam manter a ordem e exaltavam uma “revolução”. Existiriam assim revolucionários conservadores? Em se tratando da revolução nacional de 7 de abril, sem dúvida que sim.

## **D – Especificidades do combate à restauração em Pernambuco**

O 7 de abril foi considerado por Lopes Gama uma revolução de caráter nacional, empreendida pelos “Povos Brasileiros”, algo extremamente abrangente:

<sup>162</sup> *O Carapuceiro*, n. 53 (18/maio/1833).

<sup>163</sup> MOREL, Marco. *As transformações...*, p. 127.

Bem podia ser, que uma conjuração parcial no Rio de Janeiro se atrevesse ao Monarca, e a força d'armas o obrigasse a largar o Trono: mas se ele tivesse por si o voto da nação, todas as Províncias festejariam, como festejaram, a nobre Revolução de 7 de Abril? Seria a sua Abdicação tão geralmente aplaudida, que nenhuma só Província se declarou contra ela?<sup>164</sup>

Assim considerando o 7 de abril, como uma legítima revolução nacional, empreendida com o “voto da nação”, mas que estava concluída e não deveria ter prosseguimento, era preciso desqualificar a idéia de restauração monárquica. O termo restauração assumiu, em alguns momentos da história, uma conotação positiva, que remetia à idéia de liberdade. A união das coroas ibérica, que ocorreu em 1580, fez com que Portugal perdesse sua autonomia e fosse governado pela monarquia espanhola. Somente em 1640, Portugal iniciou a luta para recuperar a independência perdida, num processo que foi conhecido como “restauração”. A guerra que expulsou os holandeses de Pernambuco, de 1645 a 1654, também foi conhecida como Restauração Pernambucana, e sabe-se que tal evento era, em pleno século XIX, bastante presente na memória do pernambucano, e de uma maneira extremamente nostálgica e mitificada. Segundo o dicionarista Moraes e Silva, que escreveu sua obra em 1813, restaurar era ao mesmo tempo “renovar, reformar a coisa, repô-la no antigo estado”. Ainda no mesmo dicionário, “regeneração” aparece como sinônimo de “restauração”, em um sentido político bastante preciso: “regeneração do Império Português, pelo Sr. D. João IV”. Já o verbete “restauração” trazia o seguinte exemplo: “empreender a restauração de Pernambuco conquistado”. Cabia ao Padre Carapuceiro reverter essa conotação positiva que tinha a idéia de “restaurar”.<sup>165</sup>

Nesse sentido, Lopes Gama debateu com o periódico fluminense *A Arca de Noé*, o qual procurou demonstrar que muitas restaurações foram proveitosas: a de Afonso V e D. João IV em Portugal, a de Fernando VII na Espanha e a de Luiz XVIII na França. Lopes Gama, entretanto, procurou distinguir esses exemplos do caso brasileiro: “Que semelhança têm aquelas restaurações com a do ex-Imperador do Brasil?” Em relação a D. João IV, disse que “esta restauração foi sim do Reino, que sacudiu o jugo do estrangeiro, e não do

<sup>164</sup> *O Carapuceiro*, n. 63 (27/julho/1833).

<sup>165</sup> SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário...* [1813], v. II, p. 682 e 715. Sobre a forte presença da memória da Restauração Pernambucana em pleno século XIX MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio – o imaginário da restauração pernambucana*. 2a. ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 1997 e SILVA, Luiz Geraldo. “Pernambucanos...”.

Rei, que não passava de um particular, antes desse acontecimento”. Em relação à Espanha, disse que ali realmente ocorreu uma restauração, mas questionou: “quem ignora as proscricções, os degredos, as mortes, o aluvião de males, que sofreu a Espanha com a reentronização desse Príncipe tão ingrato?” Por fim, procurou demonstrar que na França, além de não haver ocorrido a restauração de um rei propriamente dito, porque “Luiz XVIII, que então subiu ao trono, nunca havia sido monarca”, houve considerável perda de autonomia nacional, pois o reino viu-se “invadido, e ocupado por exércitos estrangeiros, que o Gabinete Inglês soubera pôr em ação para acabrunhar a França, então sua mortal inimiga”. Citando esses exemplos, ele elaborou uma distinção: “Uma cousa restaurar-se um Povo, de qualquer jugo, que o oprime, outra cousa é a restauração de um Príncipe. A primeira é sempre vantajosa, a segunda só quase por milagre deixará de acarretar incalculáveis desgraças”.<sup>166</sup>

Dessa maneira, Lopes Gama procurou, em um primeiro momento, caracterizar uma possível restauração de D. Pedro I, não como a regeneração de um “Povo”, mas como uma empreitada particular de um príncipe “verdadeiramente estouvado, e com negação absoluta para governar, um príncipe que era espelho da imoralidade” e que, além de tudo, freqüentava prostíbulos. Em um segundo momento, procurou mostrar as “incalculáveis desgraças” que a volta do ex-Imperador acarretaria. E, para realizar tal demonstração, fez uso de dois exemplos muito peculiares aos pernambucanos: a restauração monárquica de 1817 e a de 1824. Apesar de ao longo de toda sua carreira de jornalista sempre ironizar os revolucionários dessas duas empreitadas, ele não hesitou em lançar mão de um exemplo que tocaria fundo nas emoções dos pernambucanos. Essas duas restaurações eram muito mais próximas temporal e geograficamente do que o caso francês e o português. Uma província que passara por duas restaurações monárquicas em menos de uma década não poderia esquecê-las facilmente. Assim, exclamou: “Pernambucanos, vós não estais de certo deslembados dos lutosos dias da restauração de 1817”.<sup>167</sup>

Em outra ocasião, disse Lopes Gama: “Este horrível quadro, que ora imagino, Pernambuco já o viu nos lutosos dias das restaurações de 1817 e 1824. Mas estas foram miniaturas em comparação do painel de horrores, que teremos de ver, se os absolutistas

---

<sup>166</sup> *O Carapuceiro*, n. 53 (18/maio/1833).

<sup>167</sup> *Ibidem*.

chegarem a triunfar”. Assim, apesar de qualificar a Confederação do Equador de “quixotada”, fez uso do martírio que sofreram esse “quixotes” para mostrar o “painel de horrores” que seria uma nova restauração. Utilizou-se de exemplos ainda bem recentes na memória dos que viram a comissão militar condenar à morte vários rebeldes de 1824, ou daqueles que perderam parentes durante a guerra. Lembrou dos “milhares de cidadãos ceifados pela foice da morte da guerra civil”. Rememorou aquelas centenas de “famílias desamparadas e perdidas pela falta de seus pais, de seus filhos, de seus irmãos”.<sup>168</sup> Pintou o terrível cenário de uma possível restauração que estaria por vir, talvez aludindo aos revolucionários de 1817 que passaram alguns anos nos cárceres da Bahia, ou talvez se referindo aos rebeldes de 1824 que tiveram que abandonar o Brasil:

(...) inumeráveis Pernambucanos espirariam de sangue frio em vergonhoso patíbulo; uns se definhariam em hediondas masmorras, outros metidos em gargalheiras iriam terminar a amargurada existência, mui longe da pátria, arrancados dos braços das ternas consortes, dos inocentes filhinhos nas remotas margens do Rio Negro. Estes emigrariam, através de mil precisões, e dificuldades para Países estrangeiros (...)<sup>169</sup>

Relembrar os males das duas restaurações que haviam se processado em Pernambuco nos últimos 16 anos parece que foi um importante artifício para mudar o conceito deste vocábulo. Era preciso descaracterizar o uso que se fazia comumente desta expressão, que atribuía conotação positiva à idéia de restaurar. A restauração proposta então no Brasil não poderia ser classificada como uma regeneração política.

Embora os rebeldes de 1817 e 1824 sempre sejam, em seus escritos, caracterizados como aventureiros ou “quixotes”, um dos revolucionários parece que se livrou dessa acusação e ocupou um lugar à parte no conceito do Padre Carapuceiro: Frei Caneca. Como vimos no primeiro capítulo, este também poupou Lopes Gama quando fez acusações extremamente violentas contra sua família materna em 1823. Tudo indica que, apesar de estarem em campos políticos opostos na época da independência, havia um grande respeito entre os dois. Assim, *O Carapuceiro* recuperou a figura de Frei Caneca de maneira muito interessante do início do período regencial. Lopes Gama relatou um suposto sonho que

<sup>168</sup> *O Carapuceiro*, n. 52 (11/maio/1833).

<sup>169</sup> *O Carapuceiro*, n. 53 (18/maio/1833).

teve, no qual apareceu para ele uma “figura veneranda que bem parecia já não pertencer a mortalidade, e afecções terrenas”. Essa figura carregava numa das mãos as mais lindas flores; na outra, carregava um livro, e uma coroa pendia de sua cabeça. Lopes Gama não conseguiu reconhecer quem era essa misteriosa pessoa, que logo em seguida se identificou: “Eu sou o invicto Caneca; eu sou aquele Pernambucano, que sempre avesso aos tiranos em público patíbulo expiei o crime de amar muito a minha pátria”.<sup>170</sup>

Em seguida, Caneca, como que por um passe de mágica, colocou frente aos olhos de Lopes Gama uma visão de como seria a “sanguinolenta catástrofe da restauração”. Havia um trono sobre um “montão de sangrentos cadáveres”, no qual estava “assentado, empunhando o cetro o monstro Bragantino, que se não saciava de vítimas”. As ruas da cidade estavam desertas, e era possível ouvir “o som dos campanários, que anunciavam aos poucos vivos a morte desastrosa dos seus concidadãos”. Havia “cadafalsos alterosos levantados em todos os bairros”. Lopes Gama, observando horroroso cenário, questionou:

Quem é aquele militar brioso que com as mãos atadas, com grosseiro laço ao pescoço caminha com *tardo pé* ao medonho lugar do suplício? Quem é aquele Sacerdote pacífico, que degradado das vestes Pontifícias, e das sagradas ordens, como se fora um perverso, qual humilde cordeiro vai por força ao matadouro? Quem é aquele Pastor venerando, que atado pelo gasnate vai tirado a cauda um cavalo? Aqui, com o rosto ensangüentado vai beijando o pó da terra, ali procura erguer-se, e cambaleia, acolá recebe insultos, apupos, e pedradas da ínfima canalha de ambos os mundos? Ah! (diz-me o gênio Pernambucano enternecido) são todos Brasileiros; são cidadãos livres, q’ por inexperientes, e desunidos não poderão resistir e, e fazer face a volta do Lusitano de Bragança.<sup>171</sup>

Além de demonstrar a imagem apocalíptica da restauração construída dentro de *O Carapuceiro*, outros aspectos do suposto sonho que Lopes Gama relatou no seu Jornal merecem ser destacados. No momento de sua aparição, Caneca disse: “baixando a terra, como gênio Tutor de Pernambuco venho acender no ânimo de meus caros Concidadãos aquele amor patriótico, que sempre me abrasou o coração”. A quem o vulto de Caneca estava se referindo quando dizia “Concidadãos”? Aos Pernambucanos ou aos brasileiros?

<sup>170</sup> *O Carapuceiro*, n. 65 (10/agosto/1833).

<sup>171</sup> *O Carapuceiro*, n. 65 (10/agosto/1833).

Quando falou em “amor patriótico”, a que pátria estava aludindo? Ao Brasil ou a Pernambuco? Se ele era o “gênio Tutor Pernambucano”, poderia estar baixando à terra para zelar pelo Brasil todo? Sim, poderia estar ele alertando a todos brasileiros. A aparente ambigüidade de identidades territoriais dentro desse discurso se explica pelo seguinte fato: Lopes Gama estava se dirigindo aos pernambucanos, por isso atualizava Caneca, mas reivindicava uma causa nacional, brasileira. A identidade que estava aí em questão era, sem sombra de dúvidas, a brasileira. Os referidos “concidadãos” eram todos brasileiros, mas quem trazia a mensagem era Caneca, ou simplesmente o “Gênio Pernambucano”.

Assim, ao evocar a figura de Caneca, Lopes Gama conseguiu transmitir uma mensagem nacional a um público peculiar, com uma identidade regional bastante arraigada. Como já observamos no primeiro capítulo, os termos *pátria*, *nação* e *país*, poderiam ser utilizados, na época das cortes constituintes de Lisboa, para se referir a distintas territorialidades. Ao analisar *O Carapuceiro*, no entanto, apesar da aparente confusão em relação à utilização dessas terminologias, percebe-se que *pátria*, *nação* e *país* tinham a mesma conotação, ou seja, as três expressões representavam o Brasil. Novamente nos deparamos com a idéia de que o combate à restauração fez parte do processo de nacionalização do Estado brasileiro. Mas o elemento discursivo que auxiliou esse processo assumiu contornos bastante específicos em Pernambuco.<sup>172</sup>

Outra peculiaridade das lutas em prol da restauração dentro da província de Pernambuco foi a incomum duração da Guerra dos Cabanos. Aconteceram motins de discurso restaurador em outras localidades do Império, como os que se sucederam ao longo de 1832 e 1833 no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Mas nenhum levante teve tamanha duração como a Guerra dos Cabanos. Espalhados pelo interior da província e usando táticas de guerrilha, os cabanos tiveram grande atuação militar de 1832 a 1835. E o que parecia ser uma rebelião irrelevante, com poucas chances de êxito, transformou-se numa grande ameaça às autoridades regenciais.<sup>173</sup>

---

<sup>172</sup> BERBEL, Márcia. *A nação...*, p. 17-25.

<sup>173</sup> Uma listagem dessas revoltas em todo o Império está em CARVALHO, José Murilo de. *O Teatro de Sombra. A política Imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / Relume-Jumara, 1996, p. 230. Sobre a Guerra dos Cabanos, ver ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra...*

Lopes Gama, em agosto de 1832, quando os rebeldes derrotados no Recife após o insucesso da Abrilada fugiram e se espalharam pelo interior, ironizou os intuitos restauradores dizendo que era um exagero tanto temor. Nessa ocasião, ele desdenhou dos rumores que diziam que, no próximo 12 de outubro, já estavam prontos os preparativos para receber de volta o Imperador. Mas, com o passar do tempo e com os cabanos ganhando cada vez mais força, seu discurso mudou de tom. Ele denunciou uma suposta vinculação dos cabanos que lutavam no interior de Pernambuco com caramurus que residiam no Rio de Janeiro. O Padre Carapuceiro não poderia conceber “que três, ou quatro miseráveis cabanos tivessem a ousadia, e muito menos meios de sustentar por tanto tempo uma revolução”. Levantava a suspeita, outrora levantada por Caneca, de que do Rio de Janeiro vinha todo o mal e que “ali existe um partido de Figurões, inimigos jurados da Federação, unitários por cálculo, e que não podem tragar, que as Províncias se subtraíam a mais estrita dependência da Corte, onde eles tudo põem, e dispõem a seu talante”.<sup>174</sup>

Marco Morel, por sua vez, se deparou com uma correspondência, datada de setembro de 1831, do Ministro Plenipotenciário da França na Capital do Império Brasileiro, Charles-Éouard Pontois, ao ministro das Relações Exteriores de seu país, então governado por Luis Filipe, ou simplesmente Rei Cidadão. Nessa correspondência confidencial, o diplomata francês instalado no Brasil revelou um encontro que teve com Antonio Francisco de Paula Holanda e Cavalcanti de Albuquerque. Este solicitou auxílio do governo francês para levar a cabo um plano que almejava separar as províncias do Norte (isto é, acima da Bahia) das demais e colocar à frente deste novo Estado uma princesa da dinastia Bragança. E o auxílio solicitado não era pouco: três ou quatro navios de guerra, quatro ou cinco mil soldados armados e duzentas mil libras esterlinas. Cabe pontuar que Holanda Cavalcanti era um chefe político importante de Pernambuco, senhor de terras e escravos. Em 1801, foi acusado de participar de uma conspiração contra o monarca, que ficou conhecida como Conspiração dos Suassuna. Em 1817, aderiu ao movimento revolucionário. Mas, no contexto da independência, mudou de posicionamento, aliando-se ao “projeto do Rio de Janeiro” - passava então a fazer parte da elite política local que foi responsável pela adesão de Pernambuco ao imperador. Dessa forma, no final do reinado de D. Pedro I, já ocupava o cargo de ministro da Fazenda. Com a queda do Imperador, ele perdeu bastante prestígio

---

<sup>174</sup> *O Carapuceiro*, n. 33 (6/janeiro/1833)

político e se tornou um caramuru, pois era um nobre que necessitava urgentemente de um rei. Ao fim e ao cabo, o pedido de Holanda Cavalcanti, apesar de ter sido considerado “honorable”, não foi aceito pelo governo francês.<sup>175</sup>

O que nos interessa, no entanto, é através desse curioso relato diplomático, levantar alguns questionamentos. Lopes Gama estaria completamente errado em associar a Guerra dos Cabanos à tentativa de impedir o avanço das propostas federalistas que almejavam conceder mais autonomia a Pernambuco? É muito difícil responder a essa questão pela falta de dados mais precisos. Mas esse interessante relato diplomático, somado às suposições de Lopes Gama de que os cabanos contavam com ajuda de “Figurões” instalados no Rio de Janeiro, permitem fazer observações importantes.

Em primeiro lugar, é arriscado subestimar essa guerra e classificá-la como um mero levante de proporções regionais. Não é nenhum disparate supor que havia articulações em todo o território brasileiro, e até no mundo atlântico, para levar adiante os intuítos restauradores. Em segundo lugar, cabe diferenciar os termos separatismo e federalismo. Como bem nota Morel, o separatismo não foi “atributo exclusivo dos liberais Exaltados de tendências republicanas, como em geral a historiografia aponta”. E, observando o discurso de Lopes Gama, notamos que, quando ele defende o federalismo, de maneira nenhuma está fazendo alusões separatistas. Ele sempre foi um defensor da unidade nacional e da indivisibilidade do Império. Ser federalista não tinha nenhuma relação com ser separatista no início do período regencial, e na verdade nunca teve. Talvez os restauradores se aproximassem muito mais de uma possível secessão do Brasil do que os Exaltados e aqueles que então se denominavam federalistas. Encontram-se outras referências, feitas por chefes militares cabanos, à separação das províncias do Norte para formar um novo império a ser denominado Equador ou Amazonas, caso não conseguissem a restauração.<sup>176</sup>

---

<sup>175</sup> MOREL, Marco. *As transformações...*, pp 138-142.

<sup>176</sup> *Ibidem*, p. 140; ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra...*, p. 31 e MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra...*, pp. 163-203.

## E - A unidade da nação – manuseando a memória

Como já vimos no primeiro capítulo, Lopes Gama escreveu em 1825 um impresso: *Diálogo entre um Corcunda, um Constitucional e um Federativo do Equador*. O próprio título do panfleto elabora uma importante distinção: ser apenas *constitucional* era diferente de ser *federativo* no entender do redator. Os dois exigiam uma constituição que regesse o Estado, mas o primeiro não classificava a dissolução da constituinte em fins de 1823 como um rompimento com a soberania da nação. O Imperador estaria dentro de seus legítimos direitos ao outorgar uma carta constitucional. Já para o *federativo*, a dissolução da assembléia significou, entre outros aspectos, uma quebra com os direitos das distintas partes do Império em participar do processo de elaboração da lei máxima da nação, e isso justificativa o rompimento. Como também já observamos, Lopes Gama se identificou claramente, no contexto da Confederação do Equador, com o personagem que denominou de *constitucional*.<sup>177</sup>

Luiz Geraldo Silva demonstrou que os revolucionários de 1824, a priori, não pretendiam propor a secessão das províncias do Norte. Propunham algo para toda a nação brasileira, do “Amazonas ao Prata”: que o Imperador, após a dissolução da constituinte, voltasse atrás e estabelecesse uma nova convocação de assembléia. Mas, como as negociações entre os federativos de Pernambuco e a Corte não evoluíram e se tornaram cada vez mais ríspidas, aconteceu a proposta de separação das províncias do Norte. Era a última cartada dos federativos. Era uma solução não imaginada a princípio, tomada no calor dos acontecimentos. Talvez por isso Lopes Gama tenha qualificado várias vezes a Confederação do Equador, durante a década de 1830 e de 1840, como um evento quixotesco.<sup>178</sup>

E como poderia *O Carapuzeiro* defender, no momento pós-abdicação, o federalismo, e dizer que Pernambuco não poderia mais seguir acatando as ordens dos “mandões da Corte”? Não era essa uma linguagem típica usada pelos “federativos” da

<sup>177</sup> Apud. PESSOA, Reinaldo Xavier Carneiro (org.) . *Diálogo...*

<sup>178</sup> SILVA, Luiz Geraldo. “Um projeto...”. Evaldo Cabral de Mello também chama atenção para o caráter “autonomista” da Confederação do Equador, em MELLO, Evaldo Cabral de. “A pedra...”; Idem. *A outra...*, pp. 163-203.

década anterior que tanto criticara? Essas vão ser as acusações feitas, como já foi visto, no início de 1833, por uma seção do *Diário de Pernambuco* assinada pelo pseudônimo *Carapuceiro do Carapuceiro*. Lopes Gama estaria sendo hipócrita ao defender, durante esses anos, o sistema federativo e não ter feito o mesmo na década que havia passado. O Padre Carapuceiro, no entanto, se defendeu prontamente: “Nunca aplaudi a revolução de 1824 (...) Eu não duvidei nunca da boa intenção dos Patriotas de 24; mas sempre chamei de desassissada aquela empresa, tanto assim que no *Conciliador* tive a franqueza de dizer, então, que não tinha por crime o que fizeram o Carvalhistas; mas sim por loucura”.<sup>179</sup> Essa polêmica com o *Diário de Pernambuco*, que se estendeu por alguns meses nas páginas de *O Carapuceiro* demonstra, mais uma vez, que os ecos da década de 1820 ainda reverberavam fortemente no debate político do início das regências. Note-se que uma trajetória política legítima era defendida pelo Padre Carapuceiro, ou seja, defender o federalismo através da imprensa em 1832, 1833 e 1834 era legítimo, porém ter feito o mesmo na década anterior de maneira revolucionária, era loucura.

Mas Lopes Gama, mesmo defendendo o sistema federativo no início das regências, vai continuar sustentando a opinião de que a revolução de 1824 foi um ato impensado, e que aquele não era o momento político para instituir-se a Federação no Brasil. É interessante como as suas considerações a respeito da Confederação do Equador mudam de tom quando o *O Carapuceiro* reapareceu em 1837, depois de dois anos de interrupção. O momento político era outro, completamente diferente. Já não se falava mais em restauração, nem tampouco em federação. Esses dois termos desapareceram do vocabulário político utilizado por Lopes Gama.

Será que o sistema federativo havia de fato sido implantado após o Ato Adicional de 1834, tal como defende Miriam Dolhnikof? Essa autora defende a tese de que, após a promulgação do Ato Adicional em 1834, foi implantado de fato um sistema federativo do Brasil, e que, mesmo depois da reforma deste Ato em 1840, continuou a vigorar a federação. Segundo ela, as províncias ainda continuaram com autonomia para tributar, controlar rendas e empreender medidas administrativas. Será, então, que a real efetivação

---

<sup>179</sup> *O Carapuceiro*, n. 33 (6/jan/1833) e *O Carapuceiro*, n. 40 (23/fevereiro/1833). Quando falou *O Conciliador*, Lopes Gama estava se referindo ao periódico *Conciliador Nacional*, o qual escreveu logo os insucessos da Confederação do Equador.

desse sistema após 1834 é o motivo de esse vocábulo desaparecer dos escritos de Lopes Gama a partir de então?<sup>180</sup>

Questionamentos à parte, o fato é que, após 1837, *O Carapuceiro* silencia em relação à discussão acerca do federalismo. Tendo sido um dos temas políticos centrais desse jornal nos anos iniciais da regência, ele simplesmente desapareceu de pauta. O maior temor de Lopes Gama era, a partir de 1837, a pulverização da nação, ameaçada por várias revoltas que acabaram por promover a secessão.

A Revolução Farroupilha (1835-1845), que eclodiu no extremo Sul, refletiu o descontentamento com certas medidas econômicas, pois os criadores pecuários daquela região, além de sofrerem a concorrência do gado uruguaio e argentino, sofriam com uma legislação prejudicial aos seus interesses. Após vários desentendimentos e com o conflito armado já em curso, foi proclamada a República de Piratinim em setembro de 1836, e o ex-prisioneiro Bento Gonçalves, recém-fugido da Bahia, foi eleito presidente. Depois de dez anos de guerra e já durante o segundo reinado, é que houve um acordo entre os rebeldes e o Império.<sup>181</sup>

A Cabanagem (1834-1840), movimento que se processou no outro extremo do País, na Província do Pará, congregou as camadas mais baixas da sociedade. No calor da guerra, uma república foi proclamada, e a província, desligada do Império. Só após muita violência e aproximadamente 30.000 mortos é que foi restabelecida a ordem.<sup>182</sup>

A Sabinada (1837-1838), ocorrida na cidade de Salvador, refletiu uma dissidência gestada havia quase duas décadas entre a elite política baiana, ocasionando uma cisão entre liberais e conservadores. A revolta teve como principal líder o cirurgião Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, de onde o nome ao movimento. De novembro de 1837 a março de 1838, a cidade esteve sob o comando do governo revolucionário, mas sitiada por forças legalistas. Calcula-se aproximadamente 1.300 pessoas mortas e quase 3.000 prisioneiros após a restauração da ordem. Seis líderes foram condenados à morte.<sup>183</sup>

<sup>180</sup> DOLHNIKOF, Miriam. “As elites...”, pp. 431-468.

<sup>181</sup> Cf. PESAVENTO, Sandra *et alii*. *A Revolução Farroupilha*. História e interpretação. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1985.

<sup>182</sup> Cf. PAULO, Pasquale di. *Cabanagem: A revolta popular na Amazônia*. Belém : Cejup, 1990.

<sup>183</sup> Cf. SOUSA, Paulo Cezar. *A Sabinada*. Revolta separatista da Bahia (1837). São Paulo : Brasiliense, 1987.

Nessa conjuntura, retomar a memória da Confederação do Equador falando das “boas intenções dos patriotas de 24”, como fez em agosto de 1833 seria temerário. Era preciso deixar de lado essas “boas intenções” e desqualificar esse evento de qualquer maneira. E é isso que realiza nessa época. Observe-se que estamos tratando de uma luta pela memória de uma revolução, e que esta luta poderia ter conseqüências imediatas para os rumos políticos do Império unitário. Mitificar os revolucionários de 1824 e classificá-los de “mártires pernambucanos”<sup>184</sup> poderia ameaçar mais ainda a já ameaçada unidade da nação. E note-se que, no fim da década de 1830, já havia uma grande preocupação em construir a História nacional, visto que a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é de 1838. O IHGB foi um dos principais construtores da História do Brasil, mas sempre do ponto de vista do Estado Imperial Unitário centralizado no Rio de Janeiro.<sup>185</sup>

Mas a preocupação em interpretar o passado e transformá-lo em História também se deu em Pernambuco. Em 1836, o proprietário do *Diário de Pernambuco* fez uma chamada em seu jornal. Ciente da existência, em poder de particulares, de “vários manuscritos precisos [sic, por preciosos?] a que fazem parte da história pernambucana”, propunha publicá-los. Em 1837, uma desconhecida “Sociedade de Literatos Pernambucanos” dizia, nas páginas do mesmo *Diário de Pernambuco*, ter a intenção de escrever uma “História desta heróica Província, desde o seu descobrimento até os nossos dias”, e solicitava a colaboração de quem detivesse textos históricos. Em 1838, o próprio Lopes Gama, exercendo a cadeira de deputado provincial, propôs na Assembléia a publicação dos “Inventários das armas e dos prédios” existentes no Recife quando da Restauração de 1654, o que realmente se fez no ano seguinte. Por fim, em 1840, José Bernardo da Gama, primo do Padre Carapuceiro, publicou o 1º volume das *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*.<sup>186</sup>

Sabemos também, através da pesquisa de Evaldo Cabral de Mello, que o resgate da memória da Restauração pernambucana de 1654 foi elemento essencial no discurso dos

---

<sup>184</sup> Termo consagrado na obra publicada em 1853 pelo Padre Joaquim Dias Martins *Os mártires pernambucanos, vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. Apud. SILVA, Luiz Geraldo. “Negros...”.

<sup>185</sup> Sobre o I.H.G.B. ver GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos”, in: *Estudos Históricos*. n. 1. Rio de Janeiro, 1998, pp. 5-27.

<sup>186</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário...*, p. 109.

rebeldes de 1817, bem como durante a Guerra dos Mascates (1710-1712), constituindo um elemento de alta relevância para o desencadeamento do processo revolucionário. Percebe-se assim, que a manipulação da memória tem grande influência nos acontecimentos políticos. Cabe, então, perguntar: como o Padre Carapuceiro manipulou a memória da Confederação do Equador através do seu jornal em um tempo no qual a unidade da nação estava em perigo?<sup>187</sup>

Temia Lopes Gama que as revoltas que ocorriam em vários rincões do Império animassem alguns pernambucanos a tentar empreendimentos semelhantes. Fazendo alusão ao Sabino, líder da revolta que se processou em Salvador, disse ele, em fevereiro de 1838, que “não nos faltam por cá Republicueiros, que suspiram pela desordem, e muito desejariam, se efetuasse o mesmo fandango do Sabino, e companhia”. Seguiu ironizando aqueles pernambucanos que diziam que “infallivelmente a República estreada em S. Pedro do Sul, no Pará, e agora na Bahia, lavrará como sarna por todo o Brasil” e que “aqui não tarda, que arrebente também a revolução Republicueira, capitaneada por Manê côco, por Chico Piegas, Totonio patusco, Quimquim gostoso, Cazuzza candeira, e outros sabinos *ejusdem furfuris*”.<sup>188</sup> Em outro número, de abril de 1838, cujo título foi “Triste fim da Sabinada”, escrito quando já havia chegado ao Recife a notícia do final desta revolta, se dirigiu aos “Republicueiros” pernambucanos da seguinte maneira: “Exms. Snrs. Sabininhos, Sabinões de cá, Vossas Excs. Rasgados, que viviam por essas lojas, boticas, e botequins profetizando vantagens a Republica interina do seu irmão, e amigo Sabino, Vossas Excelências importantes, que já contavam, que a mesma cena se representasse em Pernambuco(...)”. Percebemos que havia um forte temor de Lopes Gama: o espírito de rebelião que afetava várias províncias no final das regências poderia adentrar Pernambuco. Cabe lembrar a tradição revolucionária dessa província.<sup>189</sup>

É nessa ocasião que Lopes Gama vai tratar de forjar uma memória negativa da Confederação do Equador. E essa memória, construída através de *O Carapuceiro*, vai procurar caracterizar a Confederação do Equador como um evento “quixotesco”, uma aventura desmedida que acabou tragicamente. Os ex-rebeldes vão ser qualificados, ou de

<sup>187</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro...*

<sup>188</sup> “Do mesmo farelo”, *O Carapuceiro*, n. 14 (14/fevereiro/1838).

<sup>189</sup> *O Carapuceiro*, n. 18 (4/ abril/1838).

“quixotes”, ou de mero oportunistas. Em clara alusão aos ex-rebeldes de 1824, vai dizer que alguns dos devotos de Sabino na Bahia, ou simplesmente os “saltimbancos republicanos”, depois de “acabada a tragédia”, vão fugir para a “piscina dos Estados Unidos”.<sup>190</sup> Em outro número, de dezembro de 1837, quando a Sabinada ainda não havia sido debelada, fez outra referência implícita, mas facilmente captada nas entrelinhas, aos ex-rebeldes pernambucanos que se refugiaram no exterior:

Os mantenedores da desordem, embaindo o crédulo povo com promessas de grandes felicidades, e ao mesmo passo dando todo o poderio a canalha, aos malfeitores, &c. para sustentarem a tal câmara óptica de República, não se descuidariam de ir enfardelando o que pudessem, prontos a qualquer contratempo para pôr os pés em polverosa; quem escamogindo-se para o *Merca-tudo* (os Estados Unidos) quem para Londres, quem para Pariz, onde iriam desfrutar o que empolgaram, e rir dos tolinhos, que nele se fiaram, e cá ficam chorando a sua desgraça, a de sua família, etc.<sup>191</sup>

Eram exemplos muito recentes na lembrança dos Pernambucanos alguns casos, como por exemplo o de Manuel Carvalho Paes de Andrade, líder máximo da Confederação. Ele exilou-se na Inglaterra, retornando com força ao cenário político provincial após a abdicação de D. Pedro, pois ocupou, no início das regências, o cargo de Presidente de Província (1834-1835). Em seguida, Paes de Andrade passou a exercer cargos de alta representatividade na Corte Fluminense, como, por exemplo, o de Senador. No período do golpe da maioria, residindo no Rio de Janeiro, este ex-rebelde, que outrora se empenhou em se rebelar contra os reis, aderiu ao projeto “regressista” que entronizou o jovem D. Pedro II com apenas 15 anos de idade.<sup>192</sup>

E talvez Lopes Gama estivesse ironizando Paes da Andrade quando elaborou a caricatura do seguinte personagem: aquele que amestrado “na lição dos furiosos filosofantes do século passado” estava sempre dizendo que não havia “Príncipe, Rei, Imperador que prestem para nada”. Segundo o Padre Carapuceiro, este tipo de gente só queria “República e mais República”, e “outra forma de Governo” seria “um crime de lesa humanidade”. E continua descrevendo o personagem:

<sup>190</sup> *O Carapuceiro*, n. 9 (14/fevereiro/1838)

<sup>191</sup> *O Carapuceiro*, n. 70 (16/dez/1837)

<sup>192</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário...*, pp. 591-598 e 653-663.

(...) arranjai um empregozinho a um desse Catões de botequim, tornai filho da folha a esse filho das ervas, e da Democracia; e vereis que espantosa conversão! O homem vivia esfomeado por uma *rusga*; agora porém já é amigo da ordem; estava disposto a plantar uma Republicazinha até no seu quintal entre um pato, duas galinhas, e uma bacorinha tísica; mas hoje já se deixou dessas cousas, hoje é legalista, e talvez até propugne pelo *Regresso*. E hei de fiar-me em tais badamecos? Hei de acreditar nos Republicueiros do meu país?<sup>193</sup>

Neste caso, Lopes Gama seguiu a frase de Marçal Lívio que seu jornal sempre ostentou no cabeçalho: “Guardarei nesta folha as regras boas, que é dos vícios falar, não das pessoas”. Como vimos no primeiro capítulo, caracterizar seu jornal dentro do campo da “moral” foi uma importante arma para lutar com força dentro da “arena dos gladiadores periodioqueiros”. Contudo, se, em alguns casos, suas críticas foram formuladas nominalmente, desta vez ele seguiu a cartilha que lançou desde o início da publicação de *O Carapuceiro*: não personalizar, apenas elaborar caricaturas. Mas não é difícil relacionar a caricatura acima com a figura de Paes de Andrade, até porque Lopes Gama se indispôs publicamente em outras situações com o ex-líder do movimento de 1824.

Quando Diretor do Colégio de Órfãos em 1835, Lopes Gama atritou-se com o então Governador da Província de Pernambuco Manuel de Carvalho Paes de Andrade (1834-1835). Solicitava ele mais verbas para o colégio. Paes de Andrade, por sua vez, acusava o Padre de exercer uma má gestão dos recursos. Para Amaro Quintas, fica evidente que existia uma acirrada rivalidade entre essas duas personalidades do mundo político do Recife da primeira metade do século XIX. Segundo o historiador pernambucano, essa rivalidade muito se devia às críticas que Lopes Gama dirigiu, em seus jornais, à Confederação do Equador. Vinte anos depois de tal episódio, ele ainda fazia questão de repreender a Confederação do Equador, qualificando-a de “quixotal revolta republicueira” (*O Sete de Setembro*, n. 35 de 1846). Tratava-se, então, de uma briga política de longa data. Aqui chamamos atenção, no entanto, para outro aspecto mais profundo, que extrapola a mera rivalidade política: os usos que eram feitos da memória.<sup>194</sup>

Lopes Gama relembra um evento do passado, e propõe uma situação ideal para o presente. Ironiza os pernambucanos que diziam que Bento Gonçalves iria chegar até

<sup>193</sup> *O Carapuceiro*, n. 66 (2/dezembro/1837)

<sup>194</sup> QUINTAS, Amaro. *O Padre...*, pp. 75-78

Pernambuco para fazer esta província abraçar a “sagrada causa dos farrapos”, lembrando que em 1824, durante a “Quixotal Confederação do Equador”, houve quem acreditasse que o General Bolívar viria em socorro dos revolucionários. Disse o Padre Carapuço que, naquele tempo, “até houve quem visse a guarda avançada já de caminho, nas cabeceiras do nosso Rio de S. Francisco”. Em outro número, de março de 1838, sustentou que “Pernambuco de 1838 já não é o mesmo Pernambuco de 1824, em que houve gente tão papalva, que pegou na isca da Confederação do Equador”. Em outro artigo, de agosto de 1839, cujo título é “O espírito da ordem em Pernambuco”, sustentou que esta província “já louqueou bastante”, porém “graças a Providência passou essa febre revolucionária”. Falou que Pernambuco em 1839 podia desenvolver a indústria, o comércio e as artes, devido à duradoura paz, e que o mesmo não acontecia no Pará, na Bahia e no Rio Grande do Sul, províncias que se encontravam em “lastimoso estado” devido ao “facho da guerra civil”. “São incalculáveis” – disse ele – “os benefícios que uma paz duradoura acarreta a qualquer país”. Assim, citou quatro projetos em andamento em Pernambuco que só poderiam ser colocados em pauta devido ao “espírito de ordem”: o encanamento de água potável, a construção de um novo teatro, a iluminação a gás e a construção de pontes de ferro.<sup>195</sup>

Dessa maneira, Lopes Gama toca em lembranças ainda muito recentes, as quais todos os moradores da província com mais de 20 anos ainda deviam alimentar. Colocar em ridículo os protagonistas de 1824 poderia influenciar diretamente a atitude de potenciais revolucionários no final das regências.

Por fim, cabe explicitar que essa imagem quixotesca da Confederação do Equador formulada por Lopes Gama será desconstruída rapidamente com o passar do tempo. Com a unidade da nação já consolidada, foi forjada uma imagem heróica desse evento. Em 1862, foi fundado o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Na mesma década, um dos fundadores dessa instituição, o Comendador Antônio Joaquim de Melo, que já havia publicado entre 1856 e 1858 a obra *Biografias de Poetas e Homens Ilustres da Província de Pernambuco*, escreveu biografias de vários ex-rebeldes de 1824: Frei Caneca, Manuel

---

<sup>195</sup> *O Carapuço*, n. 47 (28/ julho/1838), *O Carapuço*, n. 14 (3/ março/1838) e *O Carapuço*, n. 34 (16/agosto/1839). Este trabalho chama a atenção para o Período Regencial como muito mais estável em Pernambuco do que o Primeiro Reinado e o início do Segundo: MELLO, Evaldo Cabral de. “Introdução”...

Carvalho Paes de Andrade, Gervásio Pires Ferreira e Natividade Saldanha. Muitas dessas obras, porém, só foram publicadas em 1874 e 1875, depois que o autor já havia falecido.<sup>196</sup>

Tanto a fundação do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP) como as obras de Antônio Joaquim de Mello, se constituíram em uma oposição à história oficial da nação elaborada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1838, que procurou caracterizar o Rio de Janeiro como o grande centro do Império unitário. Não se tratava mais de uma confrontação política declarada à corte, mas de uma valorização do elemento regional nos meios intelectualizados. A trajetória de um dos membros fundadores do IAGP, Muniz Tavares, reflete bem a natureza dessa instituição. Muniz Tavares foi revolucionário em 1817. Preso na Bahia, foi solto e se elegeu deputado para as constituintes de Lisboa em 1821. Retornando ao Brasil, foi novamente eleito deputado, desta vez para a constituinte brasileira. Após presenciar a dissolução desta em novembro de 1823, retornou a Pernambuco, e encontrou sua província numa situação política delicada. Mas desta vez não se envolveu nos acontecimentos que desembocaram na Confederação do Equador – não aderiu ao imperador nem tampouco aos revolucionários. E, passada a década de 1820, durante a qual Muniz Tavares esteve no continente europeu exercendo funções diplomáticas, ele retornou a Pernambuco, chegando a ocupar cargos públicos de destaque, como o de deputado geral na legislatura de 1845. Mas em grande parte de sua vida esteve afastado da vida pública. E foi em seu retiro privado que escreveu a *História da Revolução Pernambucana de 1817*, publicada em 1840.<sup>197</sup>

E quando Muniz Tavares, em 1862, já com cerca de 70 anos de idade, funda o IAGP, não tinha a intenção de realizar nenhum tipo de afronta política ao Estado imperial, e sim de exaltar um passado do qual fez parte. Tratava-se de uma história regionalista, que caracterizou a Confederação do Equador, e também 1817, como algo heróico, como um ato de coragem de bravos pernambucanos. Esta história prevaleceu em Pernambuco a partir de então. Mas, no final do Período Regencial, houve outra apropriação desta revolução, muito distinta, isto é, negativa, e num jornal de intensa circulação nos espaços públicos, *O Carapuceiro*, que conquistou o público com seu estilo jocoso e acabou por exercer imensa força política.

---

<sup>196</sup> MELLO, José Antônio Golsalves de. *Diário...*, p. 111.

<sup>197</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário...*, pp. 334-352.

## F - A unidade da nação – contra o “bairrismo” e as “Repúblicas palhaças”

No início das regências, Lopes Gama colocou num primeiro plano a defesa da soberania da nação, e relegou a defesa da soberania monárquica e da lealdade dinástica a um plano secundário. Como já foi observado, a conjuntura da primeira metade da década de 1830 não permitia que a defesa do princípio monárquico fosse colocada em destaque, pois Pedro II contava com menos de 10 anos de idade, e, sendo assim, defender tal princípio poderia colocar em cheque a soberania da nação. Elaborar um discurso monarquista nesse período significaria uma associação imediata com o grupo restaurador. E esta associação, no entender do Padre Carapuceiro, era oposta à “sagrada causa da liberdade” brasileira.

Nos anos finais do Período Regencial, no entanto, já era possível colocar esses dois princípios em um mesmo plano, ou seja, conferir a mesma importância à defesa da soberania da nação em relação à defesa da soberania monárquica. E esse foi o tom do discurso de Lopes Gama na época do reaparecimento de *O Carapuceiro* a partir de 1837. Defendeu a soberania da nação nos seguintes termos: o Império é uno e indivisível. Já a defesa da soberania monárquica e da lealdade dinástica foi empreendida na medida em que o único sistema considerado capaz de promover a manutenção da unidade da nação era a monarquia constitucional. As três grandes tendências políticas do início das regências já não existiam ao final da década: os principais ideais dos Moderados e dos Restauradores se fundiriam para formar o ideário do Partido Conservador. Note-se que não estamos afirmando que todos aqueles que outrora se diziam Moderados compuseram em seguida os quadros deste Partido, apesar de este fenômeno ter ocorrido em grande escala. Estamos analisando a fusão de duas concepções políticas de mundo que geraram uma terceira. Esse fenômeno é observado claramente dentro do discurso do Padre Carapuceiro.<sup>198</sup>

---

<sup>198</sup> Em trabalho elaborado na década de 1960, Nelson Werneck Sodré formulou a idéia de que o Partido Conservador foi a junção dos Moderados e dos Restauradores: *As Razões da Independência*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1969, pp. 215-249. José Murilo de Carvalho também assim considera as origens do Partido Conservador em *A Construção da Ordem*. A elite política imperial. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / Relume-Jumara, 1996, pp. 181-222. Marco Morel, por sua vez, faz uma consideração distinta, afirmando que os grandes vencedores ao final das regências foram restauradores, ou seja, sugeriu que grande parte dos membros do Partido Conservador que iriam formar a alta cúpula da elite Imperial a partir de 1837 foram outrora caramurus. *As transformações....*, pp. 127-147.

Lopes Gama sustentou a integridade do Império dizendo que “o Brasil compondo um só Império, ainda assim não é per ora grande cousa: o que seria o Brasil retalhado em tantos Estados Republicanos quantas Províncias e talvez quantas Vilas, e Julgados!”. Prosseguiu ele desta maneira: “havia de ser bem tragicômica a República de Sergipe; e a do Rio Grande do Norte? E a do Mato Grosso?” Em repetidos números de *O Carapuceiro*, ele sustentou a idéia de que o Brasil unido sob a égide da monarquia se constituía em uma nação com relativa força, mas, separado-se em várias Repúblicas, estas não representariam nada. Ironizando uma possível República de Goiás, ou do Espírito Santo, questionou: de onde estas obteriam recursos e verbas para serem governáveis e soberanas? Assim, concluiu que o Brasil separado em várias províncias independentes seria presa fácil para as nações estrangeiras, e proclamou: “Sustentemos a todo custo a integridade do Império”.<sup>199</sup>

Em dezembro de 1837, disse Lopes Gama que “desde 7 de abril de 1831 temos sido governados por uma democracia sob a máscara de monarquia” e que “os saudáveis prestígios do Trono quase têm desaparecido do meio de nós”. Concluiu: “é preciso monarquizar o Brasil; é preciso que todos os bons brasileiros se coloquem em torno do Trono do nosso jovem de D. Pedro a fim de o consolidarem e de que ele seja o garante da pública felicidade”. Assim, sustentou que o “Augusto Menino” era a salvação política do Brasil, pois nenhum brasileiro poderia disputar com ele nem em nascimento, nem em hierarquia. Enumerou dois aspectos que poderiam animar os brasileiros para o futuro: o espírito monárquico que estava se consolidando e o desenvolvimento intelectual do jovem Imperador.<sup>200</sup>

Não sabemos o posicionamento de Lopes Gama no momento do golpe da maioria, pois em maio de 1840 foi paralisada a publicação de *O Carapuceiro* em Pernambuco: ele estava a caminho da Corte para assumir a cadeira de Deputado Geral como suplente, em substituição a Sebastião do Rego Barros. Chegando ao Rio de Janeiro, assinou um contrato de exclusividade com o periódico fluminense *O Despertador*, no qual publicaria, como suplemento, *O Carapuceiro na Corte*. Encerrando esse contrato, Lopes Gama voltou a publicar *O Carapuceiro* de maneira autônoma no Recife apenas em abril de

<sup>199</sup> *O Carapuceiro* n. 11 (24/maio/1837); *O Carapuceiro* n. 72 (21/dezembro/1837); *O Carapuceiro* n. 66 (2/dezembro/1837); *O Carapuceiro* n. 20 (30/maio/1839)

<sup>200</sup> *O Carapuceiro* n. 70 (10/dezembro/1837); *O Carapuceiro* n. 10 (2/março/1839); *O Carapuceiro* n. 5 (16/janeiro/1839).

1842. Como o golpe da maioria aconteceu em julho de 1840, e não contamos os escritos do Padre Carapuceiro desta época, não sabemos de que maneira ele se posicionou. Estando presente na Corte nesse momento político tão decisivo para os rumos do Império, ele deve ter emitido sua opinião no suplemento que ali publicou. Mas não é difícil supor que ele apoiou a prematura entronização do jovem Imperador. As opiniões emitidas por ele desde 1837 mostravam-se favoráveis à idéia de “monarquizar o Brasil”. Cabe lembrar, por fim, que até o ex-líder da Confederação do Equador, Manuel Carvalho Paes de Andrade, como vimos, apoiou a maioria.<sup>201</sup>

Mas a monarquia não era o único elemento que, para Lopes Gama, poderia assegurar a integridade do Império. Em um artigo de maio de 1839, “O Bairrismo”, elaborou várias propostas que poderiam auxiliar na manutenção da unidade. Nesse artigo dissertou sobre um vocábulo que não era contemplado pelos dicionários, mas que todos sabiam o que significava. Definiu o “bairrismo” como “o excessivo amor, a indiscreta predileção pelas cousas, e pessoas da localidade, em que nascemos”. Para ele, o “bairrismo” era um “vício, que nos pode levar às mais terríveis desgraças”:

Esta paixão vil, baixa, e ignominiosa não deve ser confundida com o nobre amor da Pátria, amor, que quando bem regulado, é o manancial das mais heróicas virtudes. A nossa Pátria pois é o Brasil, e todos os Brasileiros constituem uma só, e a mesma família.<sup>202</sup>

Esse trecho demonstra muito bem alguns aspectos que já foram aqui tratados. Lopes Gama criticava a antiga “pátria” e o “patriotismo” da época da independência, e redefinia essas noções. O vocábulo “pátria” e a qualidade de ser “patriota” eram referências ao Brasil, e não ao local de nascimento, ou seja, às províncias. Lopes Gama evocou, assim, uma identidade nacional, caracterizando-a como o “manancial das heróicas virtudes”. O contrário disso, o “bairrismo”, era um vício. Como demonstramos anteriormente, o Padre Carapuceiro procurou, ao qualificar a Confederação do Equador como uma “quixotada”, construir uma memória que valorizasse a unidade do Império, fazendo um contraponto a uma memória de caráter regionalista que mitificasse a rebeldia pernambucana. Quando

---

<sup>201</sup> Não obstante a exclusividade do contrato estabelecido entre Lopes Gama e *O Despertador*, o *Diário de Pernambuco* publicou artigos de *O Carapuceiro* entre setembro e novembro de 1844. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário...*, p. 308.

<sup>202</sup> *O Carapuceiro*, n. 20 (30/maio/1839).

caracterizou o “bairrismo” como uma “paixão vil”, novamente se voltou contra a exacerbação das identidades regionais. Formulou, assim, uma identidade brasileira que deveria estar sempre em destaque, sempre em um primeiro plano, sempre em evidência. A identidade nacional deveria se sobrepôr à identidade regional, o “amor à pátria” deveria se sobrepôr ao “infernai bairrismo”, para não desunir a “Grande Família Brasileira”.<sup>203</sup>

Mas ele não defendeu a unidade do Império apenas através de um discurso que transitava no abstrato campo das identidades. No mesmo artigo, propôs algumas medidas políticas concretas que poderiam auxiliar na união da “Grande Família Brasileira”. Criticou a idéia, sempre em voga, que propugnava que os não nascidos em Pernambuco deveriam ser proibidos de exercer alguns direitos políticos nessa província, mesmo sendo domiciliários desta e ali vivendo casados. Frei Caneca já defendera semelhante proposição. Estava Lopes Gama se referindo ao direito de ser nomeado pelo governo provincial para o exercício de um emprego público e ao direito de participar das eleições populares. Questionou Lopes Gama: “por que motivo hão de ser excluídos, se o brasileiro em qualquer Província do Brasil, em que habite, está em sua pátria?” Pretendia com isso acabar com as “rivalidades, que de dia em dia vão tomando galga entre as Províncias do Império”. Propôs também que, para

conservar a tão precisa união entre as Províncias, e para melhor desempenho das funções públicas convinha, que na escolha dos Presidentes se revezassem os Brasileiros das diferentes Províncias, isto é; que o Baiano viesse ser Presidente em Pernambuco, o Pernambucano fosse para a Bahia; o Maranhense para a Paraíba, o Paraibano para o Maranhão, etc. etc.<sup>204</sup>

Observe-se que esta proposta, feita por Lopes Gama, foi colocada em prática a partir do segundo reinado, e que José Murilo de Carvalho, tentando elucidar quais foram as condições que permitiram a construção do Império unitário, conferiu a essa prática um peso relevante. Para Carvalho, a circulação dos membros da elite imperial por todo o território do Brasil foi um dos fatores determinantes para a manutenção da unidade. Analisando a carreira dos políticos no interior desta elite, e verificando qual foi a trajetória daqueles que

---

<sup>203</sup> *Ibidem*

<sup>204</sup> *Ibidem*. Sobre identidades políticas no processo de formação do Estado-nação no Brasil, ver JANCSÓ, Istvan; PIMENTA, João Paulo Garrido. “Peças...”

galgaram até os cargos mais altos da burocracia imperial, como, por exemplo, uma pasta ministerial ou uma cadeira dentro do Conselho de Estado, ele constatou que a função de Presidente de Província foi um dos inevitáveis degraus que deveriam ser ultrapassados para se obter esta ascensão política. E, na maioria das vezes, a carreira desses políticos foi marcada pelo exercício de várias presidências, nas mais diversas províncias. Era uma prática semelhante à adotada pela coroa portuguesa nos tempos coloniais, quando os magistrados circulavam por todo o Império - na África, na América, na Ásia e também no Reino.<sup>205</sup>

A grande lacuna na análise desse sociólogo é, no entanto, a falta de uma periodização precisa. Ele não indica a partir de quando começou a ocorrer essa intensa circulação entre os presidentes de província. E, como leva a crer o tom do discurso de Lopes Gama, essa prática ainda não era recorrente durante o período das regências. Em Pernambuco, durante o período das regências, muitos presidentes eram nascidos na própria província. Caberia empreender uma análise que tivesse como eixo periodizar esta prática e também verificar se ela realmente ainda não era levada a cabo durante as regências. Seria interessante verificar quais foram os formuladores desta prática. Será que o discurso de Lopes Gama exerceu alguma influência na consolidação deste fenômeno? De que maneira, onde e quando essas idéias foram discutidas? Será que o Padre Carapuceiro, quando Deputado Geral entre 1840 e 1841, foi um agente atuante no seio desse processo?<sup>206</sup>

## **G – Regresso ou reforma?**

Além dessas duas proposições de caráter político, Lopes Gama participou do debate que redundou naquilo que a historiografia comumente denomina de “regresso conservador”. Segundo vários historiadores, a partir de 1837, com a renúncia do Regente Feijó e a posse do pernambucano Pedro Araújo Lima, iniciou-se um processo de reforma

---

<sup>205</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção...*, pp. 107-127.

<sup>206</sup> Esta análise é baseada em dados quantitativos acerca da prática da presidência de província durante todo o Império, mas também não responde às questões aqui levantadas. CORRÊA, Carlos Humberto P. “A presidência de província no Império”, in *Anais da XXIV reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba : SBPH, 2004.

do Estado imperial que procurou minimizar os efeitos do “avanço liberal” ocorrido nos anos iniciais das regências. Em agosto de 1831 foram, por força de lei, criadas as Guardas Nacionais, instituição que fortalecia e legitimava o poder de grandes potentados locais, pois os cargos de alta patente eram eletivos e a organização dessa “milícia cidadã” era territorial, possuindo um Comandante por distrito. Outra lei que fortaleceu a posição dos grupos sociais dominantes em nível municipal foi o Código de Processo Penal, promulgado em novembro de 1832, pois conferiu aos Juizes de Paz – também eleitos distritalmente – poderes bastante amplos. Por fim, a última lei que promoveu a descentralização, agora em nível provincial, foi o Ato Adicional que, promulgado em agosto de 1834, reformava a Constituição, criava as Assembléias Provinciais e conferia grande autonomia legislativa, tributária e administrativa às províncias.<sup>207</sup>

O “regresso conservador” levou adiante, então, a reforma dessas leis de caráter descentralizador. Três foram as medidas legislativas que se deram nessa ocasião: a lei de interpretação do Ato Adicional de maio de 1840, a lei de novembro de 1841, que recriou o Conselho de Estado e, por fim, a lei de dezembro de 1841, que reformou o Código de Processo Criminal. A única reforma que tardou mais um pouco foi a das Guardas Nacionais, que só se procedeu em 1850. Todas essas reformas procuraram atrelar as autoridades locais ao poder central do Império. Todas procuraram fortalecer o caráter centralizador do Estado. E, no seio de boa parte da historiografia, e também por publicistas fluminenses do período, esse processo foi denominado de “regresso conservador”.<sup>208</sup>

Mas ao analisarmos *O Carapuceiro*, essa expressão não recebe a mesma conotação. Lopes Gama apoiou todas essas reformas político-institucionais promovidas a partir de 1837, mas se voltou contra o “regresso”, porque para ele este termo significava o retorno ao absolutismo. Ele criticou, por exemplo, a “frouxeza das leis penais”, nos seguintes termos: “uma país corrompido sem nunca ter sido civilizado saltou repentinamente das penas das Ordenações do Livro 5º às do Código, que atualmente nos rege”. Ele estava se referindo a uma mudança brusca nos hábitos judiciários: um povo que sempre foi acostumado a ser julgado de acordo com as práticas absolutistas, tendo como base as Ordenações Régias,

---

<sup>207</sup> WERNET, Augustin. *O período...*, pp. 35-43; DOLHNIKOF, Miriam. “As elites...”.

<sup>208</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção...*; MATTOS, Ilmar R. *O tempo...*; SODRÉ, Nelson Werneck. *As Razões...*; WERNET, Augustin. *O Período...*

estava agora sendo regido por um sistema judiciário extremamente ameno. Ironizou ele, então, dizendo que antigamente bastava que uma pessoa fosse apanhada com “uma faca de ponta para ser degredada por 5 anos para África”, e “hoje (graças ao progresso, que nos trouxe o Código) o mesmo crime, sempre, e mui facilmente afiançável, manda o citado código que seja punido com 15 a 60 dias de prisão e multa correspondente a metade do tempo”.<sup>209</sup>

Nítida foi, então, a convergência entre as idéias de Lopes Gama e as do movimento que a historiografia denominou de “regresso conservador”: ambos criticavam as leis penais. Suas críticas são extremamente semelhantes às empreendidas pelos membros do Partido Conservador na mesma época. E, além das considerações mais genéricas e abstratas em relação ao sistema judiciário em vigor, havia também um objetivo imediato que estava em discussão: a punição aos rebeldes que participaram das diversas rebeliões.

Em abril de 1838, no momento da restauração da legalidade em Salvador após a “triste peripécia da Sabinada”, Lopes Gama disse que temia, devido às leis penais que permitiam essa brecha, que os rebeldes apenas fossem indiciados por crime de opinião política. Ele ironizou dizendo que, levados a Júri, os advogados dos rebeldes, “amoladinhos e palradores”, iriam citar o Artigo 110, capítulo 2º, Título 4º do Código Penal, juntamente com “teorias de Rossy, Carlos Lucas”, e demonstrariam, aos jurados que na “facínora Sabinada não se deu a reunião de uma ou mais povoações compreendendo todas mais de 20 mil pessoas” e que o crime dos rebeldes não passou de “crime de opinião política”. Continuou suas reflexões, referindo-se às atitudes dos rebeldes baianos: “Proclamaram, e criaram um Governo diverso daquele, que a Nação abraçara, e jurara, desconhecaram a autoridade dos Poderes Políticos estabelecidos pelo nosso Pacto Social: mas tudo o que é tudo isto, se não erro de opinião política?”<sup>210</sup>

Novamente Lopes Gama fez referência às leis vindas da Corte como fruto de um “Pacto Social” que estabelecia “Poderes Políticos” intocáveis. Essa tese já vinha sendo por ele defendida desde 1825 em relação à outorga da Carta Constitucional. E, no final das regências, defender a instalação de um tribunal especial que punisse com rigor os rebeldes,

---

<sup>209</sup> *O Carapuceiro* n. 29 (26/ julho/1837).

<sup>210</sup> *O Carapuceiro* n. 18 (4/abril/1838)

e criticar o júri popular, era uma forma de propor ascendência do poder central sobre o local em relação ao exercício do Poder Judiciário.<sup>211</sup>

Outra pauta central do “regresso conservador”, a reforma do Ato Adicional, também foi defendida por Lopes Gama, que enumerou alguns motivos que o estavam levando a “desconfiar do futuro, que nos aguarda”. Um desses motivos eram “as Assembléias Provinciais do modo por que as organizou o Ato Adicional, e pela confusão dos poderes, de que as revestiu”. Pediu então que fosse “reformado e quanto antes, esse Ato Adicional”. Mas suas proposições a esse respeito não se estenderam mais do que isso, e não é possível saber em que termos ele propôs a reforma do Ato Adicional e a reorganização das Assembléias Provinciais. Por que esse silêncio? Uma hipótese plausível é pensar que ele, desde 1835, quando foram instituídas as Assembléias Provinciais, vinha sendo eleito deputado dentro dessa casa. Será que ele criticaria publicamente uma instituição da qual fazia parte como deputado? É bem provável que não, pois, em agosto de 1839, defendeu esta assembléia das críticas que muitos pernambucanos vinham fazendo a ela: “Eu não pretendo panegirizar todos os atos da nossa Assembléia; mas o que se não pode negar com justiça é, que dela têm saído várias leis muitos profícuas à prosperidade desta Província”.<sup>212</sup>

Em um artigo de julho de 1838, “A oposição atual: carapuças de veludo”, ele abriu mão do pressuposto de que seu jornal não iria personalizar as críticas. Assim, criticou nominalmente alguns deputados da bancada oposicionista que acusavam o governo da situação de ser tirânico e absolutista, alegando que era muito comum soldados legalistas matarem rebeldes baianos deliberadamente. Nominou os seguintes deputados: Motezuma, Álvares Machado, Peixoto Alencar, Castro e Silva e Teófilo Otoni, todos membros do Partido Liberal, sendo que o último foi um dos líderes da Revolução Liberal de 1842 em Minas Gerais e São Paulo. Lopes Gama, sem citar essa divisão partidária entre Liberais e Conservadores, se colocou concretamente a favor dos últimos. Aliás, a proposta de criação de um tribunal especial de guerra defendida por Lopes Gama foi elaborada pelos governistas.<sup>213</sup>

---

<sup>211</sup> Apud. PESSOA, Reinaldo Xavier Carneiro (org.). *Diálogo...*

<sup>212</sup> *O Carapuceiro* n. 20 (30/maio/1839); *O Carapuceiro* n. 34 (16/agosto/1839).

<sup>213</sup> *O Carapuceiro* n. 47 (28/julho/1838).

Mas, como vimos, mesmo estando de acordo com as principais propostas do “regresso conservador”, Lopes Gama se dizia contra o “regresso”, pois essa expressão tinha a conotação de retorno ao absolutismo. E a historiografia não tem dado a devida atenção a este fenômeno que, se não aconteceu na prática, com movimentações políticas e militares efetivas, foi cogitado dentro dos espaços públicos de discussão política. Outros periódicos pernambucanos, como, por exemplo, o *Anti-regressista*, que circulou em 1836, e o *Constituição e Pedro 2º*, distribuído gratuitamente entre 1836 e 1837, atribuíram ao vocábulo “regresso” o mesmo significado que *O Carapuceiro*.<sup>214</sup>

Em um artigo intitulado “O Regresso”, Lopes Gama elaborou uma reflexão sobre o tema, dividindo a História do Brasil em três partes: colônia, período joanino - quando o Brasil foi elevado à categoria de Reino - e a época de vigência do Sistema Monárquico Constitucional Representativo. Mesmo achando que o Brasil passou muito rapidamente do absolutismo – regime das duas primeiras épocas históricas - ao Sistema Constitucional Representativo, ele considerou absurda a idéia de “regressar” a algum ponto anterior da história. Questiona então: “para qual dos dois pontos quer que regressemos? Agrada-lhes por ventura o estado de colonos de Portugal? (...) Quererão em suma, que tornemos à monarquia absoluta, d’onde a tanto custo, e tão gloriosamente, saímos?” Entendia ele a reação de muitos indivíduos que queriam amenizar as medidas descentralizadoras e democratizantes tomadas no início das regências, mas disse que “toda a reação exagera o resultado, que quer estabelecer”. Depois de maldizer o sistema absolutista por duas páginas, e sustentar a Monarquia Constitucional e Representativa, faz a seguinte ponderação:

Se me disserem, que várias leis, e Instituições nossas  
hão mister ser emendadas por se não compadecerem  
com as nossas circunstâncias, com os elementos da  
nossa população, convirei de muito bom grado, e por  
muitas vezes tenho insistido nessa idéia: mas isso  
chama-se própria, e exatamente *reforma*, e não  
*regresso*(...)<sup>215</sup>

Percebemos que a palavra “regresso” tinha a conotação de retroceder em relação a certos avanços históricos. Como vimos no início deste capítulo, Lopes Gama elaborou um ritmo ideal no qual a história deveria caminhar: por um lado, nada de mudanças bruscas ou

<sup>214</sup> CARVALHO, Alfredo de. *Annaes...*, pp. 162-163; NASCIMENTO, Luís do. *História...*, v. IV, pp. 141-144.

<sup>215</sup> *O Carapuceiro* n. 43 (14/julho/1838).

revoluções políticas; por outro, nada de retrocessos. Assim, percebemos que a discussão em relação às três distintas soberanias – a da nação, a monárquica e a popular – não existia mais nos anos finais das regências. No entanto, a discussão em relação ao questionamento “o que fazer com a revolução?” ainda ecoava de alguma forma. Não nos mesmos termos do início das regências, quando o 7 de Abril era um acontecimento recente, mas ainda refletindo sobre qual deveria ser a velocidade das transformações da sociedade. E a possibilidade de retroagir o processo histórico, de frear as transformações e regredir ao Antigo Regime parecia ainda ser plausível. Ao menos é o que indica a conotação atribuída ao vocábulo “regresso” utilizada por Lopes Gama. Com quem será que ele estava debatendo? Havia um interlocutor? Havia de fato absolutistas nessa época? Será correto o uso recorrente do termo “regresso conservador” para caracterizar o movimento que se processou a partir da queda do Regente Feijó em 1837? Certo é que, ao apoiar a política denominada de “regressista” na corte e, ao mesmo tempo, se autodenominar um “reformista”, o Padre Carapuceiro camuflava o conservadorismo de suas idéias, pois, ao negar o “regresso” ao absolutismo, conseguia conferir um ar mais moderno ao seu pensamento político tradicionalista. E também se tornava peculiar, único, original.<sup>216</sup>

## H – Os “republicanos”

Por fim, cabe ressaltar outro artifício discursivo utilizado por Lopes Gama em sua defesa de um Império Unitário regido por um sistema Constitucional e Representativo. Além de desvalorizar as identidades regionais em prol de uma supervalorização da identidade nacional, além de defender algumas proposições políticas bastante originais e outras que estavam sendo sugeridas pelo governo da situação (Partido Conservador), ele estereotipou um personagem bem característico: o “Republicano”. Sua intenção, ao construir essa caricatura, era desqualificar completamente qualquer tipo de rebeldia que ferisse a integridade do Império. Muito atrelado à imagem do “Quixote” da Confederação do Equador, o “Republicano” tinha características ainda mais sórdidas: só aspirava ao

---

<sup>216</sup> Outros números de *O Carapuceiro* que atribuem ao vocábulo “regresso” a conotação de retorno ao absolutismo: n. 7 (11/maio/1837); n. 5 (31/janeiro/1838); n. 61 (15/setembro/1838).

roubo, era um oportunista, só desejava enriquecer através das rebeliões, era, por vezes, assassino, enfim, era figura com os mais terríveis defeitos.

Em dezembro de 1837, sob o título “Reflexões acerca da Republica Palhaça de Piratinim”, disse que, se essas situações de revoltas continuassem a se repetir, todo o Brasil seria dilacerado na “voragem do roubo, da carnificina, e dos maiores horrores da guerra civil”. Em outro número do mesmo mês, ainda falando sobre a Revolução Farroupilha, escreveu: “que roubos, que violências, que mortandade, que estragos, que horrores, por que tem passado esse povo! E a quem são devidos esses males? A uma dúzia de espertalhões especuladores políticos, que querem ser grandes, ricos e poderosos(...)” Em seguida, caracterizou o Republicano como um hipócrita que vomita igualdade apenas para enganar as massas. Em outro número do mesmo mês, escreveu, que esses “especuladores políticos só aspiram ao roubo” e “não têm disposição para ganharem a vida por meio da indústria e do trabalho”. Seguiu ironizando a idéia de independência provisória durante a menoridade do Imperador veiculada na Bahia, e na seqüência fez referência ao ícone máximo dos Republicanos baianos: “a República da Bahia, ou independência provisória do Cidadão Sabino, e companhia tem a sua razão suficiente nos quinhentos contos de réis achados nos cofres da Tesouraria”.<sup>217</sup> Em março de 1838, Lopes Gama escreveu uma proclamação fictícia de um Republicano ao povo:

Dizem que para sustentar uma República Democrática são precisas muitas virtudes no Povo. E por ventura faltam-nos virtudes republicanas? Quem sabe dar uma facadinha melhor do que nós? Quem nos levará as lampas em empolgar o alheio, e em esvaziar uma loja ou um armazém. Façamos a nossa República, que tudo irá bem. Imitemos o grande Sabino, que hoje é Ministro de Estado da Cidade da Bahia, e já governa bastantes Nagôs.<sup>218</sup>

Cabe lembrar que os escravos nagôs exerciam grande influência política na cidade de Salvador, e tiveram participação ativa em rebeliões escravas, como a Revolta dos Malês em 1835, e também durante a Sabinada. E o trecho acima demonstra bem como Lopes Gama procurou caracterizar o Republicano. Ao lado da construção de um estereótipo, a

<sup>217</sup> *O Carapuceiro* n. 70 (10/dezembro/1837); *O Carapuceiro* n. 66 (2/dezembro/1837); *O Carapuceiro* n. 72 (21/dezembro/1837).

<sup>218</sup> *O Carapuceiro* n. 14 (3/março/1838). Cf. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835)*. São Paulo : Brasiliense, 1987.

ironia esteve sempre presente nos seus escritos. E, para utilizar um exemplo já vivido pelos pernambucanos, escreveu, em fevereiro de 1838, que a *Setembrizada* é o exemplo do que seria a república no Brasil. Este motim ocorrido no Recife em setembro de 1831 envolveu militares de baixa patente, escravos e parte da população livre de cor, os quais tomaram a cidade por três dias, saqueando vários estabelecimentos comerciais. “República no Brasil” - disse Lopes Gama em maio de 1839 - “(não cessarei em o repetir) é sinônimo de roubo, de matança, e de todos os crimes imagináveis”. Em março de 1839, citou o exemplo dos “horrores por que tem passado, e vão passando os nossos vizinhos da América do Sul”. Sua caricatura foi assim elucidada com exemplos atuais de nações geograficamente muito próximas, e com outro exemplo vivenciado em Pernambuco havia menos de uma década. O outro exemplo utilizado por ele, no entanto, era mais distante no tempo e no espaço, só que bastante presente na memória coletiva de todo o ocidente: a Revolução Francesa.<sup>219</sup>

Em novembro de 1838, Lopes Gama escreveu um artigo, “Espelho para os nossos Repúblicanos”. Neste, transcreveu um relato do Conde de Lanjuinais sobre o “Período do Terror” da Revolução Francesa. Trancadas “as portas exteriores”, “velhacos”, “impostores” e “caudilhos do exército revolucionário” formaram a “Comissão de Salvação Pública”. “Ali se engenhavam as conspirações mentirosas”. “Era também ali que os outros membros da Convenção, criminosos por fraqueza iam mendigar milhões”. Após longa transcrição, na qual foi mostrado, segundo o Padre Carapuceiro, o “estado horrível da França em os dias da sua vertigem democrática”, disse ele: “Pernambucanos, refleti neste painel, vede quais são os furtos da demagogia”.<sup>220</sup> Em maio de 1839, após fazer algumas reflexões sobre os últimos acontecimentos no Rio Grande do Sul, transcreveu uma tradução que fez de um livro intitulado *A República, ou o Livro de sangue*, que falava sobre os horrores da Revolução Francesa, ou seja, das “lições da História”. Segue uma estrofe dessas décimas:

Honra, piedade vereis

<sup>219</sup> *O Carapuceiro* n. 9 (14/fevereiro/1838); *O Carapuceiro* n. 19 (28/maio/1839); *O Carapuceiro* n. 10 (2/março/1839).

<sup>220</sup> *O Carapuceiro* n. 66 (3/novembro/1838). A Comissão (ou Comitê) de Salvação Pública foi um órgão criado pelo governo jacobino, liderado, entre outros, por Robespierre e Danton, em abril de 1793, ou seja, três meses depois da execução de Luis XVI. O objetivo da Comissão era organizar a defesa do país, que se encontrava ameaçado pelas monarquias vizinhas, e restabelecer a ordem interna. Vinculado à comissão, estava o Tribunal Revolucionário, que executou 17.000 pessoas e prendeu 300.000 durante o “período do terror”. ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. *Toda a história*. História Geral e do Brasil. São Paulo : Ática, 2000, pp. 244-245.

Não mais servirem de leis;  
 Pois só é a morte que governa,  
 Pendurado na lanterna  
 Quem julga amigo dos Reis.<sup>221</sup>

Por fim, em outro artigo de *O Carapuceiro*, de março de 1839, “Os maus frutos da Revolução Francesa”, Lopes Gama construiu uma memória trágica desse evento, com o intuito de deslegitimar a atitude dos Repúblicanos e relacioná-los aos jacobinos. Percebemos, assim, como ele manipulou a memória de vários acontecimentos históricos, desde a Confederação do Equador até a Revolução Francesa, e construiu um discurso bastante incisivo na busca de que seus objetivos políticos atingissem em cheio as emoções de seu público. Observe-se que esta apropriação negativa da Revolução Francesa foi um fenômeno mais amplo. Em uma das mais importantes livrarias do Rio de Janeiro durante o primeiro reinado, 80% dos títulos vendidos eram em língua francesa, e, dentre estes, 60% foram impressos na época da Restauração, ou seja, a partir de 1815. Trata-se de um dado bastante significativo que demonstra o que era lido pelo público brasileiro, e de que forma estes tenderiam a enxergar a Revolução Francesa.<sup>222</sup>

\*\*\*\*\*

Observamos que existiram duas fases bastante distintas de *O Carapuceiro* em relação às propostas políticas que este jornal veiculava. A primeira iniciou-se em 1832 e durou até 1834. A segunda se iniciou em 1837 e seguiu até 1842. A primeira fase, que esteve inserida no contexto da abdicação do Imperador, foi marcada por algumas características: defesa do federalismo, defesa da soberania da nação em relação à soberania monárquica e à popular, construção da idéia de que a “revolução do 7 de abril” era um acontecimento encerrado, e, por fim, a elaboração de um discurso que propugnou pela nacionalização do Estado, evocando uma “causa nacional” e atacando ferozmente a restauração com certa dosagem de lusofobia. A segunda fase, que esteve inserida na conjuntura do “regresso conservador” (não seria prudente formular um novo termo?), foi marcada por propostas muito diferenciadas em relação à primeira fase: defesa da unidade

<sup>221</sup> *O Carapuceiro* n. 19 (28/maio/1839).

<sup>222</sup> MOREL, Marco. *As transformações...*, p. 37.

do Império através de algumas proposições políticas concretas, formulação de uma identidade nacional que deveria ser hierarquicamente superior às identidades regionais e desqualificação caricata dos intuitos republicanos. Em ambas as fases, Lopes Gama utilizou vários artifícios retóricos que potencializaram bastante seu discurso, como, por exemplo, a manipulação da memória, a ironia e, por vezes, a linguagem cáustica. Cabe lembrar que *O Carapuceiro* esteve sempre protegido pela égide de “periódico sempre moral”.

Mas há um aspecto, relativo ao mundo político, que percorreu *O Carapuceiro* durante todo o período em que foi publicado: a construção de uma visão específica sobre o povo brasileiro. Desde 1832 até 1842, ele sustentou que os brasileiros não estavam aptos a ser regidos por instituições democráticas. Este talvez seja o aspecto mais interessante desta fonte, e que revela uma importante vertente do pensamento conservador imperial muitas vezes escamoteada pela historiografia.

## CAPÍTULO 3 – UMA CARAPUÇA PARA O POVO

### A - Instituições representativas e práticas democráticas

A formação do Estado e da nação no Brasil se processou em uma época em que instituições representativas e práticas democráticas começavam aos poucos a se difundir em todo o mundo ocidental. A democracia que existiu no Brasil escravista esteve circunscrita, é evidente, dentro dos moldes e limites que a época impunha – apenas aqueles com certo cabedal tinham direitos políticos. Aliás, em todo o mundo atlântico isso foi fator comum, pois a idéia de fornecer direitos políticos a toda a população não era levada a sério nem nos Estados Unidos nem na Europa. Assim, quando falarmos em democracia a partir de agora, fique claro que não estamos tratando da democracia do século XXI, e sim de um regime censitário e excludente, mas que já demonstrava que as sociedades estavam se transformando, pois práticas do Antigo Regime cediam lentamente espaço para a modernidade política.<sup>223</sup>

Não se pode perder de vista que, no final do século XVIII, a primeira república do mundo havia sido efetivada, os Estados Unidos da América, e que ali várias instituições eletivas consolidaram-se. Não se pode perder de vista também os ecos da Revolução Francesa por todo o mundo atlântico, tema tratado brevemente nos capítulos anteriores. No mundo Ibérico, as modernas práticas políticas foram estabelecidas pela primeira vez durante as Cortes de Cadiz (1810-1812). Deputados foram eleitos em todos os rincões da monarquia espanhola e enviados para os debates constituintes, e juntas governativas foram compostas para exercer o poder local durante o conturbado período da invasão francesa. Esse modelo político espanhol de 1812 influenciou diretamente os constitucionalistas lusos de 1820, pois enquanto não se tinha uma constituição, foi decidido que o império português seria regido temporariamente pela Constituição de Cadiz. Isso se processou também nas províncias do Brasil, depois de muita turbulência e resistência daqueles que outrora eram os detentores do poder e beneficiavam-se com as premissas do Antigo Regime. Os anos de 1820 e 1821 foram muito marcantes, pois as capitanias da antiga colônia, agora

---

<sup>223</sup> SLEMIAN, Andréia. “*Seriam todos cidadãos? Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824)*”, in: JANCSÓ, Istvan. (org.) *Independência...*, pp. 829-849.

denominadas de províncias, se autogovernaram através de juntas governativas (em alusão ao modelo formulado em Cadiz) e elegeram deputados para serem enviados para as cortes de Lisboa. Cabe destacar que as eleições – segundo o modelo de 1812 - eram censitárias e em vários graus. O cidadão votava em sua paróquia para os compromissários que nomeavam os eleitores de paróquia. Estes últimos, reunidos, designavam os eleitores de comarca, que elegiam os eleitores de província e que escolhiam, por fim, os deputados. Ao todo 72 deputados foram eleitos, num processo eleitoral bastante confuso e indefinido, sendo que os padres eram quem atestavam as qualidades requeridas para ser cidadão ao consultar os registros paroquiais.<sup>224</sup>

Com a chegada da bancada paulista a Lisboa em fevereiro de 1822, iniciaram-se as desavenças entre deputados brasileiros e portugueses e, num processo de alta complexidade, transcorreu a separação entre os dois lados do Atlântico. D. Pedro convocou todas as províncias do Brasil a enviarem deputados para participar da Assembléia Constituinte ainda em junho de 1822 e, após muitos embates, esta foi dissolvida em novembro de 1823. Assim, em 1824, foi outorgada a primeira Constituição do Brasil, que, apesar de imposta, continha vários elementos do ascendente liberalismo, entre eles podemos destacar os cargos eletivos. Visto que o poder legislativo era bicameral, a câmara dos deputados foi considerada a instituição mais popular. Sendo a legislatura de 4 anos, as províncias elegiam diretamente seus representantes. Já os senadores eram vitalícios, e quem os escolhia era o Imperador, a partir de uma listra tríplice enviada pelas províncias.<sup>225</sup>

O poder executivo local se quedou sob a esfera de influências do Imperador, pois, segundo a lei de 20 de outubro de 1823, era este quem nomeava os presidentes de província. A instituição eletiva local era o Conselho Geral de Província, que, segundo a carta magna de 1824, em seu artigo 81, tinha por “principal objeto propor, discutir, e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas Províncias; formando projetos peculiares, e acomodados às suas localidades e urgência”. Sendo constituído de 13 a 21 membros, dependendo do tamanho da província, esse conselho não teve uma função muito clara e definida dentro do funcionamento político imperial, e a historiografia ainda precisa

---

<sup>224</sup> BERBEL, Márcia. *A nação...*, pp. 57-81; CANÊDO, Letícia Bicalho. “Aprendendo a votar”, in: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo : Contexto, 2003, p. 522-524.

<sup>225</sup> Sobre a importância da chegada da bancada paulista no processo de rompimento entre deputados brasileiros e portugueses, ver BERBEL, Márcia. *A nação...*, pp. 73-81 e 127-140.

investigar a real esfera de influência dessa instituição extinta em 1834. Nesse ano, os Conselhos Provinciais transformaram-se nas Assembléias Provinciais, sendo criado, dessa forma, o poder legislativo local. Cabe destacar que todo esse sistema político se consolidou através de muita intriga, muita indefinição, muita fluidez, ou seja, que a mera formulação constitucional ou legal não significou automática efetivação de todo um novo aparato governativo. As décadas de 1820 e 1830 foram, na verdade, um laboratório de experiências políticas as mais diversas. A breve descrição aqui empreendida pode acabar por simplificar um processo que não foi de forma alguma simples e isento de contradições.<sup>226</sup>

Para todas as instituições eletivas provinciais, era necessário que transcorresse um processo eleitoral, algo bastante complicado, dada a enorme extensão territorial do Brasil, as grandes falhas dos censos da época e, inclusive, a falta de uma identidade nacional claramente definida, pois, como disse o botânico francês Saint-Hilaire, que viajou pelo Brasil entre 1816 e 1822, “havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia brasileiros”.<sup>227</sup> Mas, a despeito de todas essas complexas implicações, a constituição de 1824 formulou diretrizes para o nascente sistema eleitoral e, inspirada no constitucionalismo ibérico, estabeleceu eleições indiretas, ou seja, em dois graus. No primeiro grau, os votantes escolhiam em suas paróquias os eleitores de província. Estes, também chamados eleitores de segundo grau, seguiam rumo à capital da província para eleger a lista tríplice para o senado, os deputados e os conselheiros de província (depois deputados provinciais). Os votantes deveriam ter uma renda anual mínima de 100 mil réis, e os eleitores de 200 mil. Estavam excluídos os escravos, as mulheres, os indígenas, os filhos de família vivendo com os pais, salvo quando fossem funcionários públicos, e os religiosos que viviam em comunidade claustral. Estavam incluídos os nascidos no Brasil e os estrangeiros naturalizados com mais de 25 anos, os oficiais militares com mais de 21 e os bacharéis e padres sem limite de idade.<sup>228</sup>

---

<sup>226</sup> Sobre os presidentes de província, ver SLEMIAN, Andréa. “‘Delegados do chefe da nação’: a função dos presidentes de província na nova ordem constitucional no Brasil (1823-1834)”, texto apresentado no Seminário Internacional *Brasil: de um Império a outro (1750-1850)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, setembro de 2005. Constituição Política do Império do Brasil (1824), in: *Constituições do Brasil*. São Paulo : Atlas, 1979, pp. 662-663.

<sup>227</sup> Apud. CANÊDO, Leticia Bicalho. “Aprendendo...”, p. 524. Ainda sobre a falta de uma identidade nacional claramente definida à época da formação da nação, ver o já citado trabalho de JANCSO, Istvan; PIMENTA, João Paulo Garrido. “Peças...”.

<sup>228</sup> CANÊDO, Leticia Bicalho. “Aprendendo...”, p. 525-526, e Capítulo VI da Constituição Política do Império do Brasil (1824), in: *Constituições...*, pp. 664-665.

Até 1875, não foram impostas leis que determinassem como a renda seria comprovada. Assim, o alistamento, até o ano de 1842, acontecia no dia das eleições em cada paróquia, e quem o organizava era uma mesa eleitoral, presidida por um juiz que deveria decidir sobre a idoneidade dos votantes e verificar se realmente tinham condições de participar do pleito, relacionar o número de eleitores, determinar o início e o fim das eleições e, ao fim, apurar os votos. A partir de 1842, esse processo de listagem passou a ser feito um dia antes das eleições por uma junta local de qualificação, mas ainda não havia nenhum documento que identificasse do eleitor. A votação acontecia nas paróquias e era antecedida por uma missa, sendo que o padre e o juiz indicavam o nome dos mesários que eram aprovados por aclamação. Segundo Letícia Bicalho Canêdo, “durante todo o processo, as rejeições e aprovações dos cidadãos sempre levaram a contendas e a turbulências, o que limitava o poder imenso das mesas eleitorais”. Segue a autora dizendo que isso era “resultado de competição entre facções locais” e que “a imensa camada de homens pobres, agregados e pequenos empregados, (...) acorria às eleições em bandos porque recrutada por seus padrinhos que montavam guarda no local de votação”. Pode-se imaginar como foram confusas e desregradas as eleições durante as primeiras décadas do Império.<sup>229</sup>

Os votantes depositavam seus votos em uma urna improvisada, escrevendo o nome e a profissão dos candidatos em um papel que traziam de casa. Se uma paróquia tivesse porte para nomear 11 eleitores de província, deveriam ser escritos 11 nomes no papel, sendo a assinatura do votante obrigatória para evitar fraudes, o que retirava o caráter secreto da escolha. Os candidatos a eleitores de província não precisavam se inscrever previamente, nem ser filiados a nenhum partido (os primeiros partidos surgiram no final das regências). Os eleitores de província escolhidos nas paróquias seguiam para a capital da província e votavam nos nomes dos deputados, senadores ou conselheiros. Assim, só conseguiriam se eleger para cargos provinciais aqueles que tivessem votos oriundos de várias localidades, o que, segundo Canêdo, produziu um “Legislativo no qual um agrupamento político detinha todas, ou quase todas, as cadeiras, sem espaço para a representação das minorias”.<sup>230</sup>

---

<sup>229</sup> Ibidem, pp. 526-527.

<sup>230</sup> Ibidem, pp. 527-528.

Em nível distrital ou paroquial, já era prática desde os tempos coloniais a escolha dos oficiais da Câmara Municipal, participando desse processo apenas os denominados “homens bons”, ou seja, a aristocracia local. As Ordenações Filipinas desde o século XVII regulamentavam esse processo eleitoral, “mas o sistema se adaptava muito a cada costume local, pois as autoridades, embora com instruções e leis a obedecer, procediam, em geral, sem atenção a documentos ordenadores”. Esse processo sofreu algumas modificações advindas do liberalismo oitocentista através da lei de 1º de julho de 1828, mas os vereadores continuaram a ser escolhidos localmente, e por eleição direta, pois os votantes de paróquia já definiam quem seriam os componentes da Câmara Municipal por um mandato de 4 anos.<sup>231</sup>

Outra função definida através de eleições diretas era a do juiz de paz, que a principio deveria exercer funções conciliatórias em pequenos litígios, mas acabou por acumular funções judiciais, administrativas e policiais. A Constituição de 1824, em seu artigo 161, promulgou que, “sem se fazer constar que se tem intentado o meio da reconciliação, não se começará processo algum”, e no artigo 162 decretou que, “para este fim haverá Juízes de Paz, os quais serão eletivos pelo mesmo tempo, e maneira, por que se elegem os vereadores das Câmaras”. Já sendo antigo o conceito jurídico de conciliação, pois as Ordenações Afonsinas (1446) já contemplavam essa noção, foi a Constituição Francesa de 1791 que deu contornos modernos a essa prática, instituindo os *Juges de Paix* e, dessa maneira, influenciando diretamente os legisladores brasileiros do século XIX. E, já previsto constitucionalmente, este juiz conciliador só foi regulamentado por lei em 15 de outubro de 1827. Após a abertura da primeira legislatura em 1826, os deputados e senadores se dividiram em duas grandes tendências, sendo que uns defendiam que o poder dos juízes de paz deveria estar limitado aos termos constitucionais, ou seja, aqueles deveriam ser simples conciliadores. Outros queriam conceder amplas atribuições judiciárias, policiais e administrativas a esses magistrados leigos. A segunda tendência saiu vitoriosa, ainda mais depois da promulgação do Código de Processo Criminal em 1832, que, embalado pelo avanço liberal oriundo do 7 de abril, ampliou desmedidamente os poderes dos juízes de paz. Assim, o Império estabeleceu, ao lado das magistraturas

---

<sup>231</sup> Ibidem, p. 520; VIEIRA, Rosa Maria. *O Juiz de Paz do Império a nossos dias*. Brasília : Thesaurus, 1997.

profissionais, de carreira, uma magistratura popular, com enormes poderes e encargos sob uma área denominada “distrito de paz”.<sup>232</sup>

Durante o início do período das regências, ou melhor, de 1831 a 1837, foi nítida a ampliação das instituições representativas e das práticas democráticas. Em face da necessidade de nacionalizar o Estado após a abdicação, os legisladores brasileiros procuraram iniciar esse processo por uma das engrenagens centrais da máquina estatal, o exército, que contava antes do 7 de abril com muitos portugueses em seus quadros, tanto nos baixos como nos altos escalões, constituindo-se uma ameaça à soberania da nação. Assim, em agosto de 1831, criou-se a Guarda Nacional, sendo que o regulamento que a estabeleceu continha vários artigos copiados da lei francesa que cunhou instituição de mesmo nome meses antes. Também com o objetivo de reduzir os efetivos do exército, que vinha promovendo vários motins tanto no Rio de Janeiro como em outros núcleos urbanos nos idos de 1831, formulou-se a idéia de uma milícia cidadã, constituída por cidadãos em armas. Os recrutas deveriam ter renda mínima anual de 200 mil réis nas grandes cidades e 100 mil nas demais regiões. Sua organização era distrital, com um Comandante por localidade. O Estado teria despesas diminutas, apenas arcando com a distribuição de armamento, bandeiras, tambores, cornetas, trombetas, material de escritório e soldo dos instrutores. O artigo primeiro da legislação referente a essa milícia concentra todo o seu programa de ação, quando determina aos seus componentes “defender a Constituição, a Liberdade, a Independência, e a Integridade do Império; para manter a obediência às Leis, conservar, ou restabelecer a ordem e a tranqüilidade pública, e auxiliar o Exército de linha na defesa das fronteiras e costas”. Em seguida, o mesmo artigo determina que “toda a deliberação tomada pelas Guardas Nacionais acerca dos negócios públicos é um atentado contra Liberdade”, deixando claro que não foi formulada uma milícia deliberante, e que os guardas nacionais estavam subordinados, sucessivamente, aos juízes de paz, aos juízes criminais, aos presidentes de Província e, finalmente, ao Ministro da Justiça.<sup>233</sup>

A grande novidade da Guarda Nacional estava, entretanto, no sistema eletivo para os postos de oficiais, sendo que as eleições se processavam em cada paróquia ou curato, sob os auspícios do juiz de paz, e o mandato era de 4 anos com direito a reeleição. A

---

<sup>232</sup> Constituição Política do Império do Brasil (1824), in: *Constituições...*, pp. 671-672; VIEIRA, Rosa Maria. *O juiz...*, pp. 31-42, 59-96, 163-243.

<sup>233</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia...*, pp. 19-26.

eleição dos oficiais levou Sérgio Buarque de Holanda a afirmar que “um dos distintivos de nossa Guarda Nacional de 1831, pode-se dizer desde já, está nisto que, apesar de deparar aqui com uma sociedade eminentemente inigualitária, nasce sob o signo da democracia”, e que “se fez questão de agregar em suas fileiras, numa promiscuidade destoante dos costumes nacionais, o ‘fidalgo’ ao lado do tendeiro e, mais ainda, em admitir que um ex-escravo pudesse ser comandante de seu antigo senhor”. É nítido, pois, o caráter altamente democrático desta organização militar não profissional.<sup>234</sup>

Em 1832, como já afirmamos, foi promulgado o Código de Processo Criminal, considerado um dos regulamentos mais liberais da época e que reiterava e ampliava a autoridade dos juízes de paz. O Ato Adicional (1834) também representou um avanço da idéia de representatividade. Em primeiro lugar, porque permitiu aos cidadãos ativos que elessem o Regente, o representante máximo da nação durante a menoridade do Imperador, sendo essa uma premissa que, segundo Lopes Gama, fez dos tempos regenciais uma democracia sob a máscara de monarquia. Em segundo lugar porque permitiu, através da criação das Assembléias Provinciais, que as localidades se desgarrassem da corte e elessem deputados que seriam responsáveis por criar impostos e gerar condições para uma autonomia tributária; por nomear empregados; criar, extinguir e modificar empregos e por constituir uma força policial.<sup>235</sup>

Mas as práticas democráticas e as instituições representativas, que nasceram junto com o Estado-nação no Brasil, foram severamente criticadas por Lopes Gama. E, ao fim das regências, os pressupostos democráticos acabaram sofrendo grandes restrições.

## **B - O estado social e o estado político**

Lopes Gama veiculou a idéia de que o povo brasileiro não estava apto para a democracia durante os dez anos de publicação de *O Carapuceiro*. Dizia ele que os costumes e hábitos do brasileiro não forneciam bases sólidas para que instituições democráticas pudessem ter sucesso. Nos três primeiros anos de publicação -1832, 1833 e

---

<sup>234</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Préfacio”..., p. XX. Sobre o recrutamento e sobre as estratégias da população livre para escapar das fileiras da Guarda Nacional, ver MOURA, Denise. “A farda do tendeiro: cotidiano e recrutamento no Império”, in: *Revista de História Regional*, Vol. 4, n. 1, Verão 1999, pp. 37-55.

<sup>235</sup> *O Carapuceiro*, n. 70 (10/dezembro/1837); DOLHNIKOFF, Miriam. “As elites...”.

1834 -, no entanto, essa formulação ainda não aparecia de maneira consistente. Mas alguns traços desse pensamento já podem ser detectados.

Em abril de 1832, usando a primeira pessoa do plural e deixando claro que se referia à falta de preparo dos brasileiros, disse que “não temos todos os requisitos” para a república. Veremos, ao longo deste capítulo, que a palavra “república” foi empregada em *O Carapuço* com uma conotação muito semelhante à idéia de democracia que vigorava naquela época. Em março de 1833, em um artigo intitulado “As caballas”, ele criticou a maneira pela qual estavam sendo escolhidos os representantes da nação. Discorrendo sobre a prática da “caballa”, que segundo ele consistia em pilhar “votos para Deputados, para Juizes de Paz, Conselheiros do Governo, Camaristas etc...”, ele ridicularizou um dos eixos centrais do sistema representativo – as eleições. Os eleitores não procuravam “adquirir esclarecimentos sobre a capacidade dos pretendentes”, e por isso, para ser deputado, “basta andar em dois pés, ter uma figura humana, e saber caballar”. As intrigas, as alianças, os conchavos, as trocas de favores, a bajulação e a oferta de empregos públicos eram para Lopes Gama os fatores decisivos no processo eleitoral. Em junho de 1833, Lopes Gama lançou um questionamento acerca de uma das instituições que contemplavam cargos eletivos no seu interior: “Serão as Guardas Nacionais, no Brasil, tais quais devem ser, atenta à qualidade da nossa população, atenta aos nossos hábitos, e outras circunstâncias?” Concluiu ele que não, que a população do Brasil era muito mal-educada para o bom funcionamento das Guardas Nacionais e que não se pode imitar instituições estrangeiras sem adaptá-las à realidade local, pois a “legislação tem que ser acomodada ao Povo, e não o Povo torcido para a Legislação, que lhe não convém”.<sup>236</sup>

Apesar de já explicitar essas idéias no início da década, Lopes Gama encontrará subsídio para aprofundar suas formulações em uma obra publicada em 1835 por Alexis de Tocqueville: *Democracia na América*. É bastante nítida, como veremos, a influência que este pensador francês exerceu sobre o Padre Carapuço. Outros pensadores também o influenciaram, como se observa ao listar os autores citados nominalmente nas páginas de *O Carapuço*. A começar pelos autores latinos, aos quais Lopes Gama vinculou sua sátira e

---

<sup>236</sup>*O Carapuço* n. 3 (20/ abril/1832), n. 42 (2/ março/1833), n. 58 (22/junho/1833). J. B. de Castro afirma, erradamente, que apenas dentro do parlamento foram proferidas críticas aos legisladores brasileiros que copiaram quase literalmente as leis que criaram as Guardas Nacionais francesas, sem levar em consideração as peculiaridades locais. Lopes Gama, no Recife, também fez essa crítica na imprensa periódica. CASTRO, J. B. de. *A milícia...*, pp. 19-22.

sua crítica de costumes, e que provavelmente foram bastante lidos por ele dentro do claustro da ordem beneditina, uma vez que fez da transcrição de frases em latim uma prática usual de seus escritos. Juvenal, poeta satírico romano que viveu no século I d. C., autor da frase “ridendo castigat mores” (“com riso corrigem-se os costumes”), é diversas vezes retomado. Marcial - autor da frase exposta no cabeçalho de *O Carapuceiro* - e Aulo Pérsio são outros autores romanos do século I referidos. A autodefinição de Lopes Gama como um crítico de costumes também se sustentou em autores mais recentes, como o poeta satírico português do século XVIII Nicolau Tolentino, o moralista francês do século XVII Jean de La Bruyère e o ícone das comédias satíricas francesas do século XVII, Molière. Mas, como a intenção aqui não é enveredar para a crítica de costumes, a literatura política que influenciou o Padre Carapuceiro é o que nos interessa.<sup>237</sup>

Apesar de vários autores serem citados nas páginas de *O Carapuceiro*, como Benjamin Constant, Rousseau, Mably, Saint-Simon, Adam Smith, Ricardo, Guizot, Torembert, Chateaubriand, Montesquieu, entre outros, nos deteremos aqui em empreender uma relação entre Tocqueville e Lopes Gama, visto que este foi notadamente influenciado por aquele no modo de enxergar a democracia. Alexis de Tocqueville é citado nominalmente duas vezes pelo Padre Carapuceiro, em janeiro de 1838 e em setembro de 1839, mas traços do pensamento tocqueviliano podem ser encontrados em diversos artigos. Mostrando respeito e admiração pelo autor francês, Lopes Gama se referiu a ele, na primeira citação, como o “mui judicioso Aléxis de Tocqueville”, e na segunda como “o sábio Tocqueville” que viajou pelos Estados Unidos com “grande discernimento”.<sup>238</sup>

Alexis Charles Henri Clerel de Tocqueville nasceu em Paris em julho de 1805. Seus pais, de origem nobre, foram presos durante os dias mais radicais da revolução francesas e escaparam do cadafalso graças ao 9 de Termidor. Com a Restauração monárquica em 1815, seu pai iniciou a carreira política, sendo prefeito de Metz, de Amiens e de Versalhes, e o próprio Tocqueville também ingressou em funções públicas nos últimos dias da monarquia Bourbon, tendo sido nomeado juiz auditor no tribunal de Versalhes em 1827. A essa altura da vida, já havia cursado Direito em Paris. Com a deposição dos Bourbon em julho de 1830, Tocqueville se viu desiludido e, não acreditando que conseguiria prosseguir com suas

<sup>237</sup> *O Carapuceiro* n. 44 (15/março/1833), n. 54 (25/maio/1833) e n. 9 (23/fevereiro/1839).

<sup>238</sup> *O Carapuceiro* n. 5 (31/janeiro/1838) e o n. 38 (3/setembro/1839).

atividades jurídicas, escreveu a seu irmão em agosto do mesmo ano, questionando-se: “conservo meu ofício; porém, por quanto tempo? Não o sei. Na magistratura se passa o mesmo que no exército, está humilhada”. E realmente ele não conservou no seu ofício por muito tempo, pois em abril de 1831 embarcou com seu amigo Gustave de Beaumont para os Estados Unidos após conseguir uma permissão do governo para estudar o sistema penitenciário dessa democracia do Novo Mundo.<sup>239</sup>

Segundo François Furet, a análise das prisões norte-americanas foi apenas um pretexto, e que o sentido mais profundo desta viagem está no fato de que, nos Estados Unidos, Tocqueville poderia refletir e observar um país no qual um regime político se sustentava sem a existência de uma nobreza, um país no qual tudo convergia para a democracia. Cabe frisar que a palavra democracia significava para Tocqueville igualdade de condições, ausência de distinções sociais. Tratava-se de um nobre tentando entender as razões da derrota de sua classe social, e não havia lugar melhor para isso do que uma nação onde não havia condições sociais para a existência de sua classe. Os dois pólos do pensamento tocqueviliano, segundo Furet, eram a nobreza (os vencidos) e a democracia (os vencedores). Assim, baseado em suas próprias vivências, pois Tocqueville foi testemunha ocular do processo revolucionário francês da primeira metade do século XIX, ele formulou a idéia de que as sociedades caminhavam inexoravelmente rumo a um estado democrático. O primeiro volume de *Democracia na América* (1835) é fruto dessa peculiar trajetória de vida.<sup>240</sup>

Apesar de bastante distintas, as trajetórias de Tocqueville e Lopes Gama podem ser comparadas. Ambos não enxergavam com bons olhos o processo revolucionário. Ambos estavam em posições sociais que seriam prejudicadas por eventos revolucionários. No caso de Tocqueville, isso realmente ocorreu, visto que a Revolução Francesa prejudicou sua família e a revolução de 1830 afetou a ele próprio. No caso de Lopes Gama, isso não chegou a ocorrer, pois os dois processos revolucionários ocorridos em Pernambuco não tiveram sucesso, e, com a restauração da ordem, ele acabou sendo beneficiado, tanto em

---

<sup>239</sup> “Carta de Tocqueville a seu irmão Hipólito, 18 de agosto de 1830” in: TOCQUEVILLE, Alexis de. *Igualdade social e liberdade política: uma introdução à obra de Alexis de Tocqueville*. São Paulo : Nerman, 1988, p. 21.

<sup>240</sup> FURET, François. “O sistema conceptual da Democracia na América”, in: TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. São Paulo : Martins Fontes, 1998, pp. xi-xx.

1817, quanto em 1824. Mesmo não sendo nobre, mas de origem urbana, a família de Lopes Gama era beneficiária do antigo sistema colonial, pois ocupava cargos de poder dentro do aparato estatal, e revoluções poderiam reverter esse quadro. A adesão do Padre Carapuceiro a “revolução de 7 de abril”, se deu, como já foi observado no capítulo 2, muito mais no sentido de apoio à nacionalização do Estado que em função de uma luta contra o establishment. O posicionamento desse padre provinciano em relação ao processo revolucionário foi, portanto, muito semelhante ao do nobre francês. Ademais, para Tocqueville os povos europeus eram “revolucionários” e não “democráticos”, pois a desigualdade de condições gerava inevitavelmente revoluções, em sua opinião algo extremamente ruim. Lopes Gama, em janeiro de 1838, disse que os brasileiros passaram “infelizmente sem nenhuma transição de colonos a Povos livres”, e que subiram de um salto “muitos degraus do progresso social”. Em seguida, citou o “mui judicioso Tocqueville” com a seguinte frase: “a liberdade (...) nasce ordinariamente no meio de tempestades”. Em outro artigo, de maio de 1837, também expôs essa concepção tocqueviliana de marcha da história, dizendo que o Brasil errou ao passar tão bruscamente de um regime colonial para um sistema representativo, pois a revolução deveria ser lenta, e nos hábitos e idéias do povo.<sup>241</sup>

Para Tocqueville, no entanto, havia uma nação que não necessitou passar por tempestades ou revoluções para atingir o estado democrático – os Estados Unidos. Hoje podemos discordar dessa afirmação, pois sabemos quão violento foi o processo de independência dos E.U.A. Mas o que o pensador francês quis destacar foram as características peculiares da população americana, pois ali não estavam arraigados costumes e hábitos que valorizavam distinções sociais, e as bases para uma sociedade igualitária estavam postas por um processo natural. Ali havia a valorização das aptidões pessoais e uma hierarquia social extremamente móvel. O subtítulo do primeiro volume de *Democracia na América* é muito sugestivo neste sentido – “de certas leis e costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático”. Reside aí uma das características centrais do pensamento de Tocqueville, a relação entre o estado social e o estado político. Estado social, diz Tocqueville, “é

---

<sup>241</sup> Ibidem, pp. xx; *O Carapuceiro*, n. 5 (31/janeiro/1838) e n. 7 (11/maio/1837). Ver ainda, sobre esta temática, BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. “Tocqueville e a Revolução”, in: *As aventuras do pensamento*. Curitiba : Ed. da UFPR, 1993.

geralmente produto de um fato, às vezes de leis, mais freqüentemente das duas causas reunidas; mas dado que ele existe, pode-se considerá-lo como causa primeira da maioria das leis, dos costumes e das idéias que regulam a conduta das nações”. Segundo Furet, Tocqueville tentou compreender “um estado de espírito (...) que se pode também chamar de costumes nacionais e que produz, dia após dia, a independência do social e o seu primado sobre o político”. Enfim, para Tocqueville, os costumes, o protestantismo, a uniformidade de hábitos entre os habitantes da cidade e do campo, as luzes do esclarecimento presentes em grande parte da população – tudo isso compunha o cerne do estado social democrático americano. E o estado político, por sua vez, era subordinado a todos esses fatores.<sup>242</sup>

Lopes Gama bebeu dessa fonte, e, ao refletir sobre a sociedade brasileira, aplicou esses conceitos em *O Carapuceiro* de maneira peculiar. Em dezembro de 1837, ironizando a recém-proclamada República de Piratini, disse:

Quando se diz aos nossos Republicueiros, que o Brasil não está nas circunstâncias de governar-se Democraticamente, apontam-nos mui ufanos para os Estados Unidos da América do Norte, para a sua grandeza, e prosperidade, como se tivéssemos os mesmo elementos, como se o Brasil fosse povoado por famílias escolhidas, por filósofos, como se a nossa população fosse criada, como a daqueles Estados, com o leite da liberdade: eu porém apontarei aos nossos Republicueiros, os Estados do Sul da América, as ex-colônias Espanholas(...)<sup>243</sup>

Em primeiro lugar, fica evidente a apropriação das idéias formuladas por Tocqueville de que os norte-americanos eram “filósofos”, “famílias escolhidas”, “população criada” com o “leite da liberdade”. Em segundo lugar, é reveladora a preferência em comparar os brasileiros com os habitantes das ex-colônias espanholas, que se tornaram repúblicas, e “depois de males incalculáveis”, debatiam-se e lutavam “na voragem da guerra civil”. Se para o pensador francês seria impossível transplantar as leis americanas para a Europa, pois no Velho Mundo os costumes eram muitos distintos, para Lopes Gama seria impossível transplantar essas leis para o Brasil pelo mesmo motivo. Em artigo de dezembro de 1837, agora ridicularizando a República na Bahia, o Padre Carapuceiro afirmou que o Brasil não tinha condições de ser uma república, devido à

<sup>242</sup> TOCQUEVILLE, Alexis. *Democracia...*, t. I, p. 107; FURET, François. “O sistema...”, p. XXVI. Sobre a obra de Tocqueville como um todo, ver ainda QUIRINO, Célia Galvão. “Tocqueville: sobre a liberdade e igualdade”, in: WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política*. v. II. São Paulo : Ática, 1989.

<sup>243</sup> *O Carapuceiro*, n. 66 (2/dezembro/1837).

corrupção, à imoralidade, ao desleixo na educação, à falta de religião e à escravidão. Comparando os norte-americanos com os brasileiros, ele disse que, enquanto os primeiros consideravam a “liberdade como dever religioso”, para os segundos a “liberdade é sinônimo de roubos e assassínios”; enquanto os americanos eram laboriosos e dados à indústria, os brasileiros foram criados “no ócio, no luxo, e na dissipação”; enquanto os americanos queriam se livrar da escravidão, o “Povo brasileiro cada vez se mostra mais empenhado na importação dessa raça desgraçada”. Lopes Gama construiu, assim, uma visão extremamente ideológica dos Estados Unidos, pois sabe-se que a parte sul deste país ainda importava, e bastante, escravos da costa da África nos meados dos oitocentos. Esse discurso sobre os E.U.A foi tão ideológico quanto a construção da memória que empreendeu sobre a Confederação do Equador.<sup>244</sup>

Em março de 1839, Lopes Gama afirmou: “Igualdade no Brasil! É um sonho, é uma utopia, por que se há país eminentemente aristocrata é o nosso”. Seguiu dizendo que, no Brasil, todos almejavam receber o tratamento de Dom. Em maio de 1839, criticando os acontecimentos que transcorriam no Rio Grande do Sul, isto é, a Revolução Farroupilha, disse que a democracia é “excelente para outros Povos, não é adaptada as nossas circunstâncias, não é conforme os nossos hábitos, usos, e costumes”. Em janeiro de 1839, repetiria a formulação de que a Democracia não era compatível com os brasileiros devido aos maus hábitos, à miserável educação, ao tráfico de escravos incessante, à população heterogênea com costumes eminentemente aristocratas e ao espírito de insubordinação e impunidade.<sup>245</sup>

Assim, observamos que Lopes Gama divulgou em seu bem sucedido periódico uma vertente do pensamento conservador bastante peculiar e fortemente embasada na noção de que o estado social da sociedade no Brasil incapacitava este povo de ser regido por instituições democrático-representativas. O estado político deveria estar de acordo com os hábitos e costumes da população. Por conseguinte, esse Padre embasou teoricamente uma de suas propostas políticas centrais: “Talvez nos conviesse a princípio uma Constituição, em que menos predomine o elemento Democrático”. Note-se que essa proposta estava

---

<sup>244</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia...*, t. I, p. 418; *O Carapuceiro*, n. 72 (21/dezembro/1837). Outro artigo que compara o Brasil com os E.U.A. e com as ex-colônias espanholas da América em *O Carapuceiro* n. 3 (9/janeiro/1839).

<sup>245</sup> *O Carapuceiro*, n. 10 (2/março/1839); *O Carapuceiro*, n. 19, (28/maio/1839); *O Carapuceiro* n. 5 (16/janeiro/1839).

camuflada com outra formulação – negar o retorno ao absolutismo. Mas, mesmo se camuflado de opinião entre extremos, mesmo se camuflando com frases como “extremos não se logram” ou “extremos são os que nos hão causado os maiores prejuízos”, não podemos deixar de enxergar fortes doses de conservadorismo no pensamento do Padre Carapuceiro.<sup>246</sup>

### **C- Pensamento conservador e reforma nas instituições representativas**

Cabe lembrar, como já vimos no capítulo anterior, que desde a renúncia de Feijó em 1837, e com a ascensão de Pedro Araújo de Lima, iniciaram-se reformas políticas que iriam ter conseqüências bastante efetivas para os rumos do Império. Em 1840 e 1841, três medidas legislativas foram instituídas com o intento de retroceder o avanço liberal decorrente do 7 de abril: a lei de interpretação do Ato Adicional, a recriação do Conselho de Estado e a reforma do Código de Processo Criminal. A Lei de reformulação do Ato Adicional retirou algumas importantes atribuições anteriormente concedidas às Assembléias Provinciais, cerceando um pouco sua autonomia para criar e suprimir empregos – era uma re-centralização administrativa a partir da corte. O Conselho de Estado foi um dos órgãos previstos pela carta de 1824 e extinto pelo Ato Adicional dez anos mais tarde, sendo que seus componentes eram vitalícios e nomeados diretamente pelo Imperador, e o auge da carreira de um homem público era receber o cargo de Conselheiro de Estado. Esta instituição – uma das mais conservadoras do Império - foi recriada em novembro de 1841, voltando a possuir uma imensa gama de poderes. A reformulação do Código de Processo Criminal retirou grande parte da autoridade policial e judiciária anteriormente exercida pelos juízes de paz. Judicialmente, estes magistrados populares perderam o direito de formar culpa, julgar contravenções e crimes sujeitos a pequena penalidade. Suas atribuições policiais foram, então, transferidas para os Chefes de polícia, Delegados e Subdelegados, sendo todos esses cargos de nomeação.<sup>247</sup>

Já em 1850, foi reformulada a Guarda Nacional. Os oficiais deixaram de ser eleitos, e passam a ser nomeados. Não bastasse isso, ainda se criou o pagamento do “imposto do

---

<sup>246</sup> *O Carapuceiro*, n. 5 (31/janeiro/1838).

<sup>247</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção...*, pp. 107-129; VIEIRA, Rosa Maria. *O juiz...*, pp. 215-230; Lei n. 105 – de Maio de 1840 e Lei n. 234 – de novembro de 1841, in: *Constituições...*, pp. 711-713.

selo e emolumento de oficiais guardas nacionais”, o qual estabelecia que estes deveriam pagar a quantia de um mês de soldo, igual ao dos oficiais de 1ª linha de mesmo posto. Dessa maneira, o caráter democrático inicial das Guardas Nacionais foi se perdendo com o tempo, e, na segunda metade do século XIX, o recrutamento apenas recaía na população livre de baixa renda, e o oficialato foi sendo ocupado por pessoas de cabedal. A distinção social novamente ficou evidenciada. Era a aristocratização da milícia cidadã.<sup>248</sup>

Assim, torna-se imprescindível compreender o pensamento que sustentou essas reformas antidemocratizantes, que iriam perdurar por todo o Império, sendo, que em 1881, com a lei Saraiva, enquanto todo o mundo ocidental tendia a adotar o sufrágio universal, o Brasil reduziu seu colégio eleitoral ao elevar a renda necessária e ao sujeitar o eleitor a uma comprovação difícil, quando não impossível.<sup>249</sup>

Cabe lembrar que, além de circular publicamente em um periódico de comprovado sucesso em Pernambuco e, por vezes, em outras províncias, o pensamento de Lopes Gama esteve presente na Faculdade de Direito de Olinda, visto que ele foi diretor e professor dessa instituição. Lembre-se também que, nessa faculdade, formaram-se muitos dos homens públicos que iriam dominar o cenário político do Império. Lembre-se, por fim, que o Padre Carapuiceiro foi professor em várias instituições educacionais. O espaço público de circulação dessas idéias não se restringiu, então, somente a imprensa.<sup>250</sup>

O Padre Carapuiceiro criticou a idéia de eleições dentro do Brasil, fossem diretas ou indiretas. Em fevereiro de 1838, falando a respeito da eleição do primeiro regente uno, na qual se sagrou vencedor Feijó, ironizou, dizendo que “obtiveram no Pará não poucos votos os facinorosos, e bem conhecidos trapilhas, e chichimecos Vinagre, Eduardo,<sup>251</sup> e um Padre muito devasso, e desordeiro, vergonha do clero e opróbrio da religião”. Em seguida, fez a recorrente comparação embasada em Tocqueville: “nos Estados Unidos quando se procede à eleição de seu Presidente, quais são os candidatos? Os homens mais respeitáveis por seu saber, por suas virtudes, por serviços prestados à Pátria”.<sup>252</sup> Percebe-se que a visão que Lopes Gama construiu dos Estados Unidos foi bastante idealizada, e o pólo oposto a esse mundo ideal para o desenvolvimento da democracia era o Brasil, local absolutamente

<sup>248</sup> CASTRO, Jeanne Berrance. *A milícia...*, pp. 233-142; MOURA, Denise. “A farda...”, pp. 38-39.

<sup>249</sup> MATTOS, Ilmar R. *O tempo...* MELLO, Evaldo Cabral de. “Frei Caneca...”.

<sup>250</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção...*, pp. 83-107.

<sup>251</sup> Eduardo Nogueira Angelim e os irmãos Vinagre foram líderes populares da Cabanagem (1834-1840).

<sup>252</sup> *O Carapuiceiro*, n. 9 (14/fevereiro/1838).

impróprio para esse sistema. Em julho de 1839, em artigo intitulado “As nossas eleições populares”, disse que “as chapas, ou listas dos Eleitores parecem cartas preparadas por destros pelotiqueiros; por que a tática é apresentarem nelas os nomes daqueles, cujos votos desejam pilhar” e que, quando se aproximam as eleições, “sujeito há que então se constitui um Árabe do deserto; por que montado em um cavalo percorre todo esse centro, transpõe as serranias dos nossos sertões, e de colégio em colégio vai manjubando votos”. Assim, ele sustentou “que sem cabalar ninguém consegue se eleger”, e ironizou a idéia de que os mais votados constituíam-se em representantes da nação:

E venham cá embaraçar-me com o palavreado de vontade geral, e representação da Nação. Toda essa nomenclatura é rigorosamente uma ficção; é todavia o que deveria ser, mas de fato com poucas, e honrosas exceções os eleitos não são, nem jamais seriam escolhidos pela vontade livre, e espontânea dos Povos; que se assim fora não veríamos com mágoa tanto bajoujo, tanto animal quase irracional constituído Representante da Nação, ou Província. O profundo Machiavel, e depois, Montesquieu estabeleceram o princípio de que o Povo tem um critério admirável em suas eleições: mas com o devido respeito, ou esses grandes homens não sabiam o que eram as cabalas, ou referiam-se a Povos, mui diferentes dos nossos a esse respeito.<sup>253</sup>

Novamente Lopes Gama expressou a idéia de que o Povo brasileiro não era adaptável às práticas democráticas. Mas sua preocupação central foi procurar destituir de sentido noções básicas da nova cultura política que estava emergindo, ou seja, desqualificar conceitos como “vontade geral” e “representação da Nação”. Interessante notar, também, como ele misturou a sua tão famosa crítica de costumes com a divulgação de suas concepções políticas, pois, ao dizer que, aproximando-se as eleições, o “pai atraiçoa o filho, o filho o pai, o irmão ao irmão”, conferiu conotação imoral ao processo eleitoral, deslegitimando-o por completo, seja na esfera pública, seja na esfera na privada. Em outro artigo, de outubro de 1837, intitulado “O sistema que felizmente nos rege”, ironizou aqueles que se utilizavam dessa expressão para ovacionar o Regime Monárquico Representativo. Mais uma vez, criticou a distância entre a teoria e a prática, e afirmou que era uma grande piada a idéia de “representação nacional”, pois os deputados e senadores não representavam a “vontade geral”, e sim um terço da população livre e, principalmente,

---

<sup>253</sup> *O Carapuceiro*, n. 21 (4/junho/1839).

as cabalas do partido dominante. Por fim, sugeriu que os legisladores não deveriam ser chamados de representantes da nação, e sim de tutores.<sup>254</sup>

Em agosto de 1837, publicou uma suposta carta de um leitor, que dizia que o regime representativo não funcionava no Brasil, porque o sistema político era liberal de direito e absoluto de fato. Lopes Gama concordou com a asserção desse suposto leitor e ironizou todos aqueles que falavam que, quando os representantes da nação legislassem, todos os males do país seriam solucionados. E então – questionou Lopes Gama – os males foram solucionados? Note-se que há uma provável referência irônica aos federalistas de 1824, ou aos revolucionários de 1817, que consideravam o sistema de representação uma das soluções para o futuro. As rivalidades antigas, dessas duas revoluções, parecem ter sido exteriorizadas diversas vezes, mostrando como momentos ímpares de inflexão política deixavam profundas cicatrizes nas sociedades e nas pessoas que os vivenciaram.<sup>255</sup>

Em julho de 1839, o viés da crítica foi outro, mas o alvo o mesmo – o sistema representativo. Segundo ele, o intenso tráfico de empregos públicos era uma das características inerentes a esse sistema, e o funcionário público procurava tirar o máximo proveito possível, leia-se roubar, enquanto no exercício de sua função, pois sabia que, com qualquer mudança na situação política, seria demitido. Segundo o Padre Carapuceiro, o sistema representativo era um regime de transações, o cunho do egoísmo. Tal sistema – ainda segundo ele – induzia o poder executivo ao erro, formava um povo de intrigantes e talvez estivesse acalentando as diversas revoltas que então se sucediam. Concluiu dizendo que, se o convencessem de que as eleições escolhiam os melhores, defenderia que todos os funcionários públicos fossem eleitos, mas isso raramente acontecia. “Acolha-se e proteja o mérito” – proclamou ao fim, numa clara demonstração de que acreditava que o escrutínio público de maneira alguma valorizava essa característica no candidato.<sup>256</sup>

E por vezes Lopes Gama exteriorizou certa nostalgia da época em que os cargos eram todos nomeados – uma nostalgia do Antigo Regime. Em dois artigos, de junho de 1832 e de janeiro de 1833, comparou os candidatos a cargos públicos com pescadores. Os cargos foram comparados com peixes: “o lugar de deputado é uma cavala, e gorda”, já “o cargo de senador é um mero de bom tamanho”, o de Camarista “por que sendo antigamente

<sup>254</sup> *O Carapuceiro*, n. 55 (25/outubro/1837).

<sup>255</sup> *O Carapuceiro* n. 38 (26/agosto/1837).

<sup>256</sup> *O Carapuceiro* n. 30 (23/julho/1839).

uma tainha seca e rançosa, a Constituição metamorfoseou-a em carapitanga frescal, e gorda, que não é para desprezar”. Criticando o sistema eletivo, dizendo que “a inveja é a paixão dominante dos pescadores”, que as rivalidades entre eles eram as causas de diversas rusgas, lembrou-se de outros tempos:

Antigamente eram os mares Realengos; e tendo Deus, nosso senhor criado esse elemento para todos os seus filhos, que são os homens; ninguém pescava nas costas, se não por que os Senhores Reis cediam do seu inquestionável direito, e permitiam utilizar-se dos mares. Bons tempos, e santos Reis eram aqueles, que até concediam aquilo mesmo que Deus havia criado!<sup>257</sup>

Em seguida, repetiu sua metáfora, de que quando os “mares eram realengos (...) só pescavam os grandes pescadores válidos; e seus afilhados por especial privilégio; e ao Povo apenas é permitido pescar o miuçalho”, mas “hoje, que as águas do Oceano foram restituídas à Nação, não parece fora de Vila, e termo, que todos queiram ser pescadores”. Note que este artigo é de 1832, tempo em que defender premissas absolutistas poderia ser perigoso e render ao gazeteiro a acusação de ser a favor dos lusitanos, de ser coluna. Mas mesmo assim Lopes Gama, sutilmente, enumerou vantagens do Antigo Regime em comparação com o sistema representativo. Cabe lembrar que Lopes Gama pescou seu primeiro peixe, ou seja, conseguiu seu primeiro cargo público, na época em que “os mares eram realengos”, quando foi nomeado em 1817 lente de Retórica do Seminário de Olinda.<sup>258</sup>

Outro artigo no qual Lopes Gama demonstrou certa nostalgia dos tempos antigos foi publicado em fevereiro de 1838, cujo título foi “Diálogo entre Marilandia e D. Benta, sua Bisavó”. Em um diálogo fictício – recurso reiteradamente empregado em *O Carapuceiro* –, a bisavó se lembrava das vantagens do tempo em que era jovem, enquanto sua bisneta defendia as transformações que haviam ocorrido na sociedade. Este diálogo permite captar algumas das percepções que Lopes Gama tinha em relação ao advento da modernidade política. Enquanto a bisavó lembrava-se com saudades da época em que todos eram governados “por um General, por um Ouvidor, e um Juiz de Fora, e nada mais” a bisneta rebatia elogiando as revoluções políticas e afirmando que o mundo estava em progresso, “pois até já temos gelo para tomar os nossos sorvetes”. O ridículo argumento utilizado pela

<sup>257</sup> *O Carapuceiro*, n. 7 (9/junho/1832). Ver também o n. 35 (23/janeiro/1833).

<sup>258</sup> *O Carapuceiro*, n. 7 (9/junho/1832).

bisneta mostra como o Padre Carapuceiro enxergava as transformações políticas – de maneira negativa. Sua insistência em se colocar contra todo o tipo de extremo não esconde seu conservadorismo e seu saudosismo.<sup>259</sup>

Esse professor da Faculdade de Direito de Olinda, saudoso dos tempos antigos, também criticou bastante a legislação jurídica, área que fazia parte do seu cotidiano na década de 1830. Seus alvos principais: o imenso poder dos juízes de paz, o Código Criminal de 1830 e o Código do Processo Criminal de 1832, considerado a legislação mais liberal já elaborada até então e responsável pela imensa gama de atribuições deliberativas concedidas aos magistrados populares.

Em agosto de 1833, pediu rigor na punição dos colonos envolvidos na abrilada e na Guerra dos Cabanos, mas conclamava para que tudo fosse feito dentro da lei, apesar de “o Código Penal” ser “inadequado às atuais circunstâncias pela sua demasiada brandura, e filantropia”. Em julho de 1833, o Padre Carapuceiro se referiu aos “gravíssimos defeitos do nosso Código Penal mormente a respeito do crime de rebelião”, pois defendia uma punição severa para os rebeldes cabanos. Em julho de 1837, defendeu a pena de morte, criticou novamente a frouxeza das leis do Código Penal e também se voltou contra outra instituição liberal do aparato jurídico – o júri. Segundo ele, quem tinha bons padrinhos quase sempre poderia contar com a impunidade, o que constituía a inoperância do júri popular. Aliás, o júri foi alvo de reiteradas críticas, pois em outubro e dezembro de 1837 tornou a repetir os mesmos argumentos anteriormente explicitados. Em abril de 1838, clamando por uma dura pena aos rebeldes liderados por Sabino na Bahia, criticou a possível impunidade que poderia ocorrer devido à frouxeza do Código Penal em relação ao crime de opinião política. Em julho de 1838, defendeu, em acordo com as propostas da bancada governista conservadora, que então majoritária no parlamento, a criação de um tribunal especial para julgar os rebeldes baianos – o júri seria palhaçada.<sup>260</sup>

Todas essas críticas demonstram um saudosismo de uma justiça sumária, dos tempos do Antigo Regime, quando os magistrados não encontravam impedimentos legais para julgar, e quando a legislação não protegia os direitos de liberdade dos réus. Diferentemente de Feijó, que, segundo Caldeira, pretendia substituir o “arbítrio pelo

---

<sup>259</sup> *O Carapuceiro* n. 13 (28/fevereiro/1838).

<sup>260</sup> *O Carapuceiro* n. 68 (31/agosto/1833), n. 59 (29/junho/1833), n. 29 (26/julho/1837), n. 55 (25/outubro/1837), n. 66 (2/dezembro/1837), n. 18 (4/abril/1838) e n. 47 (28/julho/1838).

império da lei”, e, que, quando ministro da justiça, procurou não prender ninguém sem antes formar culpa, Lopes Gama demonstrava uma nostalgia jurídica dos tempos em que “os mares eram realengos”. Em outubro de 1837, Lopes Gama, grosso modo, afirmou que a Justiça na época colonial era menos dispendiosa e mais efetiva do que a do período das regências.<sup>261</sup>

Os juízes de paz também foram motivos de diversas críticas de *O Carapuceiro*. Em fevereiro de 1833, no artigo “Reflexão sobre os nossos Juízes de Paz”, diz que essa seria em teoria uma excelente instituição, mas que malogrou no Brasil porque os “homens não possuem aquele grau de ilustração, aquelas virtudes cívicas indispensáveis ao bom andamento dos negócios”. Observe-se que, novamente, nos deparamos com a carapuça talhada para o povo brasileiro – um povo sem as qualidades necessárias para as instituições democráticas. Lopes Gama criticou os Capitães Mores, as figuras que antecederam os juízes de paz no período colonial, citando os desmandos e horrores cometidos por esses funcionários do Antigo Regime. Porém, continuou ele, “os Juízes de Paz (com poucas e honrosas exceções) mormente os do mato vão fazendo o mesmo, e por ventura pior do que os Capitães Mores mais insolentes, e absolutos”. Por fim, condenou a prática da cabala, que consistia, segundo ele, em pilhar votos, e chamou alguns juízes de paz de “déspotas liberais”. Em maio de 1833, tornou a repetir essas idéias ao dizer que os juízes de paz continuavam a cometer as mesmas arbitrariedades que outrora cometiam os Capitães Mores. E colocou essas duas instituições em pé de igualdade, ao dizer, em relação aos magistrados populares, que “alguns há capazes: tão bem os havia entre os Capitães Mores”. Em suma, ele quis dizer que esses dois magistrados em nada diferiam. Em fevereiro de 1838, Lopes Gama voltou-se contra a idéia de eleições diretas no Brasil, tal qual defendiam os adeptos de Sabino.<sup>262</sup> Para isso, citou o exemplo de um cargo que já era concedido através de eleições diretas:

O que seria no Brasil uma eleição direta? Nós temos a amostra do pano em as eleições de Juízes de Paz. Quando estes em Pernambuco, antes da Lei Provincial de 14 de Abril, gozavam de onipotência, que lhes outorgaram o *santo* Código de Processo, e outras Leis, quase geralmente eram nomeados os piores homens da Comarca, do Termo, do Município. Com poucas honrosas exceções mormente por esses

<sup>261</sup> *O Carapuceiro*, n. 55 (25/outubro/1837). CALDEIRA, Jorge. “Introdução”..., p. 14.

<sup>262</sup> *O Carapuceiro* n. 39 (9/fevereiro/1833) e n. 54 (25/maio/1833).

matos, e por essas praias viam-se ocupando o importante cargo de Juizes de Paz verdadeiros réus de polícia, borrachos de profissão, e até ladrões de cavalo; entretanto eram os Snrs. Juizes, que podiam pronunciar, prender, e mandar atirar ao cidadão mais probo, mais sisudo, etc., etc. Considerem meus pios Leitores o que seria de nós se proclamada a tal República se procedesse por eleições diretas (que são essenciais nas Democracias) para Presidentes dos nossos Estadinhos, para Senadores, Deputados etc., etc.?<sup>263</sup>

Malograriam todas as instituições que exigissem um processo eleitoral, malograriam todas as instituições que exigissem certo discernimento por parte do povo brasileiro. O motivo era repetido à exaustão – a população do Brasil não possuía os atributos necessários para a democracia. Note-se que muitas vezes o termo República é empregado como sinônimo (ou como termo bem próximo da idéia) de democracia. E, recém-criada as Guardas Nacionais, Lopes Gama já iniciava sua bateria de críticas. Em artigo intitulado “As nossas Guardas Nacionais”, de junho de 1833, embasando-se na idéia de que a legislação deveria ser acomodada ao povo, e não o povo à legislação, de que o povo mal-educado, sem posses, não tinha capacidade de votar, de que não se pode imitar os povos estrangeiros, que têm a perfeição social, sugere a reformulação da milícia cidadã. Diz que a inversão da hierarquia social que ocorria dentro das Guardas Nacionais era um disparate, pois seria um absurdo um senhor de engenho ser comandado por seu purgador. Argumentos desse tipo – de que ex-escravos estavam comandado seus ex-senhores - foram utilizados pelos legisladores quando a milícia foi reformada em 1850. Disse ainda que era um equívoco um oficial ter que angariar votos de seus soldados para se manter no cargo. Por fim, sugeriu um novo formato a esses corpos militantes: que de soldado até sargento continuasse como estava e que de alferes em diante os eleitores de província mandassem uma lista tríplice ao presidente de província.<sup>264</sup>

O modelo de escolha dos oficiais das Guardas Nacionais proposto pelo *Carapuceiro* era semelhante ao utilizado para escolher os senadores, no qual os eleitores de província enviavam uma lista tríplice para o Imperador. Enfim, precisava-se aristocratizar o processo político no Brasil, pois nem todos tinham plenas condições de exercer a cidadania. E, ao reputar que grande parte da população brasileira era incapaz de ser cidadã, Lopes Gama

<sup>263</sup> *O Carapuceiro* n. 9 (14/fevereiro/1838).

<sup>264</sup> *O Carapuceiro* n. 58 (22/junho/1833); HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Prefácio” ..., p. XVI.

acabou por explicitar uma série de requisitos que, na sua visão, estariam presentes no cidadão ideal. Na sua crítica de costumes, em todos os números de seu jornal, ele formulou o modelo de cidadão que desejava para a nação. Esse periódico foi, acima de tudo, político, na medida em que esteve sempre preocupado em forjar a composição social perfeita para que reformas democráticas fossem efetuadas em um futuro distante e ainda não vislumbrado, pois, como pensava Tocqueville e também o Padre Carapuceiro, a marcha da história rumava necessariamente à democracia.<sup>265</sup>

#### **D – Cidadania católico-ilustrada**

No Brasil, a palavra cidadão, em sua concepção moderna, firmou-se no vocabulário político no contexto da independência. Os deputados constituintes de 1823 discutiram bastante se todos os brasileiros poderiam ser considerados cidadãos. Disse o paulista Nicolau Vergueiro que “esta questão vem a ser de nome, e é, se todos os Membros do Estado se hão de chamar Cidadãos, ou uns Cidadãos, e outros não Cidadãos”. Concluía ele que não havia razão para privar ninguém “deste honroso título”, e que pouco importava que nem todos gozassem dos “mesmos direitos”, e que alguns não exercessem “os direitos políticos, por não terem requisitos que a Lei exige: todos são hábeis para o exercício de todos os direitos uma vez que consigam as qualificações da Lei”. E, depois de muito debate, a opinião de Vergueiro se fez valer - concedeu-se o “honroso título” de cidadão a todos os brasileiros livres, inclusive aos libertos. Mas o direito de participar politicamente não foi estendido a essa imensa população, que seriam os cidadãos passivos. Os cidadãos ativos eram os que possuíam a renda exigida para votar e ser votado. A carta outorgada em 1824 apenas repetiu as decisões tomadas pela assembléia dissolvida, instituindo essas duas instâncias de cidadania.<sup>266</sup>

---

<sup>265</sup> Em *O Carapuceiro* n. 4. (7/maio/1832) Lopes Gama disse, como já vimos: “já [para os brasileiros] nos conveio a Monarquia; hoje convém-nos a Monarquia, sim, mas Constitucional, Representativa e Federal; para o diante em seu tempo adequado só nos convirá a República, que é a natural tendência da América”. Trata-se de uma afirmação que estabelece um rumo final ao qual a história está predestinada, ou seja, a República. Nas palavras de Tocqueville o destino final das sociedades era a igualdade e a democracia, pois “uma grande revolução democrática está se operando entre nós”, e “quando se recorre às páginas da história, não se encontram, por assim dizer, grandes acontecimentos que, há setecentos anos, não tenham servido finalmente, à causa da igualdade”. TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia...*, v. I, “Introdução”.

<sup>266</sup> Os constituintes discutiram exaustivamente, também, quem deveria ou não ser considerado brasileiro. SLEMIAN, Andréia. “*Seriam...*”, p. 829. Para um histórico da noção de cidadania, que surgiu na Grécia

Seria inclusiva a legislação brasileira por conceder aos libertos este “honroso título”? Especulam alguns autores, como Andréia Slemian, que talvez para época sim, pois, para os padrões do liberalismo do início do século XIX, considerar até ex-escravos como cidadãos era algo extremamente inovador. Mas é temerário qualificar a sociedade imperial brasileira como inclusiva, pois o rumo dos acontecimentos demonstra o conservadorismo que a sustentava. No calor do processo de independência, alguns surtos de liberalismo excessivo – exteriorizados através de certas leis - podem até ser notados, sendo possível enganar-se acreditando que a Constituição de 1824 pretendia conceder plena participação política à população. Mas, usando as palavras de Vergueiro, era apenas uma questão de nome. Na prática, o Estado restringiu, com o passar do tempo, a intensidade da cidadania da maior parte dos brasileiros da época. E por quê? Segundo Lopes Gama, porque ainda não estavam preparados.<sup>267</sup>

Note-se que a proposta do Padre Carapuço de retirar o excesso de democracia que havia na constituição foi vencedora, e que as todas suas proposições, fossem referentes ao Código de Processo Criminal, aos juízes da paz ou à Guarda Nacional, foram acatadas e levadas a cabo. Não é que este padre provinciano exercia tamanho poder sobre todos os políticos do Império capaz de manejá-los ao seu bem querer, ou que seu jornal teve tanta repercussão que suas idéias impregnaram-se em todo o Brasil. Trata-se apenas de um pensamento conservador, típico da época, que prevaleceu e lançou as bases políticas da nação. E este não se restringia ao círculo de poder da corte e dos saquaremas, mas podia situar-se num cenário provincial.

Em 1833, um correspondente do *Diário de Pernambuco* (n. 137) atacou a proposta de Lopes Gama para modificar a Guarda Nacional, questionando se um “homem pardo Sapateiro (...) deve gozar menos das Liberdades Nacionais do que um frade, um médico, etc...”. Respondeu então o Padre Carapuço:

O Sapateiro, o Ferreiro, o Barbeiro, etc., seja ele branco, pardo, preto, roxo, amarelo, verde, azul, ou (palavra ilegível), logo que é livre, é cidadão, e deve gozar das Liberdades Nacionais, ou por outra dos direitos civis: mas dos Políticos não é assim: estes consistem na regalia de votar e ser votado; para o que

---

Antiga, estendendo-se depois à República e ao Império Romano, e, modernamente, sendo apropriada pela Revolução Inglesa, Francesa e durante a Independência do EUA, ver PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (org.). *História...*, pp. 115-171.

<sup>267</sup> Ibidem, pp. 843-847.

faz ser preciso gozar de certa renda, e ter alguma ilustração mental; pelo que não terá o Sapateiro, o Ferreiro, ou o que esteja nessas circunstancias; por que muitos nem sabem ler.<sup>268</sup>

Muitas das concepções externadas pelos constituintes de 1823 e repetidas na carta de 1824 foram aí reiteradas por Lopes Gama, ou seja, que todo brasileiro livre é considerado cidadão, mas com uma diferença entre os passivos (apenas com direitos civis) e os ativos (com direitos políticos). Interessante notar, também, a discussão racial empreendida, da qual se esquivou o Padre Mestre com seu tradicional toque de ironia. O aspecto central, no entanto, que justificava a distinção entre os níveis de cidadania era a ilustração. Tanto que, ao final do texto, ele distinguiu o pardo de ventre livre, do liberto crioulo, do liberto preto e do liberto da costa da África. Essa distinção não se justificava por uma questão racial, e sim pelo grau de civilização adquirido pelo cidadão, pois todos esses homens livres eram assim considerados. Todos os cidadãos eram iguais “perante a Lei”, mas não eram iguais na “hierarquia social, e nos respeitos públicos”, e a renda deveria ser o termômetro que poderia medir e distinguir as pessoas entre si. Aliás, a ilustração foi a base de sustentação do discurso dos deputados de 1823, e seria também dos formuladores da lei Saraiva na década de 1880, que proibiram os analfabetos de votar.<sup>269</sup>

Classificando a ilustração como a característica mais importante para o cidadão ativo, Lopes Gama afirmou, em agosto de 1837, que a renda de 400 réis era muito baixa para selecionar os deputados, pois muitos ignorantes e outros sem a devida instrução eram eleitos. O regime censitário era encarado, assim, como o método mais eficaz para distinguir os ilustrados. Em agosto de 1833, *O Carapuceiro* esteve envolvido em uma polêmica que demonstra muito bem o quanto era valorizado em um homem público este quesito. Circulou por esses tempos em Pernambuco uma carta transcrita no periódico *Tolerância* (n. 59), atribuída a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, irmão de José Bonifácio. A carta dizia que este embarcou para a Inglaterra para trazer o “anjo da paz” para o Brasil, ou seja, D. Pedro I. Mas Lopes Gama, mesmo contradizendo enfaticamente as idéias restauradoras expressas nesse escrito atribuído a Antônio Carlos, respeitou de maneira incomum seu adversário, pois sabia que se tratava de uma pessoa com alto grau de sabedoria. Não faria,

<sup>268</sup> *O Carapuceiro*, n. 60 (6/julho/1833)

<sup>269</sup> *Ibidem*; SLEMIAN, Andréia. “*Seriam...*”, pp. 840-843; HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Prefácio”..., pp. XXII-XXIII.

então, igual aos outros periódicos da Corte, que, segundo queixa do próprio Antônio Carlos, tratava-o com “grosserias, insulsas e chocarrices”. Reconhecendo o calibre intelectual de seu opositor, concluiu que não era páreo em Literatura com “o Snr. Antonio Carlos, tão valente e destemido atleta”, mas que, como naquele pleito, não haveria por que “remontar-se a regiões longínquas da metafísica, nem espriar-se pelos vastíssimos campos da erudição”, não temeria refutar suas idéias políticas.<sup>270</sup>

O tom usual do Padre Carapuceiro em um rebate contra um restaurador nos idos de 1833 seria muito mais violento, mas, em se tratando de um adversário com sólida formação acadêmica em Coimbra, o respeito preponderou. Dias antes, em 20 de julho de 1833, circulou no Recife, em um único número, um jornal intitulado *O Velho de 1817*, que fazia elogios a D. Pedro I, qualificando-o como o principal responsável pela independência, e afirmando ser “anti-nacional, perigosa e injusta a célebre Revolução de Abril”. A epígrafe do jornal deixava clara sua intenção restauradora: “A ingrata experiência convenceu-nos que nem a liberdade se arraigaria no Brasil se não à sombra da Monarquia”. Lopes Gama, assim, em artigo de 15 de agosto de 1833, além de gastar muita tinta para denegrir o ex-imperador, tanto politicamente como moralmente, utilizou mais de uma página para provar que aquele insolente folhetim não fora escrito, como algumas “varejeiras colonistas” afirmavam, pelo “sublime Snr. Antônio Carlos, o qual em sua passagem marítima ia desovando em cada porto autógrafos restauradores”. Este Andrada participara da revolução de 1817, tendo depois aderido à causa centralista encabeçada pelo imperador e pelo seu irmão, e fez, antes de sua família romper com D. Pedro em 1823 e ser exilada, forte oposição ao federalismo pernambucano que então ganhava forças. Por isso talvez atribuísem a ele a autoria de *O Velho de 1817*, pois se trataria de um ex-revolucionário arrependido e convencido da importância da figura monárquica.<sup>271</sup>

Mas por que o Padre Carapuceiro desperdiçou uma página de seu jornal mostrando os erros de concordância e de português do redator de *O Velho de 1817*? Por que tanta tinta apenas para provar que aquele não era o estilo literário fino e a “linguagem castiça” do “sublime Snr. Antônio Carlos”? Por que tanto esforço para chegar à conclusão de que este

<sup>270</sup> *O Carapuceiro* n. 38 (26/agosto/1837) e n. 64 (3/agosto/1833).

<sup>271</sup> *O Carapuceiro* n. 66 (15/agosto/1833); CARVALHO, Alfredo de. *Annaes...*, p. 153; NASCIMENTO, Luiz do. *História...*, v. IV, p. 121. Para a trajetória política de Antonio Carlos, ver *O Carapuceiro* n. n. 64 (3/agosto/1833).

periódico “é produção de um fedelho muito novel, e tão longe dista da linguagem do Sr. Antonio Carlos?” A resposta reside na grande consideração que Lopes Gama tinha por pessoas ilustradas, e que a erudição do Andrada concederia maior legitimidade política ao panfleto restaurador do que a estupidez de um “fedelho”. A ilustração era uma das características mais louváveis de um cidadão ativo, de um homem público. E, quando a autoria de *O Velho de 1817* foi publicamente atribuída ao jovem, na época estudante de Direito da Faculdade de Olinda, Nabuco de Araújo, este recebeu os mais injuriosos ataques, e houve até quem pretendeu “responder a argumentos com facadas”, o que demonstra que um “fedelho” não gozaria o mesmo respeito público que um douto literato.<sup>272</sup>

Em um Estado no qual a classe política constituiu-se, durante quase um século, basicamente de magistrados, primeiramente formados em Coimbra e depois em Olinda e São Paulo, deveria haver quem sustentasse essa hegemonia dentro dos espaços públicos de discussão política. Lopes Gama defendeu a erudição como característica essencial para o exercício da boa cidadania, mas seu pensamento não esteve isento de contradições. Enquanto, por um lado, seus escritos legitimavam o “domínio dos magistrados” na política, ao valorizar sobremaneira a instrução de um homem público, por outro, ele propunha que mais cargos públicos fossem ocupados por homens que denominou de “industriosos”. Estes seriam agricultores, comerciantes, artífices, enfim, seriam a classe produtiva, que, ao contrário dos funcionários públicos de carreira, os quais sobreviviam somente às custas do Estado, não estariam interessados em aumentar a carga tributária, nem tampouco em inchar a já imensa burocracia estatal. Os primeiros seriam “industriosos”, os segundos “vadios”.<sup>273</sup>

E Lopes Gama, quando diretor da Faculdade de Direito de Olinda, atritou-se com vários quintoanistas, pois não titubeava em reprová-los negando-lhes o diploma. No relatório anual que lhe cabia fazer como diretor de 1836, criticou a tradição que ia se

---

<sup>272</sup> *O Carapuceiro* n. 66 (15/agosto/1833); CARVALHO, Alfredo de. *Annaes...*, p. 153. Joaquim Nabuco escreveria no Tomo I, páginas 813 e 817, de *Um Estadista do Império*, em relação ao periódico escrito por seu pai, que este foi um órgão reacionário. Apud. NASCIMENTO, Luiz do. *História...*, v. IV, p. 121.

<sup>273</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção...*, pp. 83-105. Esses são os artigos de *O Carapuceiro* que contemplam, de alguma forma, esta discussão: n. 2 (14/abril/1832), n. 7 (9/junho/1832), n. 21 (7/setembro/1832), n. 26 (13/outubro/1832), n. 20 (1/novembro/1832), n. 29 (3/novembro/1832), n. 35 (23/janeiro/1833), n. 1 (20/abril/1837), n. 7 (11/maio/1837), n. 18 (17/julho/1837), n. 38 (26/agosto/1837), n. 70 (16/dezembro/1837), n. ilegível (julho/1838), n. 49 (4/agosto/1838), n. 61 (15/setembro/1838), n. 7 (17/maio/1839), n. 20 (30/maio/1839), n. 30 (23/julho/1839), n. 34 (16/agosto/1839) e n. 35 (20/agosto/1839).

cimentando “como princípio estável e incontroverso, nesta Academia, desde o seu começo, que o quinto ano era um ano de formalidade, e que o mesmo era ser nele matriculado que ter o direito inquestionável à carta de bacharel”. Já no relatório de 1839, ano em que abandonou as funções gestoras do Curso Jurídico, ele criticou veementemente essa situação: entristeceu-se “pela lástima de tanto bacharel ignorante”, tantos incapazes, no Curso Jurídico, de “entender os próprios compêndios” e, ao final, “condecorados com um título de acadêmico... objeto de escárnio público (...) pouco ou nada distam de qualquer idiota, faltos das mais ordinárias noções de literatura, falando miseravelmente e escrevendo com imperdoáveis solecismos, barbarismos e neologismos”. Visto, então, que Lopes Gama também empreendeu severas críticas à predominância de bacharéis na vida pública imperial, voltemos a analisar a carapuça talhada para o cidadão ideal.<sup>274</sup>

Em março de 1833, ironizou aqueles que se elegiam deputados mal sabendo ler e escrever, mas que, devido à habilidade na arte da cabala, saíram vitoriosos nas eleições. Disse: “Que poderão dizer na assembléia esses bonifrates? (perguntava eu); e um me dizia – Fulano é bom Moço: verdade é, que não sabe nada; mas tem bons sentimentos – Sicrano, acudia outro, é bastante experto, embora seja ignorante”. Não bastava para o Padre Carapuceiro ser “bom Moço”, “ter bons sentimentos” ou ser “experto”, pois o “lugar de Representante da Nação (...) demanda sobre virtudes, pelo menos alguma instrução”, e que, em outros tempos, muitos dos que agora venciam nos pleitos não seriam “nem contemplados para Almotacés”. Assim, para ele, como fica explícito nessa fala, o Antigo Regime talvez selecionasse pessoas mais capazes e instruídas para exercer funções públicas do que as modernas práticas políticas.<sup>275</sup>

E quando dissertava sobre as qualidades de um homem público, referia-se ao suprasumo da cidadania, pois, segundo ele, a imoralidade emanava das classes superiores às inferiores, e a nação era como uma grande família, sendo o governo o pai desta, tendo, portanto, que dar o bom exemplo. A reforma dos cidadãos, assim, deveria começar pela elite política. Se nem esta se mostrava apta e com as virtudes necessárias, como seria possível ampliar os setores da sociedade com direito à participação política?<sup>276</sup>

<sup>274</sup> Apud. VEIGA, Gláucio. *História...*, pp. 268-270.

<sup>275</sup> *O Carapuceiro* n. 42 (2/março/1833).

<sup>276</sup> *O Carapuceiro* n. 5 (31/janeiro/1838) e n. 20 (1/setembro/1832).

Também em março de 1833, em artigo intitulado “Quatro palavrinhas sobre os maus pregadores”, criticou os Oradores Sacros com precária instrução. Sendo essa uma função pública de importância vital para a sociedade, esses “Padres, e Frades ignorantes, que às vezes não pescam nem o latim das lições do Breviário”, distanciavam-se do que seria o bom cidadão. Em maio de 1837, ironizou os jornalistas que escreviam com diversos erros de português e que traduziam obras estrangeiras irresponsavelmente, utilizando-se reiteradamente de neologismos e acabando por assassinar a língua portuguesa. Afirmou, então, que estes escritores derramavam, em vez de luzes, trevas sobre a sociedade. Em julho de 1837, se voltou novamente contra Padres e Frades vadios, que não estudavam, e também criticou a ignorância de muitos senhores de engenho. Note-se que, quando a junta dos matutos, composta sobretudo de grandes proprietários da zona da mata, assumiu o poder na província em setembro de 1822, era imensa a desconfiança da população citadina do Recife devido à falta de instrução desses habitantes do campo, chegando um sapateiro do Recife a dizer que “fosse[m] pregar no mato por que cá tinha gente mais capaz de govenar”. A palavra “matuto” já adquirira a conotação de atrasado.<sup>277</sup>

Lopes Gama, uma década depois do governo dos matutos, formulara outra expressão, “gente do mato”, que continha em seu bojo a mesma conotação negativa da palavra usada durante a independência para designar os grandes proprietários da zona da mata. A gente do mato era o exemplo extremo do cidadão sem a mínima capacidade de exercer direitos políticos. Era o oposto do cidadão ilustrado idealizado nas páginas de *O Carapuceiro*. No final do ano de 1832, quando a Guerra dos Cabanos se estendia pelo interior da província, principalmente na região denominada Panellas, o Padre Carapuceiro reputou o alastramento das idéias absolutistas nesse rincão de Pernambuco à ignorância que preponderava no mato. Chegou até a propor que fossem instituídas escolas de primeiras letras e tipografias para instruir e levar luzes para a população interiorana, que por sua estupidez se constituía em presa fácil para padres ou capitães-mores que pregavam a Restauração.<sup>278</sup>

---

<sup>277</sup> *O Carapuceiro* n. 43 (9/março/1833), n. 18 (17/julho/1837), n. 11 (24/maio/1837) e MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra...*, pp. 114-115.

<sup>278</sup> *O Carapuceiro* n. 27 (30/outubro/1832), n. 30 (14/novembro/1832), n. 40 (16 /fevereiro/1833) e n. 55 (1/junho/1833).

Mas a ilustração apregoada por Lopes Gama não se parecia nem um pouco com a francesa do século XVIII, deísta e anticatólica. Filho de um médico formado em Coimbra e sobrinho de um tradutor das obras do poeta clássico Ovídio, cresceu em ambiente familiar erudito, mas essa ilustração esteve fortemente articulada com o catolicismo, pois, acima de tudo, ele foi um religioso, que passou grande parte de sua juventude nos claustros beneditinos. Uma testemunha ocular que conheceu o Padre Carapuceiro em seu sítio do Manguinho, por volta de 1849, referiu-se a um enorme oratório de jacarandá com uma grande cruz negra por cima e uma lâmpada prata iluminando três imagens de santos, onde o célebre jornalista realizava suas devoções. A religião foi parte integrante de sua vida do começo ao fim, e elemento central de sua visão de mundo. Como já notou Magda Ricci, ao analisar a vida e as relações pessoais de Diogo Antônio Feijó antes de este adentrar com força no cenário político, a vida no início do século XIX era pautada por valores religiosos. Religião e política eram inseparáveis. Assim, a cidadania idealizada por Lopes Gama baseou-se, não apenas na ilustração, mas na moral católica. Quando afirmou, como já vimos, que o “lugar de Representante da Nação (...) demanda sobre virtudes, pelo menos alguma instrução”, fica claro de qual cosmogonia seriam provenientes essas virtudes essenciais para o homem público, e, conseqüentemente, para o cidadão.<sup>279</sup>

Demonstrando claramente que a ilustração que defendia não era a francesa do século XVIII, disse, ao despedir-se dos leitores no ano de 1838, que uma das coisas que deveria desanimar os brasileiros para o futuro era a imoralidade de muitos brasileiros decorrente da filosofia sensualista, enquanto o que deveria animar esse povo era o espírito monárquico que estava se consolidando e o desenvolvimento intelectual do jovem imperador. Sem sombra de dúvida, o “filósofo sensualista” que mais execrou foi o inglês Jeremias Bentham (1748-1832), que formulou a máxima de que a moralidade das ações é determinada pela utilidade. Lopes Gama se contrapôs enfaticamente às idéias de Bentham em diversos artigos de seu jornal. Em dois desses, intitulados “A doutrina do interesse”, se dedicou exclusivamente a essa tarefa. Era um professor de Retórica de duas grandes instituições - Faculdade de Olinda e Colégio das Artes -, travando uma briga contra um teórico que cada vez mais ganhava espaço na educação dos futuros cidadãos. Introduzir o pensamento de Bentham na educação da mocidade causava preocupação nesse padre em

---

<sup>279</sup> FREYRE, Gilberto. “Um ortodoxo...”; RICCI, Magda. *Assombrações...*, pp. 208-209.

relação ao futuro da nação. Em janeiro de 1838, no artigo “Uma rajada de política”, além de propor menos democracia e menos eleições, afirmava que a principal reforma a ser feita era no Brasil era atenuar a entrada de princípios filosóficos ateístas. Política e religião eram coisas entrelaçadas para esse ex-monge beneditino, e o catolicismo ilustrado português da segunda metade do século XVIII pode ser considerado uma grande fonte de inspiração.<sup>280</sup>

Dever-se-ia empreender com a população o que denominou de “Educação Moral”. Em junho de 1832, num artigo intitulado “A educação”, afirmou que não trataria da “Educação Física” (que cuida do corpo), nem de principio gerais, pois seu objetivo era adentrar no campo da “Educação Moral” (que cuida dos costumes). E seu alvo foi o sexo feminino, pois este era extremamente pertinente para a sociedade civil, pois as moças deveriam pretender se casar para ligar-se até a morte com um homem, ser fiéis, para depois poderem criar bons patriotas e cidadãos. Assim, criticou a educação tutorada por mucamas negras, que ensinavam uma linguagem bárbara, uma mistura de português e africano, a falar mal do próximo e a fazer crueldades. Em fevereiro de 1839, criticou a idéia muito em voga de que a medicina e a higiene eram os melhores meios de se obter a boa moral, numa contraposição clara a uma corrente do pensamento europeu da época, puramente cientificista, e afirmou que a educação deveria centrar-se em transmitir noções de religião, em ensinar que a alma é imortal e que existem recompensas além desta vida, pois só assim a pátria teria bons cidadãos.<sup>281</sup>

Em outubro de 1832, afirmou que a base para uma nação feliz era a religião, pois sem esta todas as instituições fracassariam, e que a proeminência dos absolutistas era responsabilidade dos liberais ateus, que acabavam por legitimar discursos que apontavam o trono como a única maneira de se manter o altar. Por fim, disse que a falta de religião era a responsável por uma possível anarquia ou tirania, palavras, que no vocabulário político da época que sucedeu o 7 de abril, indicavam o que de pior poderia haver. Em maio de 1832, afirmou que a religião era o que havia de mais importante na sociedade, mas que ela não deveria ser confundida com fanatismo e superstição, pois de nada adiantava não comer carne na Quaresma, rezar contas, ir a todas as novenas, e ao mesmo tempo falar mal do

---

<sup>280</sup> *O Carapuceiro* n. 5 (16/janeiro/1839), n. 19 (21/junho/1837), n. 20 (24/junho/1837). Ver também n. 24 (8/julho/1837) e n. 25 (12/julho/1837). FALCON, Francisco Jose Calazans. *Época...*, pp. 326-368; MAXWELL, Keneth. *Marquês...*, pp. 119-141.

<sup>281</sup> *O Carapuceiro* n. 8 (16/junho/1832) e n. 9 (23/fevereiro/1839).

próximo, ser amante de mulheres casadas ou passar vários calotes. Note-se que, junto com essa moral católica pragmática, centrada nas ações cotidianas, ele se voltou contra diversas práticas do catolicismo místico da época. Ironizou, por exemplo, as procissões, o luxo nos enterros e exéquias e os festejos de São João. Esse tipo de reforma religiosa - que procurou acabar com rituais, por assim dizer, “populares” – já fora ensejada por Pombal, que procurou extinguir do catolicismo português muitas festividades, ritos e superstições. Mas mesmo sendo, de certa forma, herdeiro de certos pressupostos pombalinos, Lopes Gama fez veladas críticas a esse déspota esclarecido, principalmente no que se refere à secularização do Estado e à extinção da ordem jesuíta.<sup>282</sup>

Sendo um homem que transitou bastante na área jurídica, pois passou muitos anos na Faculdade de Direito de Olinda, enxergava a falta de instrução filosófica e religiosa como uma das principais causas da criminalidade. Segundo ele, a causa dos terríveis assassinatos que se proliferavam era a perda na crença da imortalidade da alma e nas penas eternas em outra vida, e que a instituição do júri não poderia ser bem sucedida se os jurados, “sujeitos que compõem esses tribunais, não forem dominados pelo tão preciso temor a Deus”. As instituições deveriam estar sustentadas em cidadãos católicos, se não fracassariam. Quando, em outubro de 1837, ironizou o sistema representativo, que na prática muito distava da teoria, afirmou que apenas a religião, a obediência às leis e à moralidade poderiam salvar o Brasil. Religião era assunto de Estado. Moral católica era pressuposto básico para o funcionamento das coisas públicas e do sistema representativo.<sup>283</sup>

Em relação à escravidão, temática crucial para se pensar a cidadania, Lopes Gama não se posicionou a esse respeito no início das regências, a não ser fortuitas vezes. Reaparecendo em 1837, *O Carapuceiro* trouxe essa temática de forma mais recorrente, apesar de não fazer dela um de seus objetos preferidos de debate. Talvez essa periodização se explique pelo fato de que o final das regências foi uma época mais fértil para debates acerca da escravidão. Por um lado, Lopes Gama usava a centenária presença do escravo negro no Brasil como um elemento a mais para justificar seu discurso de que, definitivamente, esta sociedade não estava apta para a democracia. Por outro lado, ele

---

<sup>282</sup> *O Carapuceiro* n. 28 (27/outubro/1832), n. 4 (7/maio /1832), n. 23 (22/setembro/1832), n. 10 (5/abril/1834), n. 23 (5/julho/1837) e n. 51 (agosto/1838). BOSCHI, Caio Cezar. *Os leigos e o poder. Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo : Ática, 1986, pp. 37-38.

<sup>283</sup> *O Carapuceiro*, n. 59 (29/junho/1833), n. 29 (26/julho/1837), n. 10 (30/junho/1832) e n. 55 (25/outubro/1837).

defendeu a “manumissão lenta, e progressiva, abstendo-nos absolutamente da importação dessas tristes vítimas da nossa nunca desculpável ambição”.<sup>284</sup>

Repetidas vezes Lopes Gama se voltou contra a continuação do tráfico negreiro. Ironizou também a capacidade e a criatividade dos brasileiros em burlar uma lei, a que proibiu em 1832 esse tráfico. Também pôs em ridículo os ingleses, que, segundo ele, seriam hipócritas em sua política de coibir o comércio atlântico de almas. Denominava os negros de “nossos semelhantes”, e defendia a condição humana destes, externando um vocabulário cristão para justificar sua tese. Mas de forma alguma podemos considerá-lo um abolicionista - tal como fez Gláucio Veiga -, visto que o próprio Padre Carapuço admitia que era impraticável “libertar a todos de chofre”. Existiam barreiras políticas e sociais que impossibilitavam a existência de um pensamento abolicionista na primeira metade do século XIX. As menções que *O Carapuço* fez ao “gérmen de vícios” que nos legou a escravidão, a um país de “vadios”, “onde tudo é feito à força do azorrague por braços escravos” e por isso “o trabalho manual cai em descrédito”, e que apenas com o fim do tráfico poderiam se tornar os brasileiros um povo “industrioso”, deve ser encarada dentro das limitações que a época impunha.<sup>285</sup>

Mas fato é que, articulando catolicismo e ilustração, *O Carapuço* veiculou a idéia de que no Brasil a maioria das pessoas ainda não possuía os requisitos básicos da cidadania, e por isso a participação política ainda deveria ser restrita a alguns poucos. Os Estados Unidos poderiam ser uma Democracia, o Brasil deveria caminhar para a Realeza, pois ali “a Religião é o principal elemento da política, e Moral; aqui a Religião não passa de mera formalidade, e de estéril aparência”. Aliás, além de propor a restrição da cidadania ativa, ou seja, do direito de votar e ser votado, também não agradava a Lopes Gama a participação de amplos extratos da sociedade em outro setor de vital importância na vida política, a opinião pública.<sup>286</sup>

<sup>284</sup> *O Carapuço* n. 5 (16/janeiro/1839) e n. 7 (11/maio/1837). A única referência que encontramos sobre a temática da escravidão entre 1832 e 1834 foi no n. 58 (22/junho/1833).

<sup>285</sup> *O Carapuço* n. 7 (11/maio/1837), n. 18 (17/julho/1837), n.36 (19/agosto/1837), n. 38 (26/agosto/1837), n. 61 (15/setembro/1838), n. 5 (16/janeiro/1839), n.13 (23/março/1839), n. 20 (30/maio/1839) e n.22 (15/junho/1842). VEIGA, Gláucio. *História...*, pp. 261-267. Sobre a repercussão das idéias do abade Gregoire acerca da Revolução do Haiti (1791-1825), do preconceito racial e da abolição da escravatura entre clero brasileiro durante o primeiro reinado e as regências, ver MOREL. Marco. “O abade...”.

<sup>286</sup> *O Carapuço* n. 3 (9/janeiro/1839).

## E – Poderiam todos emitir uma opinião pública?

A liberdade de imprensa foi, como já vimos no primeiro capítulo, um dos componentes essenciais das modernas práticas políticas oitocentistas. No Brasil, o direito à livre manifestação de opinião foi introduzido com muitos avanços e retrocessos. Assim, surgiu o conceito abstrato de “opinião pública”, reputada por muitos como uma das possíveis redentoras da sociedade, como uma sublime reguladora das injustiças e abusos cometidos pelas autoridades. Marco Morel identificou dois significados distintos atribuídos a essa polissêmica palavra pelos gazeteiros fluminenses das décadas de 1820 e 1830. O primeiro trata a “concepção de opinião pública como o reinado da sabedoria, da prudência e da razão e, sendo assim, antagônica à exaltação política, às revoluções bruscas da ordem”. O segundo significado se baseia em um “discurso igualitário ou mesmo jacobino, identificado à defesa da chamada soberania popular”, e por isso diferencia-se do primeiro, pois não se trata “mais da supremacia da razão, e sim da vontade expressa pela maioria do povo”.<sup>287</sup>

Lopes Gama associou a noção de opinião pública ao “reinado da sabedoria, da prudência e da razão”, e se opôs enfaticamente à idéia de que todo o povo deveria exprimir suas idéias em público. Em janeiro de 1838, tal como alguns publicistas da corte, disse que “a Opinião Pública é a verdadeira Rainha absoluta do Mundo Político”. Em agosto de 1839, disse que, “onde existe a santa garantia da imprensa livre, tudo pode melhorar; por que as malversações do Governo devem por fim ceder à força irresistível da Opinião Pública”. Mas essa força irresistível não deveria ser exercida por todos, e a participação popular nos espaços públicos de discussão política sempre foi ironizada pelo Padre Carapuceiro. Em abril de 1832, como já vimos, ele fez chacota do alfaiate que “em vez de estar em sua loja”, se preocupava em opinar sobre a Constituição; zombou do sapateiro que já “não quer mais saber de couros” porque “só fala em gazetas”, e por fim afirmou que “Barbeiro que dá para publicista (...) é a nossa *Cólera Morbus*”.<sup>288</sup>

Esse tipo de ironia, que não enxergava com bons olhos a participação popular dentro do reino da opinião, foi recorrente em *O Carapuceiro*. Aliás, no seu primeiro

<sup>287</sup> HABERMAS, Jurgen. *Mudança...*, pp. 69-74; MOREL, Marco. *As transformações...*, pp. 208-210.

<sup>288</sup> *O Carapuceiro* n. 5 (31/janeiro/1837), n. 34 (16/agosto/1839) e n. 1 (14/abril/1832).

periódico, *O Conciliador Nacional*, publicado à época da independência, Lopes Gama já fazia piadas muito semelhantes. Em novembro de 1822, época de grande efervescência política, ele afirmou que era uma ousadia os artesãos, que outrora só conheciam o “nome de suas ferramentas” e só opinavam “sobre os méritos dos pregadores”, agora (em 1822) arrotarem “política como um Montesquieu ou um Burke; e por dá cá aquela palha atira[m] com as Bases [da Constituição Portuguesa] à cara de um homem, que faz pasmar”. Lendo nas entrelinhas, não era qualquer um que poderia citar Montesquieu ou Burke publicamente, isso deveria ser privilégio de alguns poucos habilitados para tão nobre tarefa. Em artigo de *O Carapuceiro* de maio de 1837, voltou a pôr em ridículo os barbeiros e sapateiros que falavam sobre política. Em abril de 1838, zombou daqueles que apoiaram, nos botequins, a Sabinada na Bahia. Em fevereiro do mesmo ano, também ironizando a Sabinada, afirmou que a Setembrizada – motim ocorrido no Recife em 1831 – era o exemplo do que seria uma República no Brasil. Ao comparar a República, regime que exigiria alto grau de participação popular, com um levante liderado por soldados de baixa patente, libertos e escravos que saquearam boa parte da cidade, demonstrava que no Brasil estender a todos o direito de emitir uma opinião pública era algo altamente perigoso e que acabaria em vandalismo ou anarquia – não era um povo preparado para tão sublime empreitada.<sup>289</sup>

A contradição detectada no discurso de Lopes Gama é altamente reveladora do pensamento conservador que sustentou as bases políticas do Império. Se, por um lado, era preciso se render à “Rainha absoluta do Mundo Político”, ou seja, à opinião pública, por outro, era preciso tomar as devidas precauções para que apenas os cidadãos qualificados participassem dessa esfera. Novamente nos deparamos com a idéia de que a ilustração constituía um dos requisitos básicos para exercer os direitos políticos, agora não mais o de votar e ser votado, e sim o de opinar.<sup>290</sup>

Para Furet, o pensamento de Alexis de Tocqueville centrava-se em “uma meditação principiada na adolescência sobre si mesmo, sua família, sua vida, o sentido histórico daquilo por que passaram seus pais [durante a Revolução Francesa] e daquilo que ele

<sup>289</sup> *O Conciliador Nacional*, 9.xi.1822, apud. MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra...*, pp. 114 -115. *O Carapuceiro* n. 7 (11/maio/1837), n. 18 (4/abril/1838) e n.9 (14/fevereiro/1838).

<sup>290</sup> Ver também outras críticas de Lopes Gama em relação à abstrata noção de opinião pública em *O Carapuceiro* n. 1 (20 /abril /1837) e n. 11 (24/ maio/1837).

mesmo está vivendo, ou revivendo, em meio aos malogros da Restauração e de 1830”. O conde Hervé de Tocqueville, pai de Alexis, publicou em 1847, já na sua velhice, uma obra sobre as causas da Revolução, sinal de que aquilo o afligiu por toda a vida, como também parece ter afligido seu filho, que no fundo analisou em suas obras o declínio de sua classe social, a aristocracia. O pai de Lopes Gama, por sua vez, ficou com medo na Revolução de 1817 de que não houvesse quem fizesse a barba dele, exclamando indignado que “até os barbeiros não me quiseram mais fazer a barba, respondiam que estavam ocupados no serviço da pátria, via-me enganado a fazer a mim mesmo a barba”. Ao ver a intensa participação popular na revolução, esse médico formado em Coimbra e bem estabelecido na hierarquia dentro do Antigo Regime ficou bastante aflito, e esta aflição parece ter acompanhado toda a vida de seu filho. Afinal, se todos estivessem envolvidos na vida política, quem é que ficaria encarregado de fazer a barba dos cidadãos respeitáveis?<sup>291</sup>

---

<sup>291</sup> FURET, François. “O sistema...” p. XVI; apud. MATTOS, Ilmar R de; ALBUQUERQUE, Affonso Seigneur de. *Independência...*, p. 50.

## CONCLUSÕES

Na primeira metade do século XIX - época em que se consolidou o Estado nacional brasileiro -, não havia meio de comunicação mais efetivo do que a palavra impressa. Não há dúvida, então, de que a importância política do periodismo foi enorme. E em Pernambuco, uma das maiores províncias do Brasil, numa época crucial para os rumos da nação, o período das regências, houve um jornal que esteve entre os mais lidos: *O Carapuceiro*. E muito ingênuos foram os historiadores e folcloristas que durante mais de um século desprezaram o teor político dessa gazeta. Faltou, no mínimo, um olhar crítico sobre essa fonte, a ponto de poder-se chegar a uma simples conclusão, a de que Lopes Gama escreveu um jornal político.

*O Carapuceiro* foi um periódico político que aplicou uma engenhosa operação para cair nas graças do leitor. Vendeu-se a imagem de um periódico moral, que não personalizaria suas críticas, tal qual faziam os outros veículos impressos da época. Vendeu-se a imagem de um jornal superior aos demais, pois, enquanto os outros se apequenavam promovendo picuinhas políticas e particularistas, Lopes Gama tratava de temáticas universais e atemporais. E o público leitor do período regencial comprou essa imagem. Adiante, historiadores e folcloristas perpetuaram-na. Aqui, não, fizemos o contrário, procuramos desconstruí-la.

Na primeira fase em que foi escrito, de 1832 a 1834, *O Carapuceiro* aderiu à “revolução de 7 de abril” e opôs-se ferozmente aos intuitos restauradores. Mas esse posicionamento não se deu como forma de propagar uma “revolução” contra o *establishment* social ou político. Essa adesão, antes, é vista aqui como uma forma de apoio à nacionalização do Estado, ainda dominado, em muitos setores, por pessoas de origem portuguesa. No início das regências, Lopes Gama se posicionou alinhado ao pensamento “moderado”. Mostramos que o vocabulário político da época possuía expressões passíveis de externar inúmeros significados. Assim, pois, noções como as de “liberal”, “moderado” e “caramuru” poderiam ser muitas vezes polissêmicas. Mas, mesmo assim, podemos classificar o pensamento de Lopes Gama nesse período como “moderado”, pois ele defendeu a soberania da nação, em oposição à soberania monárquica – que àquela altura significava restauração - ou a popular – que nunca foi de seu agrado.

Voltando a ser escrito em 1837, quando o momento político era completamente diferente, *O Carapuço* alinhou-se nitidamente às propostas políticas dos que se autodenominavam, na corte, “regressistas”. Apesar de se dizer contra o “regresso”, definindo este como retorno ao absolutismo, Lopes Gama apoiou todas as reformas que buscaram amenizar o “avanço liberal” do início das regências. Tal ideário acabou por configurar as bases do Partido Conservador, e o Padre Carapuço foi sem dúvida um publicista que esteve de acordo com essa vertente. A unidade nacional, seriamente ameaçada nesse contexto, também foi habilmente defendida. Hierarquizando a identidade nacional – sublime e honrada - como superior à identidade regional – “bairrista”, “paixão vil” -, buscou forjar o império unitário. Mas também formulou propostas políticas concretas para a manutenção da unidade, como, por exemplo, o revezamento dos presidentes de província entre todos os rincões do Brasil.

Dirigindo-se primordialmente aos pernambucanos, Lopes Gama tocou em acontecimentos que ainda eram muito recentes na memória destes – a Revolução Pernambucana (1817) e a Confederação do Equador (1824). Manusear a memória destes acontecimentos ímpares lhe deu subsídio e embasamento para melhor defender seus propósitos políticos. Em primeiro lugar, ajudou-o no combate à restauração no início das regências. Em segundo lugar, auxiliou-o no discurso que forjou a unidade da nação, pois, se acontecimentos revolucionários se procediam em todo o Brasil, por que não poderiam se proceder em Pernambuco, província de tradição revolucionária? Desqualificando os protagonistas de 1824, desencorajava os possíveis protagonistas de uma revolução “republicana” no final da década de 1830.

Ao fim e ao cabo, convém ressaltar que mesmo a crítica de costumes de *O Carapuço* teve um enfoque notadamente político. Ao utilizar o referencial teórico toqueviliano, o qual conferia primazia do estado social sobre o estado político, Lopes Gama tachava o povo brasileiro como incapaz para ser regido por instituições democrático-representativas. Os costumes, os hábitos (estado social) dos brasileiros eram o aspecto primordial para definir o sistema político que deveria reger o Estado. Assim, o Padre Carapuço justificou por que o Brasil deveria ser uma monarquia em que menos predominasse o elemento democrático. O “costumbrismo” de Lopes Gama não foi, assim, isento de intenções políticas.

Analisamos, nesta dissertação, um periódico político. Deparamo-nos com um pensamento que teve grande circulação nos espaços públicos e que sustentou, principalmente no âmbito provincial, a monarquia conservadora que se instituíra com força a partir do segundo reinado. Lopes Gama talhou a carapuça. O Império a vestiu.

## ANEXO – Cronologia da vida de Miguel do Sacramento Lopes Gama<sup>292</sup>

**1793** – Nasce no Recife, em 29 de setembro, Miguel do Sacramento Lopes Gama, filho de João Lopes Cardoso Machado, natural de Lisboa, médico pela Universidade de Coimbra e delegado da Real Junta do Protomedicato e Pernambuco, e de sua mulher, Ana Bernarda do Nascimento, da família Fernandes Gama.

**1805** – Ingressa como noviço no mosteiro de São Bento de Olinda, onde fez seus primeiros estudos.

**1807** – Transfere-se para o mosteiro de São Bento da Bahia.

**1808** – Professa-se em Salvador como monge beneditino.

**1815** – Havendo regressado ao Recife em data desconhecida, ordena-se religioso secular.

**1817** – É nomeado lente de retórica do Seminário de Olinda pelo governador Luís do Rego Barreto, último capitão general de Pernambuco.

**1822** – Publica *O Conciliador Nacional* e dirige o *Diário da Junta de Governo*.

**1824** – Após o fracasso da Confederação do Equador, dirige o *Diário do Governo de Pernambuco* e publica a segunda fase de *O Conciliador Nacional*.

**1825** – É nomeado visitador das escolas públicas, lente de retórica e diretor do recém-criado Liceu, futuro Ginásio Pernambucano.

**1826** – Por motivos de saúde, retira-se à vida privada.

**1829** – Regressa ao jornalismo; escreve para o *Diário de Pernambuco* e publica *O Constitucional* (1829-31).

**1830** – Publica *O Popular*, de vida também efêmera.

**1832** – Inicia a publicação da primeira fase de *O carapuceiro* e imprime *A coluneida*, sátira poética contra a Sociedade Colunas do Trono e do Altar.

**1834** – Abandona a ordem beneditina.

**1835** – Dirige o Colégio dos Órfãos e o Curso Jurídico de Olinda, sendo também eleito deputado provincial

**1837** – Publica três traduções: *Memórias sobre quais são os meios de fundar a moral de um povo*, de Destut Tracy; *Refutação completa da pestilencial doutrina do interesse propalada*

---

<sup>292</sup>Extraído de MELLO, Evaldo Cabral de. “Introdução...”, pp. 27-28.

por *Hobbes*, de Torombert; e *Princípios gerais de economia pública e industria*, de Turanne. Inicia a segunda legislatura como deputado provincial.

**1839** – Encerra sua direção do Curso Jurídico de Olinda e aposenta-se como professor do Colégio das Artes. Publica a tradução de *A religião cristã demonstrada pela conversão e apostolado de São Paulo*, de Lyttelton. Inicia a terceira legislatura como deputado provincial.

**1840** – Como suplente, assume a cadeira de deputado geral por Pernambuco; inicia a divulgação de *O carapuceiro* na corte pelas colunas de *O Despertador*; publica a tradução do novo curso de filosofia, de Geruzes.

**1841** – De sua autoria, publica *A farpeleira* e a sátira intitulada *Código criminal da semi-república do Passamão na Oceania*.

**1842** – Reinicia a publicação de *O carapuceiro*, desta vez nas colunas do *Diário de Pernambuco*.

**1844** – Publica novo jornal, *O Pernambucano*, de que só se conhecem oito números.

**1845** – Publica *O sete de setembro* e é eleito deputado geral por Alagoas.

**1846** – Publica no Rio de Janeiro as *Lições de Eloquência nacional*, em dois volumes.

**1847** – Dirige pela segunda vez o Curso Jurídico de Olinda.

**1850** – Dirige O Liceu pela segunda vez. Publica *Observações críticas sobre o romance do sr. Eugênio Sue, “O judeu errante”* e a tradução de *Uma lição acadêmica sobre a pena de morte*, de Carmignani.

**1851** – É nomeado diretor geral da instrução pública em Pernambuco.

**1852** – Escreve na *Marmota Fluminense* e publica a tradução de *Os deveres dos homens*, de Silvio Pellico. Falece no Recife, em 9 de dezembro.

**FONTES**

GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. *O Carapuçeiro*. Edição Facsimilar da Coleção do Jornal (1832-1842). 3 Vols. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luis Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”, in: NOVAIS, Fernando (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. V. 2. São Paulo : Cia das Letras, 1997.

ALVES, Gilberto Luiz. *O Pensamento burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836*. Campo Grande/Campinas : Ed. UFMS/Autores Associados, 2001.

ANDERSON, Benetict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo : Ática, 1989

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Recife : Editora Conquista, s.d.

———. *Movimentos nativistas em Pernambuco: setembrizada e novembrada*. Recife : Universidade Federal de Pernambuco, 1971.

ARAÚJO, Ana Cristina de. “Um Império, um reino e uma Monarquia na América: as vésperas da Independência do Brasil”, in: JANCSÓ, Istvan. (org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo : Hucitec / Fapesp, 2005.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. *Toda a história*. História Geral e do Brasil. São Paulo : Ática, 2000.

BASILE, Marcello Otavio. *Ezequiel Corrêa dos Santos: Um jacobino na Corte Imperial*, Ed. da Fgv, 2001

BERBEL, Márcia R. *A nação como artefato : Deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo : Hucitec/FAPESP, 1999.

———. “Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): nação, identidade e vocabulário político”, in: JANCSÓ, István. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Injuí : Hucitec/FAPESP/Unijuí, 2003.

BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. “Pernambuco e o Império (1817-1822): sem constituição soberana não há união”, in: JANCSO, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Ijuí : Editora Unijuí/FAPESP/Hucitec, 2003.

———. *A idéia do pacto e o constitucionalismo em Frei Caneca*. São Paulo : Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1996.

BOSCHI, Caio Cezar. *Os leigos e o poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo : Ática, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

———. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2000.

BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca e. *A Rebelião de Pinto Madeira: fatores políticos e sociais*. Teresina : Projeto Petrônio Portella, 1985.

BURKE, Peter. “A esfera pública 40 anos depois”, in: *Folha de São Paulo*, 24/03/2002, Caderno Mais!

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. “Tocqueville e a Revolução”, in: *As aventuras do pensamento*. Curitiba : Ed. da UFPR, 1993.

CALDEIRA, Jorge. “Introdução”, in: CALDEIRA, Jorge (org.). *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo : Ed. 34, 1999.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. “Resposta às calúnias e falsidades da *Arara Pernambucana*, redigida por José Fernandes Gama, preso na corte do Rio de Janeiro”, in: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo : Ed. 34, 2001,

CANÊDO, Letícia Bicalho. “Aprendendo a votar”, in: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo : Contexto, 2003

CÂNDIDO, Antônio. “A dialética da malandragem”, in: *O discurso e a cidade*. São Paulo : Duas Cidades, 1985.

CARVALHO, Alfredo de. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*. Recife : Typografia do Jornal do Recife, 1908.

CARVALHO, José Murilo de. *O Teatro de Sombra. A política Imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / Relume-Dumará, 1996.

———. *A Construção da Ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / Relume-Jumara, 1996

CARVALHO, Marcus J. M. “Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824”, in: *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36. São Paulo, 1998.

———. “A República dos Afogados: a volta dos liberais após a Confederação do Equador”, in: *Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História*. Florianópolis, 1999.

———. “O traficante, a mulher do vizinho e o chicote inglês”, in: *Anais da XXIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba : SBPH, 2005.

CASCUDO, Luiz da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo : Global, 2003.

———. *Antologia do folclore brasileiro*. São Paulo : Global, 2003.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo-Brasília : Ed. Nacional-I.N.I., 1977.

CHIARAMONTE, José Carlos. “Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII”, in: JANCSO, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Ijuí : Editora Unijuí/FAPESP/Hucitec, 2003.

*Constituições do Brasil*. São Paulo : Atlas, 1979

CONTIER, Arnaldo. *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Petrópolis : Vozes, 1979.

CORRÊA, Carlos Humberto P. “A presidência de província no Império”, in: *Anais da XXIV reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba : SBPH, 2004.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Recife : FUNDARPE, 1983.

———. “Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco”, in: *Revista do Instituto Histórico e Arqueológico de Pernambuco*, n. 39. Recife : Typographia de F. P. Boullitreau, 1881.

———. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Recife : Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981 [1882].

———. *Vocabulário Pernambucano*. Recife : Editora do Brasil, 1976 [1908].

COSTA, Wilma Peres. “Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de Independência”, in: JANCSO, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Ijuí : Editora Unijuí/FAPESP/Hucitec, 2003.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). *A Revolução Imprensa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

DELGADO, Luiz. *Lopes Gama: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

DOLHNIKOF, Miriam. “As elites regionais e a construção do Estado”, in: JANCSO, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Ijuí : Editora Unijuí/FAPESP/Hucitec, 2003.

FELDMAN, Ariel. “O olhar de um pernambucano sobre a nação : as elites locais e a formação do Estado-nação (1817-1842)”, texto apresentado no *XVII Encontro Regional de História – Anpuh São Paulo*. Campinas, 2004.

———. “O império das carapaças – Nação e identidade no Brasil Imperial (1808-1842)”, in: *Anais da XXII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba : SBPH, 2005.

———. “Um periódico sempre moral e só ‘per accidens’ político: Imprensa e transformação dos espaços públicos no Brasil”, in: *Anais eletrônicos do IX Encontro Regional de História: identidades e representações* [CD-ROM]. Ponta Grossa : Associação Nacional de História / Núcleo Regional Paraná, 2004.

———. “Os múltiplos espaços de discussão política: ampliação e diversificação da esfera pública no período regencial (1831-1840)”, in: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: história: guerra e paz*. [CD-ROM]. Londrina : Editorial Mídia, 2005. ([www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio](http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio))

———. “‘A revolução, não física, mas moral’ (Pernambuco-1832/1833)”, in: *Anais da XXV reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Rio de Janeiro : SBPH, 2005.

FREYRE, Gilberto. “Um ortodoxo brasileiro do século XIX”, in: *Jornal do Comércio*. Recife, 17 de setembro de 1942. Coluna : Pessoas, Coisas e Animais, apud. Biblioteca Virtual Gilberto Freyre ([prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/](http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/)).

———. “O Padre Carapuceiro”, in: VALENTE, Waldemar. *O padre Carapuceiro: crítica de costumes na primeira metade do século XIX*. Recife: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, 1969, p. xxix-xxxiv, apud. Biblioteca Virtual Gilberto Freyre ([prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/](http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/)).

———. *Sobrados e Mocambos*. v. III. Rio de Janeiro : José Olympio, 1951.

FURET, François. “O sistema conceptual da Democracia na América”, in: TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrática*. São Paulo : Martins Fontes, 1998.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos” in: *Estudos Históricos*, n. 1. Rio de Janeiro, 1998.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOBBSBAWM, E. J. Nações e nacionalismos desde 1870 – programa mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JANCSO, István; PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)” in: MOTA, Carlos Guilherme

(org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: Histórias*. São Paulo : Editora Senac, 2000.

KANT, Emanuel. “Respuesta a la pregunta: Que es ilustración?”, in: MAESTRE, Agapito (org.) *Que es Ilustración?* Editora Tecnos, s.d.

LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife : Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1988.

LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e Libertários*. Pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Rio de Janeiro : Topbooks, 1997.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2003.

———. *Insultos e impressos*. A guerra dos jornalistas na independência: 1821-1823. São Paulo : Cia. das Letras, 2000.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. “O público e o privado no Brasil Imperial” in: *Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História*. Florianópolis, 1999.

———. “Pátria do cidadão: A concepção de pátria/nação em Frei Caneca” , in: *Rev. bras. Hist.*, 1998, vol.18, n.36.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821)*. São Paulo : Companhia das Letras, 2000.

MATOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. A formação do Estado Imperial. São Paulo : Hucitec, 1990.

——— ; ALBUQUERQUE, Luis Afonso de. *Independência ou morte: a emancipação política do Brasil*. São Paulo : Atual, 1991.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal*. O paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.

MELLO, Evaldo Cabral de. “Frei Caneca ou a outra Independência”, in: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo : Ed. 34, 2001.

———. “Introdução”, in: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *O Carapuceiro: crônicas de costumes*. São Paulo : Cia das Letras, 1996.

———. “A pedra no sapato” in *Folha de São Paulo*. 4 de janeiro de 2004.

———. *Rubro Veio – o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro : Topbooks, 1997

———. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo : Ed. 34, 2004.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco*. Economia e Sociedade no 2º. Reinado. Recife : Editora Universitária da UFPE, 1996.

MONTENEGRO, Olívio. *Memórias do Ginásio Pernambucano*. Recife : Imprensa Oficial, 1943.

MOREL, Marco. “Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830”, in *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro : Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ / 7letras, 2002.

———. *As transformações dos espaços públicos imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo : Hucitec, 2005.

———. *O período das Regências*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2003.

———. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador : Academia de Letras da Bahia / Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

———. “O abade Gregoire, o Haiti e o Brasil: repercussões no raiar do século XIX”, in: *Almanack Braziliense*. n. 2, novembro de 2005.

———; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder*. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro : D&PA, 2003.

MOSHER, J. “Challenging Authority: Political Violence and the Regency in Pernambuco, Brazil, 1831-1835”, in: *Luso-Brazilian Review*, XXXVII. Board of Regents of the University of Wisconsin System, 2000.

———. “Political Mobilization, Party Ideology, and Lusophobia in Nineteenth-Century Brazil: Pernambuco, 1822-1850” in *Hispanic American Review*. 80:4. Duke University Press, 2000.

MOURA, Denise. “A farda do tendeiro: cotidiano e recrutamento no Império”, in: *Revista de História Regional*, Vol. 4, n. 1, Verão 1999.

NASCIMENTO, Luis do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. 10 vols. Recife : UFPE, 1969.

NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. “Os panfletos políticos e a cultura política da independência do Brasil”. in: JANCÓS, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo : Hucitec / Fapesp, 2005.

OTÁVIO, José. *Violência e repressão no Nordeste (1825/32)*. João Pessoa : Governo do Estado da Paraíba, 1985.

PAIM, Antonio. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo : Mandarin, 1998.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia floresta, O Carapuço e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo : Hucitec, 1996.

PAOLO, Pasquale di. *Cabanagem: A revolta popular na Amazônia*. Belém : Cejup, 1990.

PESAVENTO, Sandra *et alii*. *A Revolução Farroupilha*. História e interpretação. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1985.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2002.

“Pierre Bourdieu e a história: Roger Chartier debate com José Sérgio Leite Lopes” in: *Topoi: Revista de História*. v. 4. Rio de Janeiro : 7letras, 2002.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.

QUINTAS, Amaro. “O nordeste, 1825-1850”, in: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

———. *O Padre Lopes Gama Político*. Recife : Imprensa Universitária, 1958.

RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil*. Um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo : imprensa oficial do Estado, 1988.

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. “Uma fábrica de carapuças”, in: *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas. n. 170, ano XXX, julho/setembro 1998.

———. *A atuação política de um publicista: Antônio Borges da Fonseca*. Campinas : Pucc, 1995.

RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente*. Diogo Antônio Feijó (1784-1843). Campinas : Editora da Unicamp, Cecult Ifhc, 2001.

RODRIGUES, Fabiana Mehl Silvestre. “Caminhos e descaminhos da nacionalização do exército”, in: *Almanack Brasiliense*, n. 3, maio de 2006.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro : Editora Empreza Literária Fluminense, 1889 (v.I) e 1891 (v.II) [1813].

SILVA, Luiz Geraldo. “Um projeto para a nação: tensões e intenções políticas nas ‘províncias do Norte’ (1817-1824)”, texto apresentado no Seminário Internacional *Brasil: de um Império a outro (1750-1850)*. São Paulo : USP, 5 a 9 de setembro de 2005.

———. “Negros Patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830)”, in: JANCSO, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Ijuí : Editora Unijuí/FAPESP/Hucitec, 2003.

———. “‘Pernambucanos, sois portugueses’: natureza e modelos políticos das revoluções de 1817 e 1824”, in: *Almanack Braziliense*, n. 1, maio de 2005 ([www.almanack.usp.br](http://www.almanack.usp.br)).

———. “‘Esperança de liberdade’. Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774)”, in: *Revista de História*, n. 144, 2001.

SILVA, Maria Odila Leita da. “A interiorização da metrópole”, in: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822. Dimensões*. São Paulo : Perspectiva, 1986.

SLEMIAN, Andréia. “*Seriam todos cidadãos?* Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824)”, in: JANCSÓ, Istvan. (org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo : Hucitec / Fapesp, 2005.

———. “‘Delegados do chefe da nação’: a função dos presidentes de província na nova ordem constitucional no Brasil (1823-1834)”, texto apresentado no Seminário Internacional *Brasil: de um Império a outro (1750-1850)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, setembro de 2005.

SOUZA, Iara Lis C. *Pátria Coroada*. O Brasil como corpo político autônomo (1780-1830). São Paulo : Editora UNESP, 1999.

SOUSA, Paulo Cezar. *A Sabinada*. Revolta separatista da Bahia (1837). São Paulo : Brasiliense, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966.

———. *As Razões da Independência*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1969.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Igualdade social e liberdade política: uma introdução à obra de Alexis de Tocqueville*. São Paulo : Nerman, 1988

———. *Democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrática*. São Paulo : Martins Fontes, 1998

VEIGA, Gláucio. *História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife*. V. II. Recife : Editora Universitária, 1981.

VIEIRA, Rosa Maria. *O Juiz de Paz do Império a nossos dias*. Brasília : Thesaurus, 1997.

WERNET Augustin. *O período regencial: 1831-1840*. São Paulo : Global, 1997.